

Patrícia M. S. Merlo

# 65 anos de **EXTENSÃO** **UNIVERSITÁRIA** na UFES

uma trajetória de desafios e conquistas



**ProEx**  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

Prof. Reinaldo Centoducatte  
**Reitor**

Profª. Ethel Leonor Noia Maciel  
**Vice-Reitora**

Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni  
**Pró-Reitora de Extensão**

### **CÂMARA DE EXTENSÃO**

Alcemi Almeida de Barros  
**Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde**

Donato de Oliveira  
**Centro de Ciências Humanas e Naturais**

Flávia Mayer dos Santos Souza  
**Centro de Artes**

Julia Rocha Pinto  
**Centro de Educação**

Juliana Sabino Simonato  
**Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas**

Marcia Regina Santana Pereira  
**Centro Universitário norte do Espírito Santo**

Mariana Duran Cordeiro  
**Centro de Ciências Agrárias e Engenharias**

Maurice Barcellos da Costa  
**Centro Tecnológico**

Pedro Florêncio da Cunha Fortes  
**Centro de Ciências da Saúde**

Ubirajara de Oliveira  
**Centro de Educação Física e Desportos**

Sergio Mascarello Bisch  
**Centro de Ciências Exatas**

Carolina Fiorin Anhoque  
**Hospital universitário - EBSEH**

Rogério Dias Fraga  
**Representação Técnico-Administrativa**

### **PROEX / DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA EXTENSÃO**

Athelson Stefanon Bittencourt  
**Diretor**

*Divisão de Fomento à Extensão*  
Wayna Sad Stringari  
**Chefe da Divisão**

*Divisão de Registro e Certificação*  
Vera Lucia Santa Clara  
**Chefe da Divisão**

*Seção de Emissão de Certificados*  
Valéria Verardo da Costa  
**Chefe de Seção**

### **PROEX / DEPARTAMENTO DE POLÍTICA EXTENSIONISTA**

Patrícia Gomes Rufino Andrade  
**Diretor**

*Divisão de Integração com o Setor Público e Privado*  
Cinthia Andrade de Paiva Gonçalves  
**Chefe da Divisão**

*Divisão de Suporte a Projetos*

Cíntia Moreira da Costa

**Chefe da Divisão**

*Divisão de Integração com o Ensino Básico*

Marlene Martins de Oliveira

**Chefe de Divisão**

**PROEX / DIRETORIA DE INOVAÇÃO E  
DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA**

Laercio Evando Ferracioli da Silva

**Diretor**

**PROEX / COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA  
INFORMAÇÃO**

Claudia Rangel

**Chefe da Divisão**

**PROEX/ ASSESSORIA DE GESTÃO**

Izabela Bomfim Chaves

Assessoria de **Gestão**

**EQUIPE TÉCNICA**

Patrícia M. S. Merlo

**Coordenação**

Cíntia Costa

Claudia Rangel

**Subcoordenação**

Patrícia M. S. Merlo

**Pesquisa histórica e Textos**

Arquivos dos Projetos de Extensão

**Fotografia**

Livia Scheiner Costa

**Revisão**

Lucas Onorato Braga

**Editor**

Lucas Onorato Braga

**Diagramação**

Patrícia M. S. Merlo

Lucas Onorato Braga

**Conceito e Produção Gráfica**

Alexandre Silva Santos

Brenda de Almeida Rodrigues

Fernando Santa Clara Viana Junior

Igor Dutra Baptista

Pietro Margoto Esquincalha

**Pesquisa em arquivos históricos**

**Editora Proex/Ufes**

Avenida Fernando Ferrari, 514

Goiabeiras - Vitória/ES

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

Merlo, Patrícia M. S., 1987-

M565s        65 anos de Extensão Universitária na UFES [recurso eletrônico] :  
uma trajetória de desafios e conquistas / Patrícia M. S. Merlo. - Dados  
eletrônicos. - Vitória, ES : UFES, Proex, 2019.

148 p. : il.

ISBN: 978-85-65276-62-7

Também publicado em formato impresso.

Modo de acesso: <<http://proex.ufes.br/publicacoes>>

1. Extensão universitária. 2. Educação – História. 3. Ensino  
superior. I. Título.

CDU: 378

---

Elaborado por Adriana Traspadini – CRB-6 ES-000827/O

Patrícia M. S. Merlo

65 anos de **EXTENSÃO**

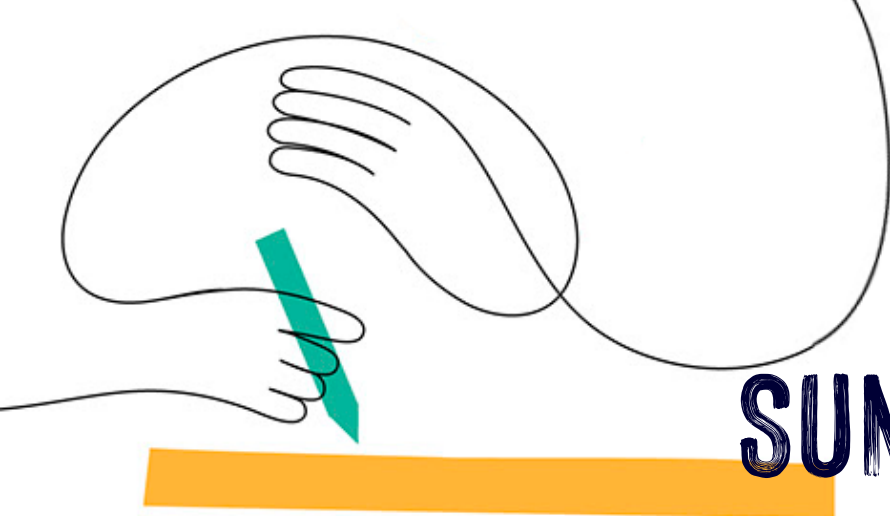
**UNIVERSITÁRIA** na UFES

uma trajetória de desafios e conquistas



**ProEx**  
PRO-REITORIA DE EXTENSÃO

Vitória, 2019



# SUMÁRIO

## **PREFÁCIO | 9**

## **INTRODUÇÃO | 11**

## **1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: PRIMÓRDIOS | 15**

Os novos contornos da Extensão Universitária | 16

CRUTAC | 24

Projeto Rondon | 26

Campus Avançado | 30

O Primeiro Plano de Trabalho de Extensão Universitária no Brasil | 32

## **2 A UFES NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE EXTENSÃO | 35**

## **3 VENTOS DE MUDANÇA: O FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS | 49**

## **4 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DO NOVO PERFIL DA EXTENSÃO | 63**

A Extensão Universitária hoje | 70

## **5 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFES: NOSSA TRAJETÓRIA POR MEIO DE PROGRAMAS E PROJETOS | 77**

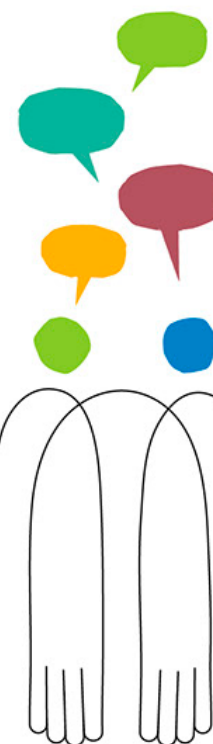
Cada Doido com sua Mania | 84

Centro de Estudos de Promoção em Alternativas de Saúde (CEPAS) | 88  
Gaturamo Observatório Astronômico (GOA) | 90  
Programa de Assistência Dermatológica aos Lavradores Pomeranos do Espírito Santo (PAD) | 92  
Programa de Conservação e Restauração de Bens Culturais | 94  
Laboratório de Educação Física Adaptada – LAEFA | 96  
Centro de Estudos e Pesquisa sobre Álcool e outras Drogas (CEPAD) | 98  
Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA) | 100  
Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (PAVIVIS) | 102  
Programa “Jongo e Caxambu: memórias de mestres e patrimônio cultural afro-brasileiro no Espírito Santo” | 106  
Laboratório de Tecnologias de Apoio a Redes de Inovação - LabTAR | 108  
Redes de Políticas no território: políticas públicas e movimentações sociais | 110  
Observatório dos Conflitos do Campo (OCCA) | 112  
Pescarte | 114  
EJCAD Consultoria | 116  
Laboratório de Gestão em Redução de Risco de Desastres | 118  
Solares | 120  
Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra | 122

## **5 A EXTENSÃO, OS ESPAÇOS CULTURAIS E DE DIVULGAÇÃO | 125**

GAP - Galeria de Arte e Pesquisa | 127  
GAEU – Galeria de Arte Espaço Universitário | 128  
Teatro Universitário | 129  
Cine Metrópolis | 130  
Museu de História Natural do Sul do Estado do Espírito Santo (MUSES) | 131  
Museu de Ciência da Vida | 132  
Museu de Minerais e Rochas - Laboratório de Geologia | 136  
Planetário de Vitória | 138  
Revista Guará | 140  
Rádio Universitária | 142

## **REFERÊNCIAS | 143**





# PREFÁCIO

Este livro da professora Patrícia Merlo, do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), revela-se auspicioso ao trazer para o público uma apresentação panorâmica acerca da história da extensão universitária, dos seus conceitos basilares, da sua dimensão social e da sua importância nos processos de ensino/aprendizagem. Um trabalho que é resultado de minuciosa e consistente pesquisa documental e de depoimentos de atores estratégicos que atuaram e atuam decisivamente no desenvolvimento das atividades de extensão no contexto nacional e, em especial, em nossa Universidade.

Trata-se de um belo material, com textos, imagens e gráficos que apontam para o papel da extensão em diferentes momentos históricos e a sua importância para várias gerações. É um livro que reafirma a produtiva sequência das atividades extensionistas na Universidade, contemplando diferentes áreas do conhecimento e com ampla abrangência no Espírito Santo. A obra apresenta o percurso de quase cinco décadas de extensão na Ufes, desde as primeiras ações realizadas pelos denominados Projeto Rondon e Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac). O livro é um trabalho de apuração qualificado e que marca a trajetória de um dos pilares do ensino superior – juntamente com o ensino e a pesquisa –, os quais constituem a missão da Universidade.

Esta é uma obra indispensável para se compreender a importância da extensão

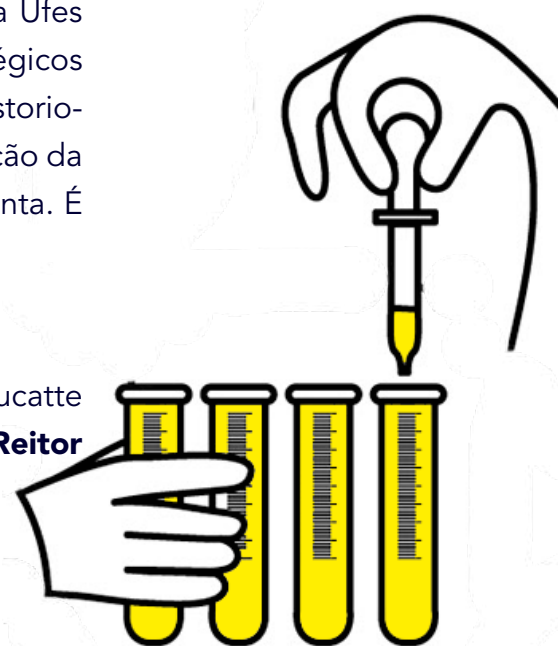
em diferentes contextos, e demonstra que ao se inserir na realidade social a Universidade contribui ativamente para a sua transformação. E esse é um papel único que somente a Universidade é capaz de desenvolver nas comunidades, estabelecendo uma necessária interação entre as potencialidades de uma instituição de ensino superior e a sociedade. Essa comunicação direta e efetiva possibilita novas oportunidades de aprendizado, permite a atualização de conceitos sobre a prática docente e contribui para o pleno exercício da cidadania.

Ao estender sua missão educativa para além de seus portões, indo ao encontro das comunidades por meio da extensão, a Universidade transporta todo o potencial que desenvolve nas diferentes áreas do saber, seja no ensino, na ciência e na tecnologia, na assistência, na cultura e nas artes, e na inovação. A pesquisadora Patrícia Merlo nos mostra, neste livro, as inúmeras possibilidades que os projetos e programas de extensão oferecem para o aprendizado, do ponto de vista acadêmico e da cidadania. Permite que se compreenda a vida real a partir das habilidades e técnicas apreendidas em áreas específicas do conhecimento. Esta obra apresenta também as inúmeras experiências de extensão vivenciadas pela Ufes até o momento em que alcança os 65 anos de sua história.

Se antes havia iniciativas isoladas desencadeadas por meio de esforços de pioneiros extensionistas, na história mais recente, a Universidade consolidou institucionalmente as suas atividades de extensão. Mantém uma pró-reitoria estruturada e com equipes multidisciplinares que organizam ações de extensão em todos os campi e em todos os centros de ensino da Universidade. Principalmente, a Ufes mantém consolidada uma sólida política extensionista, com objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazos. Assim, é importante reconhecer o rigor historiográfico, a reconstituição histórica cuidadosa e o detalhamento sobre a evolução da extensão universitária que este livro da professora Patrícia Merlo nos apresenta. É uma leitura e uma referência de pesquisa essenciais.

Reinaldo Centoducatte

**Reitor**







# INTRODUÇÃO

A extensão universitária vem se consolidando como um espaço de construção de conhecimentos significativos e de práticas sociais relevantes. A interação entre a ciência e a vivência alcançadas na academia auxiliam a viabilização de um projeto pedagógico e social que favorece um movimento de conectividade dialógica com a sociedade.

De fato, por potencializar e estimular a aprendizagem, tornando-a mais humana, as atividades de extensão estreitam os laços da universidade com a realidade econômica, social, política e cultural e quebra a visão dualista da razão instrumental, que foi dominante por um longo período nas instituições sociais.

Locus privilegiado da práxis acadêmica, por meio da atuação em projetos de extensão, os estudantes vivenciam experiências de aprendizagem importantes não apenas para sua formação profissional, mas também pessoal. Na relação com a realidade social, os alunos colocam frente a frente sua subjetividade individual com o mundo externo.

Cabe considerar que o compromisso social da universidade, expresso muitas vezes em sua missão, deve superar a mera preocupação com os menos favorecidos e focalizar também a formação ampla dos seus estudantes. Um dos aspectos da construção profissional é, justamente, o preparo para o exercício da cidadania, pois só



assim o acadêmico poderá produzir conhecimentos em benefício da sociedade. A constituição de uma extensão universitária preocupada com as questões sociais está diretamente relacionada com o desenvolvimento da participação cidadã. Deste modo, como argumenta Villar (2011), a atividade acadêmica de extensão universitária é imprescindível para a formação cidadã, como também é um espaço distinto para que o saber científico e o popular interajam, na construção de um novo conhecimento que resulte em transformação social.

Como processo educativo, cultural e científico, a extensão articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que tem na sociedade a oportunidade de elaboração prática do conhecimento científico. No regresso à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que situa a troca de saberes sistematizados – acadêmico e popular, tem como consequência a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira, de maneira mais ampla, e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a extensão é uma atividade interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2000/2001).

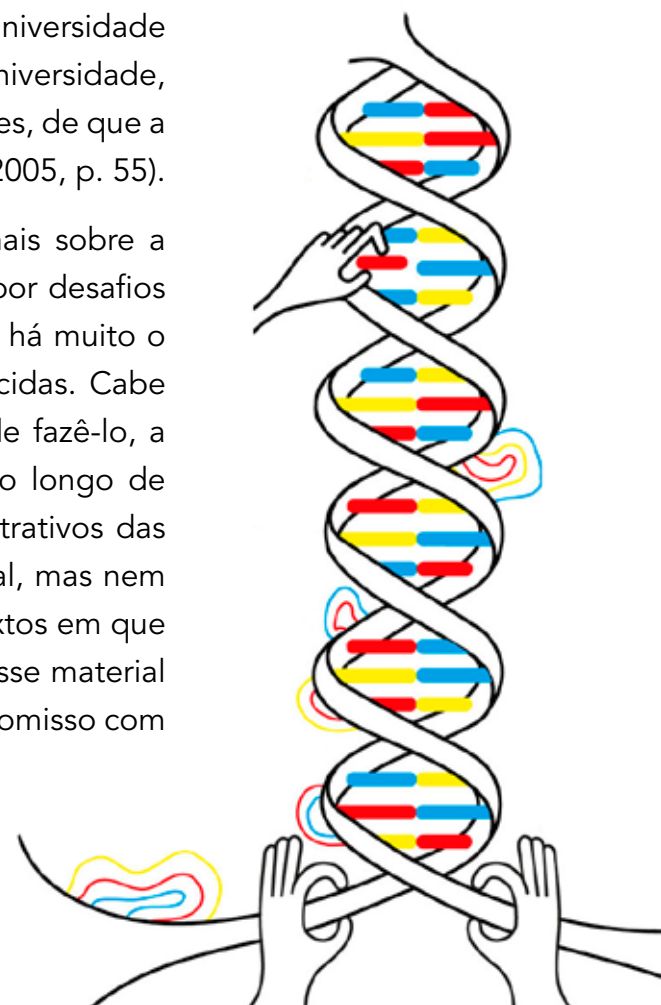
Dentro desse contexto maior, a extensão é entendida como um processo educativo contínuo de difusão e socialização do saber, com vistas à transformação social e ao processo de construção da cidadania, em direção a uma prática libertadora. Assim, ela se revela imprescindível para a formação acadêmica cidadã, numa universidade engajada politicamente nas problemáticas sociais existentes no contexto em que se insere, bem como nas suas prováveis soluções, mediante a aplicação de pesquisas e a descoberta de novos conhecimentos, realimentando o processo de ensino-aprendizagem.

A prática extensionista é uma das principais formas pelas quais a universidade

edifica sua relação com a sociedade. Entretanto, não alcança todos os segmentos sociais. Mesmo naqueles com os quais opera, as influências se mostram frágeis, mas significativas. Ainda assim, as atividades de extensão permitem que os atores da universidade demonstrem no campo operacional os conhecimentos que a academia está produzindo e, ao mesmo tempo, oxigenam a construção de saberes edificantes da vida social. Como diz Boaventura de Sousa Santos (2005), a extensão poderá ser uma alavanca para experienciar a justiça cognitiva, permitindo o acesso a conhecimentos emancipadores e possibilitando que, por meio dos diálogos entre saberes sociais e acadêmicos, construam-se conhecimentos novos – emergentes –, para solução dos problemas mais urgentes da vida cidadã.

Ao longo de sua história, a extensão tem apontado caminhos que podem contribuir decisivamente para fazer emergir uma “universidade de proximidade”, ou seja, uma universidade entendida, de fato, como coisa pública, cujos bens simbólicos produzidos devem ser democratizados e estar acessíveis aos distintos grupos sociais. Ao realizar o compromisso político e epistemológico da universidade com seu entorno, a extensão promove a democratização da própria universidade, “pondo fim a uma história de exclusão de grupos sociais e seus saberes, de que a universidade tem sido protagonista ao longo do tempo” (SANTOS, 2005, p. 55).

Procuramos, nas páginas que se seguem, apresentar um pouco mais sobre a história da extensão universitária na UFES. Uma trajetória marcada por desafios e contribuições diversas à sociedade de maneira mais ampla. Ainda há muito o que caminhar, mas é preciso conhecer e rememorar as etapas vencidas. Cabe ainda destacar que este livro não retrata, dada a impossibilidade de fazê-lo, a integralidade dos inúmeros projetos e programas desenvolvidos ao longo de décadas pela extensão. Reúne recortes que entendemos como ilustrativos das iniciativas realizadas. Como toda seleção, revela uma imagem parcial, mas nem por isso menos importante, das ações promovidas dentro dos contextos em que se inseriram, tanto nacionais quanto locais. Assim, esperamos que esse material torne ainda mais visível que o maior papel da universidade é o compromisso com a transformação social.

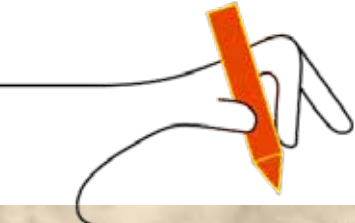




The background is a dark blue field densely populated with small, irregular geometric shapes in various colors including teal, purple, yellow, and brown. These shapes are scattered across the entire page, creating a textured, confetti-like effect.

## Capítulo I

# A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: PRIMÓRDIOS



Na ebulição dos anos 1920, em meio à contestação do poder oligárquico na Primeira República, a discussão sobre a educação e o que viria a ser a universidade ganhou força e contribuiu para o debate sobre o papel social das instituições de ensino no Brasil. Na América Latina, as reivindicações do Manifesto de Córdoba, de 1918, conclamavam à abertura e à sensibilidade das universidades para com os problemas sociais vividos pela população em geral. Nesta conjuntura, começaram as primeiras aproximações com a sociedade por meio da ideia de uma universidade popular, de forma a redimir seu distanciamento de um grupo social que não tinha acesso a ela (ROCHA, 2007).

Nessa conjuntura, dois modelos influenciaram os debates brasileiros. Por um lado, as universidades populares europeias, sob o entendimento de que era preciso contribuir com seu conhecimento para o setor social popular por meio da extensão. Tal movimento expressou o engajamento das universidades num processo mais geral, que envolveu diversas instituições (o Estado, a Igreja, os partidos), que buscaram, cada qual à sua maneira, oferecer contrapontos às consequências mais nefastas do capitalismo. Por outro lado, este paradigma rivalizava com a concepção adotada pelas universidades americanas, caracterizada pela ideia da extensão como prestação de serviços. Seu objetivo básico era a mobilização da universidade no enfrentamento de questões referentes à vida econômica, no sentido da transferência de tecnologia, mediada pela aproximação da universidade com o setor empresarial (PAULA, 2013, p. 9-10).

As primeiras experiências brasileiras em extensão aconteceram a partir de 1911, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Na Faculdade de Viçosa, por exemplo, dese-

nhou-se uma proposta de universidade voltada para atividades junto à população, por meio de cursos e conferências dedicados ao desenvolvimento da comunidade local, realizados na Escola Superior de Agricultura e Veterinária, em 1926 (LIMA, 2003).

Contudo, as orientações iniciais sobre a extensão universitária no Brasil só aparecem com o Estatuto das Universidades Brasileiras, instituído por meio do Decreto nº 19.851, de 1931, quando, então, é apresentada a forma como a extensão deveria ser realizada pelas universidades, concebendo-a como “cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário” (Art. 42), destinados principalmente à difusão de conhecimento e à solução de problemas sociais. De forma geral, o conceito da extensão ficava reduzido à ideia da transmissão do conhecimento (Art. 109).

Desta forma, o Estatuto das Universidades Brasileiras, apesar da intenção de institucionalizar a extensão, o faz como uma via de mão única. Isto porque estabelece para a universidade o dever de “difundir os conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva”, sem uma identificação clara do que seriam esses conhecimentos úteis e para quem ou a qual coletivo eles se destinariam (VIERO & TAUCHEN, 2012).

No Decreto-lei Nº 19.852/31, que trata da organização da Universidade do Rio de Janeiro, a extensão foi abordada principalmente nas seções destinadas aos Institutos de Direito, Educação e Belas Artes, predominando a concepção de que ela seria realizada por meio do oferecimento de cursos à comunidade, em consonância com o que fora estabelecido no Decreto-lei Nº 19.851/31 que, como mencionado, regulamentava o Ensino Superior no Brasil. Destaque-se que, nos artigos destinados à Escola de Belas Artes, foi designada a seção Extensão, na qual, além de prever cursos, foram inseridas exposições gerais de belas artes, o que remete ao caráter cultural que também permeou as práticas de extensão universitária no Brasil. A proposta da extensão para esse período estava, portanto, mais voltada para uma aproximação da universidade com a sociedade (VIEIRA, 2014, p. 47).

Na década de 1950, o ritmo de desenvolvimento o país se acelera, impulsionado pela industrialização e pelo crescimento econômico. Concomitantemente às várias





transformações que ocorreram, tanto no campo econômico quanto no sociocultural, emergiu, de maneira mais ou menos explícita, a tomada de consciência, por múltiplos setores da sociedade, da situação precária em que se encontravam as universidades no Brasil, em termos da sua própria infraestrutura. Com a tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente na segunda metade dos anos 1950, ganhou força o debate em torno da questão escola pública versus escola privada. Restritos inicialmente ao meio acadêmico, os debates e reivindicações deixaram de ser obra exclusiva de professores e estudantes para congregarem vozes novas em uma análise crítica e sistemática da universidade no país (FÁVERO, 2006).

Vale considerar que a efetiva incipiência institucional não impediu que a extensão universitária tivesse importante papel na luta pela transformação social do Brasil no âmbito das reformas estruturais, que se deram nos anos 1950 até 1964. O movimento estudantil encarregou-se de organizar ações de extensão desvinculadas das universidades. No início da década de 1960, o movimento estudantil brasileiro, do mesmo modo que em outras partes do mundo, assumiu uma postura contestatória sobre o papel da educação na reprodução das desigualdades sociais. Com base nessa reflexão, a extensão praticada pelos estudantes nesse período “é o primeiro aceno de mudança na sua concepção. É quando se veem ações concretas na direção do compromisso com as classes populares, não de forma assistencial, mas com intencionalidade de conscientizá-las sobre seus direitos” (NOGUEIRA, 2005, p. 26-27). Citem-se, por exemplo, as campanhas de alfabetização de adultos de cunho popular, difundidas tanto pelo Movimento de Cultura Popular (MCP), quanto pelos Centros Populares de Cultura (CPC).

No contexto dos anos de 1960, outras iniciativas e práticas de extensão foram efetivadas no cenário brasileiro, como o Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Pernambuco (SEC), que agia em conjunto com o Movimento de Cultura Popular. Este, por sua vez, teve sua raiz na campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, financiada pelos governos de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Dessa parceria resultou um programa de alfabetização de adultos que utilizava o

# Sociedade Civil O Movimento De Cultura Popular: Escolas

Dirigentes do Movimento de Cultura Popular, instituído pela Prefeitura do Recife, estiveram, na com a direção e assessoria do Lygia's Club, a fim de tomar medidas práticas visando à rápida multiplicação da escolar já iniciada pela Municipalidade. Os «leões» e rotacionados se sabe, estão em conjunto à indústria e social, o sentido de que em o pagamento das cras nas escolas abertas.

uma das finalidades o recolhimento das contribuições levantadas pelo Lygia's e demais organizações empenhadas na campanha contra o analfabetismo. Representantes da Prefeitura ficaram de apresentar os estatutos, ainda esta semana, bem como a minuta do plano geral em elaboração, o que facilitará a ação junto às classes produtoras. Diversos industriais, presentes à reunião, anteciparam seu apoio ao empreendimento. Sabe-se que as firmas União de Bebedores, Redenção de Recife, etc.

das professoras que atuarão em Santo Amaro, núcleo piloto do MCP, a ser inaugurado no próximo domingo, com a instalação de 10 unidades escolares. O material escolar foi todo fornecido pela Prefeitura, também responsável pela adaptação das salas onde funcionarão as novas escolas.

## PROGRAMAÇÃO

O Movimento de Cultura Popular organizou festiva programação para o dia 1º de maio, em Santo Amaro. As inaugurações serão iniciadas pela manhã.

## REUNIÃO DO MCP

A Prefeitura realizará sábado às 15 horas, importante reunião do Movimento de Cultura Popular, ocasião em que serão escolhidos os dirigentes efetivos da nova instituição. Estão convidadas as intelectuais, religiosas, jornalistas e estudantes já filiadas.

Ontem, a assessora Aécia Paes Barreto reuniu as professoras escolhidas para anunciar a orientação pedagógica a ser adotada em Santo Amaro.

# DE PÉ NO CHÃO

**também se**

**APRENDE A LER**

A PREFEITURA DO NATAL - NO GRANDE DO NORTE ESTÁ REALIZANDO UMA CAMPANHA EM BASE REVOLUCIONÁRIA DE COMBATE AO ANALFABETISMO. NÃO HAVENDO DINHEIRO PARA CONSTRUIR PRÉDIOS, ESTÁ PINTANDO SALPÕES COBERTOS DE PALMA DE COQUEIRO E O PISO DE BARRO BATIDO.

AAAX O PREFEITO DJALMA HARRANDÉ A COMBATER O ANALFABETISMO

EM NATAL:

- 60.254 ANalfabetos sendo
- 35.870 EPENHAS
- 24.445 ADULTOS
- 17.744 SEM ALFABETOS
- TOTAL ESCOLAS DATA 42510

PRIMEIRO DE DECEMBER

1 DE OUTUBRO DE 1960

## CARTILHAS E CADERNOS PARA OS ALUNOS DO MOVIMENTO DE CULTURA

Nada menos de 5 mil cartilhas do prof. Lourenço Filho («Upa, Upa, Cavalinho») e 5 mil cadernos para serem distribuídos ao Movimento de Cultura Popular pelo Estado da Paraíba.

antigo Distrito Federal, vários contactos com autoridades municipais sobre o movimento de Cultura Popular. A propósito, declarou que «a receptividade que o MCP vem encontrando na Guanabara encoraja-nos a levar avante o plano de ensino primário traçado pelo prefeito Miguel Arraes».

### ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Junto à Campanha Nacional de Educação de Adultos, o MCP conseguiu, por outro lado, registrar quantidade de material escolar, entre guias de leitura e de alimentação e material ilustrativo de aulas, destinados aos cursos noturnos de alfabetização.

D. Josina Godoy disse-nos, ainda, que esteve com o prof. Moreira de Sousa, decano dos estudos de educação do Ministério e ex-diretor da Divisão de Pesquisas Educacionais do Centro Regional do Recife, que demonstrou grande interesse pelo trabalho que vem desenvolvendo o Movimento de Cultura Popular. O prof. Paulo Campos, também do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, solicitou cópias dos estatutos da nova entidade municipal e minucioso relatório dos trabalhos realizados, até agora, na capital pernambucana.

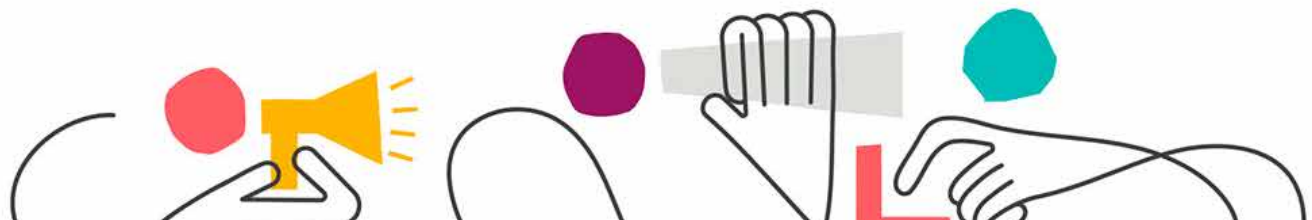
Junto aos diversos setores do Ministério da Educação, aquela colaboradora do MCP promoveu



Método Paulo Freire, uma prática educativa que conscientizava sobre a realidade social brasileira. Outra iniciativa importante nesse período foi a Universidade Volante, projeto da Universidade Federal do Paraná criado em 1960 e iniciado em 1961, que tinha como objetivo levar a orquestra sinfônica da Universidade a várias regiões do Estado, além de cursos e serviços voltados para as necessidades das regiões por onde passava (VIEIRA, 2014, p.50). De fato:

A universidade brasileira nasceu, tardiamente, na primeira metade do século XX e foi só a partir dos anos 1950 e 1960 que ela despertou para o seu compromisso social, muito por influência dos movimentos sociais, particularmente, com a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE) com seu projeto UNE Volante, que previa uma mobilização nacional a partir de caravanas. Destaque-se, nesse período, o trabalho de Paulo Freire, criando o Serviço de Extensão Cultural, na Universidade do Recife, bem como o Movimento de Cultural Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE (GADOTTI, 2017, p.1).

Contudo, em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reforçou o caráter unilateral da extensão como uma forma de difusão do conhecimento ao estabelecer, em seu Art. 69, ser a extensão uma proposta de realização de cursos a serem ministrados pelos estabelecimentos de ensino superior. Essa nova definição eliminou a ideia de solidariedade e cooperação com a sociedade, defendida na legislação anterior e, mais uma vez, deixou de aludir à possibilidade de a extensão se relacionar com o ensino e a pesquisa, frustrando as expectativas sociais de ter um significado mais profundo para a extensão universitária (CABRAL, 2012).



## Os novos contornos da extensão universitária

A trajetória da extensão universitária, a partir dos anos de 1960, esteve diretamente condicionada pela ditadura no Brasil (1964-1985), abalizada pelo discurso do desenvolvimento e modernização com segurança e controle. Se até então vinha se desenhando com base nas concepções de difusão social de conhecimentos e técnicas produzidos pela universidade, a extensão ganhou durante o período da ditadura civil-militar, maior visibilidade e projeção quando se tornou parte de uma política nacional, que lhe conferiu novas concepções e práticas e, consequentemente, novas representações. Na verdade,

Responsabilizar a comunidade universitária pela tarefa do serviço comunitário, sem o cunho político de resistência, era uma forma muito perspicaz de canalizar as energias dos estudantes em prol da nação, de uma maneira que o controle e a ordem do país pudessem ser restaurados e preservados. Cabia então à Extensão Universitária, realizar esse grande feito por meio do serviço comunitário, articulado à concepção de desenvolvimento do país. Essa apropriação estatal das ações populares gerou uma nova concepção que passou a permear a Extensão Universitária, além da difusão de cultura, conhecimento e técnica, agora cabia também a ela o serviço comunitário (GONÇALVES & SANTOS, 2015, p. 277).

Depois do Golpe Militar de 1964, algumas propostas defendidas pela UNE foram institucionalizadas e passaram a ser tuteladas pelo Estado, sob a égide dos militares, como forma estratégica de envolver o estudante universitário em ações próximas de comunidades carentes. Os acadêmicos podiam desenvolver atividades profissionais por meio de projetos, em sua maioria de caráter assistencial e sob rigoroso controle político e ideológico.

A extensão universitária recebia novos contornos por meio do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), do Projeto Rondon e do Campus Avançado, cujo escopo era a promoção de melhorias das condições de vida da população da região onde atuavam, sem, contudo, questionarem o mo-

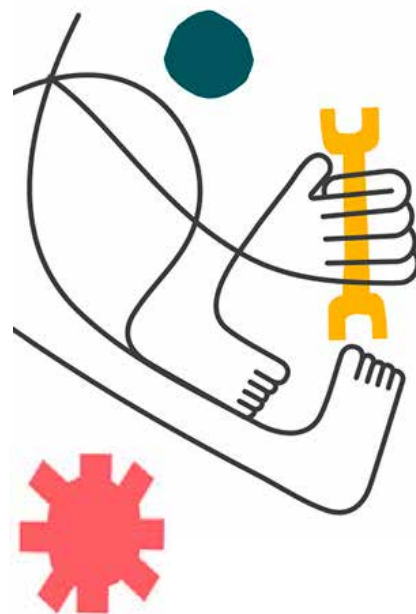




delo de desenvolvimento implantado e suas consequências para as comunidades. Essas ações começaram como atividades pontuais e foram ganhando corpo até se estabelecerem como um programa nacional de extensão, com atuação em locais estratégicos do país, durante o período da ditadura civil-militar.

Cabe apontar que as atividades extensionistas, realizadas a partir de 1968, foram regulamentadas em âmbito nacional pela Lei nº 5.540/68 e direcionadas para programas nacionais através de órgãos ministeriais do governo, como o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e o Ministério de Interior (MINTER). Esse processo de formalização e normatização das práticas de extensão universitária seguramente trouxe consigo concepções do contexto no qual estava inserido, o que remete à Doutrina de Desenvolvimento e Segurança Nacional difundida pela Escola Superior de Guerra (ESG) pois, segundo o Manual Básico - as instituições constituíam-se, assim, em canais próprios para a expressão dos interesses políticos, para a solução dos problemas comuns e para a participação no processo político (ESG, 1979, p. 103).

A universidade passou a desempenhar efetivamente uma função social sem, contudo, estar acessível, sob o ponto de vista educativo, às classes menos favorecidas. A finalidade principal dos conhecimentos ali produzidos passou a ser o aprimoramento ou desenvolvimento de novas técnicas para a produção e o mercado. Cabe ainda notar que, naquele momento, também se efetivavam duras medidas de repressão sobre a sociedade brasileira e, de forma mais direta, sobre o movimento estudantil, vindo a desfazer, como consequência, o sonho da universidade democrática.





## CRUTAC

O primeiro Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) foi criado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1965. Seu objetivo era proporcionar uma atuação dos estudantes universitários nas comunidades rurais, levando a cabo a proposta de combate à pobreza e à suposta "subversão", com base nos pressupostos desenvolvimentistas e na Doutrina de Segurança Nacional do governo militar. Em 1969, o Decreto-Lei nº 916 criou a Comissão Incentivadora dos CRUTAC, a CINCRUTAC, que abriu a possibilidade da expansão nacional dessa experiência, começando pela Região Nordeste, e alastrando-se para as demais regiões do país (BRASIL, 1969).

É importante considerar que, ao desenvolver ações educativas e, sobretudo, assistenciais, o CRUTAC também colaborou com o combate ao potencial de resistência ao autoritarismo e ajudou a formar nas massas atitudes favoráveis à ordem econômica vigente no país e ao desenvolvimento esperado. Assim, o envolvimento dos estudantes em ações extensionistas representava também um meio de os afastar da atuação política pela via dos movimentos sociais, sem abrir mão do contato com o povo. Consideráveis investimentos foram feitos no programa e, até 1975, foram instalados 22 CRUTACs em universidades brasileiras (MOTA, 1975).

De modo geral, não se deve perder de vista que o alcance do programa não se revelaria perene. As ações constituíram formas paliativas, em sua maioria assistencialistas, para a solução de problemas estruturais e profundamente enraizados. Contudo, para populações inteiras que viviam afastadas de oportunidades de melhoria em suas condições de vida, a prestação de serviços e os projetos de ação comunitária serviam como canal para o encaminhamento das demandas necessárias ao desenvolvimento de regiões menos favorecidas. Em algumas ocasiões, porém, os projetos priorizaram mais o treinamento dos alunos do que, propriamente, as necessidades das comunidades. Alguns passos foram dados, porém o CRUTAC não teve como foco o desenvolvimento da consciência crítica dos grupos populares, nem mesmo preparou a comunidade para se colocar enquanto agente de seu próprio desenvolvimento, apesar do vanguardismo de estudantes (SILVA, 2013).

## MEC vai ativar CRUTAC

Para dinamizar o funcionamento dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC, baixou portaria de no. 465, designando o ex-Reitor da Universidade do Rio Grande do Norte, prof. Onofre Lopes da Silva, que terá como objetivo principal coordenar e ativar aqueles Centros Rurais nas Universidades do Nordeste.

No momento, o CRUTAC atua em Pernambuco, R. G. do Norte e Maranhão e já se procede a sua implantação em Alagoas, Ceará, Paraíba e Sergipe. Os CRUTACs que mantêm a maior preocupação maior, em sua programa-



O laboratório de análises foi montado dentro do programa do CRUTAC (esq.). Alunos do curso de Odontologia atendem ao público (direita).



**Uma organização de ensino que preferiu o crescimento planejado e bem consolidado no plano jurídico a uma expansão física mais apressada**

**Ponta Grossa**

## A integração na sociedade ambiente

Inaugurava-se então um novo quadriênio administrativo.

### FILOSOFIA DE AÇÃO

Segundo o Reitor Odeni Villaca Mongruel, a Universidade Estadual de Ponta Grossa preferiu trocar a política de uma açada expansão física e acadêmica por um esforço bem sucedido, de consolidação no plano jurídico, e de obediência estrita a um cronograma de crescimento planejado, sustentado nas orientações gerais do MEC e inspirado nas

intermediária para suprir as lacunas das empresas públicas e privadas, bem como das cooperativas. Dentro dessa política voltada para o campo, a Universidade pontagrossense também está dedicando atenção especial ao programa CRUTAC. — Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária —, instalado no distrito de Itaiacoca. O CRUTAC tem como objetivo a promoção do homem do campo, situando-o dentro da sociedade atual. Essas

## Universitários podem vir a fazer estágio obrigatório de alguns dias no interior

Brasília (Sucursal) — Todos os universitários brasileiros poderão, em breve, ser obrigados a passar alguns dias nas cidades do interior do país, dentro de um programa de formação de profissionais com melhor conhecimento da realidade brasileira.

O programa visa ainda a dar uma maior assistência às comunidades rurais. Essa idéia, definida no Ministério da Educação como "estágio rural obrigatório", poderá ser posta em prática com base na experiência do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC).

## DESCENTRALIZAR PARA DINAMIZAR

A Universidade Federal de Alagoas, com sede em Maceió, reestrutura-se em centros coordenadores de atividades.

Assim, procede-se ao levantamento das riquezas lacustres alagoanas; reformula-se o ensino médico e a assistência sanitária, com o programa HOPE/



## Projeto Rondon

O Projeto Rondon nasceu de uma proposta debatida no I Seminário sobre Educação e Segurança Nacional, realizado no Rio de Janeiro, em outubro de 1966. Participaram do evento professores, militares e docentes da Universidade do Estado da Guanabara que, juntamente com os instrutores da Escola do Comando e Estado-Maior das Forças Armadas, foram apresentados à ideia síntese do que seria posteriormente o Projeto Rondon, idealizado pelo Professor Wilson Choeri (1928-2013).

A premissa defendida dizia respeito à necessidade de inserção dos universitários no projeto de desenvolvimento do Brasil, tal como colocado pelo regime militar. O objetivo era aproximar os jovens “das comunidades menos desenvolvidas que habitavam o interior do Brasil. [...]” pois, “era interessante para o governo manter os estudantes universitários sob proteção, imprimindo-lhes a ideologia da segurança nacional” (PRAVATO, 2011, p. 22).

Essa concepção sofreu influência do trabalho realizado pela Universidade Volante do Paraná, que forneceu a base de onde se retirou os conhecimentos operacionais fundamentais (GURGEL, 1986, p. 116). A primeira intervenção do Projeto Rondon foi denominada Operação Zero e ocorreu em julho de 1967, com um grupo de trinta alunos, em Rondônia, por um período de vinte e oito dias. O programa contava com apoio do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e do Ministério do Interior (MINTER), o que assinalava o interesse das Forças Armadas. Tinha por objetivo a integração das regiões economicamente carentes de desenvolvimento, mediante o intercâmbio de estudantes de todas as regiões do Brasil.

O Projeto Rondon apresentava-se ao Estado como uma alternativa possível às propostas modernizadoras. O universitário tinha a oportunidade de conhecer outras realidades, comprometendo-se com o governo na solução de problemas em áreas estratégicas de seu interesse, o que contribuiria para o desenvolvimento econômico do país (GONÇALVES & VIEIRA, 2015, p. 279). Em junho de 1968, o Governo Federal instituiu o Grupo de Trabalho Projeto Rondon, através do Decreto nº 62.927 e, em novembro de 1970, pelo Decreto nº 67.505, passou a denominar-se Projeto Rondon e a funcionar como órgão autônomo, de administração direta, su-



bordinado ao Ministério do Interior. Transformou-se em Fundação em dezembro de 1975, pela Lei nº 6.310 (MINTER, 1976).

O foco do Projeto Rondon foi se consolidando rapidamente nos primeiros anos de atuação, com a concepção, implantação e exercício dos vários programas operacionais desenvolvidos, a saber: Operações Nacional, Regional e Especial, Campi Avançados, Interiorização e Fixação de mão de obra especializada. O programa pode ser considerado um chamado de convergência de forças para a integração de regiões distantes e esquecidas ao longo da história, pelos sucessivos governos. Assim como o despertar de um pesadelo, em que o Brasil estaria prestes a perder território – e, com maior risco, a Amazônia –, para algum outro país, com maiores recursos e interesses. Daí as operações do Projeto Rondon, em especial as dos campi avançados, terem sido mais direcionadas para aquela região (SANTOS & MENDES, 2005).

Na formação do universitário brasileiro há, agora, uma pesquisa ao vivo sobre as origens do país

# A ESCOLA DA SELVA

Reportagem de JOÃO E. SILVEIRA • Fotos de VIEIRA DE QUEIROZ

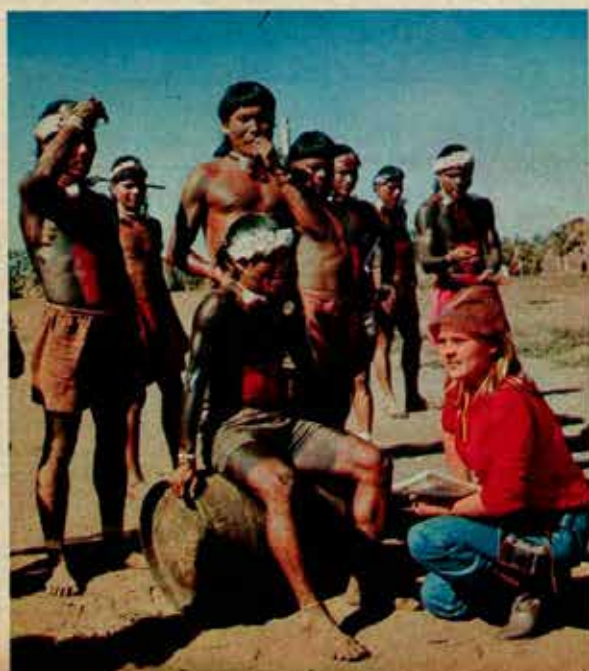


*As equipes de assistência e pesquisa deslocaram-se em canoas para as aldeias mais remotas.*

Quando o avião começou a se deslocar pela pista do Aeroporto de Aragarças, os estudantes do Projeto Rondon II, que haviam passado a noite festejando o término de sua missão, cabeceavam de sono. Mas, junto ao hangar, a gente simples da cidadezinha dava adeus e até chorava: desde a rebelião contra o Presidente Kubitschek, Aragarças não passava por dias tão animados. E jamais, antes, ela recebera auxílio tão cordial e desinteressado, em seu isolamento no Brasil Central.

O Município inteiro tem cerca de cinco mil habitantes. Na sede, as ruas são poeirentas e apenas uma parte da avenida principal está calçada de pedras. A arrecadação é pequena demais para permitir à Prefeitura a realização de obras como eletrificação, rede de água ou esgotos. Ali, nada acontece e as notícias sobre o que se passa no resto do mundo chegam esmaecidas e retardadas. Nos dias de folga, os muitos bares e vendas se enchem de fregueses — beber e conversar são praticamente os únicos divertimentos.

A presença de quase cem universitários do Rio e de Goiânia, junto com os coor-



*Entre os índios da região, os bororos mostram vestígios de uma cultura mais avançada. Seu artesanato é magnífico. O contato com a civilização, porém, parece mais prejudicial a eles do que aos xavantes.*

Enquanto a Operação-Rondon faz com que milhares de jovens descubram no trabalho das selvas um sentido para a vida, as Forças Armadas se preparam para receber centenas de profissionais recém-formados e universitários

# OS DOUTORES RECRUTAS



Em Rondônia, os universitários que participaram da Operação-Rondon foram festivamente recebidos pelas guarnições militares sediadas em Porto Velho.

Centenas de estudantes de medicina, farmácia, odontologia e veterinária decidiram só prestar o serviço militar depois de formados. Aproveitam uma inovação na lei do serviço militar, visando a atender a necessidades mais amplas da segurança nacional e a conciliar os interesses dos próprios jovens. Os estudantes matriculados naquelas escolas, se desejarem, podem obter o adiamento da incorporação até terminarem os cursos. Mesmo não matriculados, os jovens mediante requerimento poderão ter o adiamento da incorporação por um ou dois anos, para efetuarem a matrícula. Os que forem beneficiados pelo adiamento de incorporação e que não obtiverem matrícula ou que, depois de matriculados, interromperem os cursos superiores, serão encaminhados às Comissões de Seleção do contingente anual, para a prestação normal do serviço militar como conscritos.

Contudo, os que terminarem os cursos — isto é, os médicos, farmacêuticos, dentistas ou veterinários recém-formados — já irão prestar os doze meses de serviço militar na condição de aspirante a oficial da reserva de 2ª classe, sendo após seis meses promovidos a 2º tenente. Ao terminarem o tempo de serviço terão assegurada a promoção a 1º tenente. Enquanto estiverem incorporados, esses "doutores recrutas" perceberão os vencimentos e terão as regalias do oficial da ativa. Além de amparo nos deslocamentos para atingir as organizações militares de destino, terão ainda direito à importância, em dinheiro, necessária à confecção de uniformes, sempre que possível, senão à facultado

escolher a força armada em que desejarem servir (Exército, Marinha e Aeronáutica) bem como a localidade e a unidade de sua preferência. Como são limitadas as possibilidades de aproveitamento, nas organizações militares das Forças Armadas, desses estudantes que terminam o curso, está sendo dada absoluta prioridade para incorporação aos voluntários. Os não aproveitados recebem o Certificado de Dispensa de Incorporação.

Assim, todos os estudantes que desejarem servir o Exército, depois de formados em medicina, farmácia, odontologia ou veterinária, na condição de jovens oficiais brasileiros, poderão candidatar-se às guarnições militares de toda a base física nacional, inclusive as localizadas nas fronteiras do Brasil. A melhoria da saúde da população nessas áreas é um imperativo nacional. Participando desse esforço, os "doutores recrutas" compensam de certo modo a Nação pelos en-

dônias — com o objetivo de trabalhar e servir no Nordeste e na Amazônia. A execução desse projeto assegura o aproveitamento da mão-de-obra altamente especializada do estudante na equação dos problemas nacionais. Jovens universitários, que habitualmente conhecem apenas as grandes cidades, descobrem que há um "outro Brasil", que, ocupando mais de dois terços de nosso território, ainda está longe de ter resolvidos os problemas de higiene, saúde, habitação, educação, transportes. Viajam através de regiões insôpidas, e utilizando as vizes meios de transportes precários, como a canoa e o lombo de burro, eles se informam do trabalho realizado pelas Forças Armadas. Nas tribos amazônicas, por exemplo, os aviadores da FAB, os pelotões do Exército, a Comissão Demarcadora de Limites e os missionários documentam, com a sua presença e o seu ânimo heróico, esse espírito de servir,

centrarão também com estudantes da região, em Belém. Deles, 10 trabalharão com o governo do Amapá e outros tantos na colônia militar do Oiapoque, percorrendo as missões. Em Manaus, terceiro centro de irradiação do Projeto Rondon, se concentrarão 80 estudantes cariocas. Deles, 40 irão para Roraima. Os demais estagiarão em missões. Em Porto Velho, o quarto centro de irradiação, vão reunir-se os estudantes gaúchos, que trabalharão em sua maioria com as forças militares de fronteira. O Acre, Rondônia e o oeste de Mato Grosso são as áreas de atuação dos estudantes paulistas.

Graças ao Projeto Rondon, milhares de estudantes brasileiros não apenas estão descobrindo o "outro" Brasil, como, tendo passado a amá-lo, se dispõem a dar a sua contribuição pessoal à integração dessas áreas ainda selvagens, na vida nacional. No Alto Solimões, entre índios desdentados e opila-

Descobrir o próprio país e mergulhar na realidade brasileira é a grande aventura dos jovens.

cargos assumidos com a sua formação profissional em estabelecimentos de ensino superior.

Aíllá, a decisão de começar a vida prestando um grande serviço ao País, no plano da integração nacional, está caracterizando um número cada vez maior de jovens brasileiros. O Projeto Rondon é o melhor testemunho desse mergulho que milhares de rapazes estão dando na realidade brasileira. Em que consiste o Projeto Rondon? Na concentração de centenas de estudantes, procedentes das mais várias partes do País, em quatro centros de irradiação — Recife, Belém, Manaus e Porto Velho (Ron-

Coordenado pelo Ministério do Interior, com o apoio dos demais ministérios, notadamente os militares, o Projeto Rondon é minuciosamente planejado. Os estudantes que dele participam recebem, antes, um treinamento especial, que inclui desde a coleta de dados e aulas de cirurgia de urgência até a medicina tropical. No início do próximo ano, aviões da FAB e de empresas particulares vão transportar centenas de moços brasileiros para mais uma Operação-Rondon. No Recife, ficarão 60 estudantes cariocas e 20 gaúchos que com os elementos locais trabalharão no Nordeste. Outros 80 jovens se con-

dos, jovens supercivilizados do Rio e de São Paulo assumirão a grande decisão: "Quando eu me ormai, virei trabalhar aqui."

Foi pensando em jovens deste gabarito, decididos a participar de uma grande obra de redenção nacional indispensável ao progresso global do País, que o Marechal Costa e Silva sancionou a Lei n.º 5.292, que dispõe sobre a prestação de serviço militar pelos médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários recém-formados. Graças a tal lei, muitos jovens desesperados que afogavam em chope o seu sentimento de inutilidade estão encontrando um sentido para a vida.

Texto de AFONSO DE MOURA

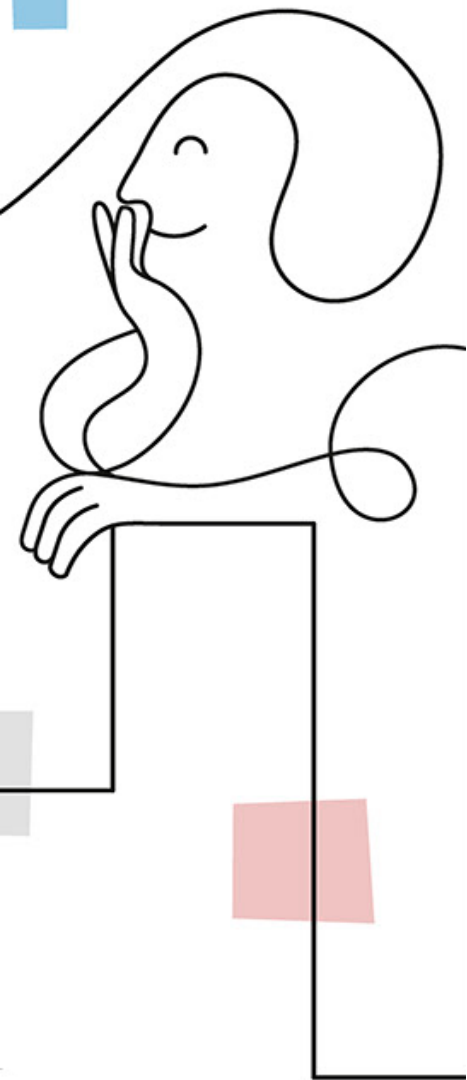
## Campus Avançado

O Campus Avançado foi considerado pelo Ministério de Educação e Cultura como o único programa do Projeto Rondon completamente integrado à extensão universitária. Tinha como característica a presença constante de universitários e professores na região onde se encontrava instalada a sede do Campus, executando atividades que visavam ao desenvolvimento daquela região, atividades estas vinculadas aos currículos das universidades e supervisionadas por seus departamentos.

Assim, os Campus Avançados eram extensão das universidades em regiões menos favorecidas do país e consideradas pelo Governo Federal como polos de desenvolvimento, embora ainda carentes de recursos. O Campus era dirigido por uma universidade pública ou por um grupo de Instituições de Ensino Superior e as atividades desenvolvidas contavam com a participação da comunidade e dos órgãos federais e estaduais atuantes na região. Houve 22 desses campi ao todo.

Para garantir que as universidades assumissem esses projetos em sua estrutura institucional, algumas providências foram tomadas no âmbito das Políticas Educacionais, estabelecendo-se princípios e normas para a extensão universitária. O Decreto-lei nº 252 de 1967 estabeleceu em seu artigo 10º que “A Universidade, em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes” (BRASIL, 1967). Como é possível perceber, o decreto mencionava a já conhecida concepção de difusão de conhecimento e técnica, por meio de cursos, e associava a extensão universitária ao serviço comunitário externo à universidade.

Outra providência veio mediante a Reforma Universitária nº 5.540/68 que, em seu Artigo nº 40, confirmou a presença da extensão nas universidades. Na mesma direção, um terceiro ato foi a formação no MEC, em 1974, de uma Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) que, no ano seguinte, foi responsável pela elaboração do Plano de Trabalho de Extensão Universitária, de caráter nacional (VIEIRA, 2014, p.67).



# “Campi” avançados complementam trabalho do Rondon no interior



Em Parnaíba, no Piauí, as equipes do campus cuidaram pouco dos pobres

## Barreiras

Quando o campus avançado de Barreiras, na Bahia, foi inaugurado, em setembro de 1972, a cidade tinha pouco mais de 10 mil habitantes. Hoje são quase 15 mil, dos quais apenas 12 mil nasceram lá.

Esse crescimento não se deve apenas ao campus, por onde passaram, em dois anos, 260 estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal de Viçosa. Situada no entroncamento das BRs—20, 135 e 242, que ligam todas as capitais do Nordeste a Brasília e São Luís e Fortaleza e Belo Horizonte e São Paulo, Barreiras cresceu, segundo se acredita, por causa de sua localização.

## Aproximação

As atividades no campus começaram com uma equipe da Escola de Educação Física da UFMG, que foi utilizada para conquistar a coletividade — principalmente a juventude — com técnicas de educação física e recreação. Atualmente, os alunos treinam professores de segundo grau e promovem campeonatos e práticas desportivas.

Estudantes de todos os cursos — menos Arte e Música — estão atuando em Barreiras. Turmas de Arquitetura concluíram projetos urbanísticos e paisagísticos para a Prefeitura.

pital de Barreiras estão sob a responsabilidade de universitários da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da UFMG e alunas de Enfermagem já promoveram dois cursos de partelras leigas, enfermagem do lar, atendentes do lar, higiene e puericultura. Em cada um desses cursos se matricularam cerca de 150 pessoas.

Além de assistirem os militares do 4.º Batalhão, os alunos de Odontologia estão promovendo o levantamento PTO (de cárie) de toda a população. Quanto aos estudantes de Veterinária, desde o início estão levantando a incidência de brucelose na região, orientando os associados da cooperativa agropecuária, atendendo casos clínicos e vacinando o gado bovino.

Da Universidade Federal de Viçosa, já participaram de atividades no campus de Barreiras quatro equipes com quatro estagiários cada uma. Estudaram o solo e iniciaram um levantamento agrônômico da região.

## Manutenção

Até julho deste ano, as equipes eram formadas por 12 estudantes e se revezavam de 20 em 20 dias. Com o desenvolvimento dos trabalhos, resolveu-se aumentar o estágio para 30 dias e

## Rondon abre 21.º “campus” em Parnaíba

Brasília (Sucursal) — Com a inauguração do seu 21.º campus avançado, quinta-feira última, na cidade planejada de Parnaíba, o Projeto Rondon comemorou a maioridade simbólica do seu programa de unidades

Quinta-feira, 23/4/70 □ 1.º Caderno

## Operação-Rondon começa em São Paulo campanha de ajuda aos seus “campus” avançados

São Paulo (Sucursal) — O coronel Roy Hermínio Friede, coordenador-geral da Operação-Rondon iniciou ontem, em São Paulo, uma campanha destinada a conseguir junto às indústrias e empresas comerciais paulistas doações para o equipamento dos campus universitários avançados instalados pela Operação.

A campanha foi lançada no auditório da Faculdade de Higiene da Universidade de São Paulo, com a doação, pela Singer do Brasil, de 24 máquinas

## O Primeiro Plano de Trabalho de Extensão Universitária no Brasil

No ano de 1975, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) lançou o Plano de Trabalho da Extensão Universitária, que significou um avanço no que diz respeito às questões deste setor, apesar da conjuntura histórica de repressão. Por meio daquele instrumento, o MEC conseguiu garantir a competência de preconizar como o trabalho extensionista deveria ser realizado pelas universidades. Isso significou criar uma linha política de atuação e, a partir dela, construir espaços para que novos atores sociais se colocassem em cena (MEDEIROS, 2017, p. 12).

Com o Plano, o MEC assumiu definitivamente a competência para pensar a política de extensão universitária no país, acompanhando as iniciativas de extensão, incentivando o intercâmbio entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e traçando as diretrizes e normas para o setor. De acordo com o documento, define-se extensão como:

a forma através da qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa (MEC/DAU, 1975).

Outra contribuição do referido plano foi a superação do entendimento contido na Lei 5.540/68, que restringia a extensão à participação de estudantes, procurando envolver, desta feita, também os docentes. Grosso modo, o Plano de Trabalho apontou três linhas de ação: a) coordenação, supervisão e avaliação das experiências de extensão; b) articulação interinstitucional das experiências; c) articulação com órgãos públicos ou privados preocupados com o desenvolvimento da extensão. As ações iniciadas pela CODAE foram interrompidas em 1979, como resultado de uma reforma administrativa no MEC que resultou na extinção daquela Coordenação. Não havendo outro órgão na nova estrutura encarregado de assumir as suas atribuições, a política de extensão universitária foi negativamente impactada (NOGUEIRA, 2005).







The background is a dark blue field filled with numerous small, colorful geometric shapes. These shapes include circles, triangles, squares, and irregular polygons in shades of teal, purple, yellow, and light blue. They are scattered across the entire page, creating a vibrant, abstract pattern.

Capítulo II

**A UFES NO CONTEXTO DO  
DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE  
EXTENSÃO**

No Espírito Santo, os primeiros esforços pela existência de uma universidade integrada aconteceram durante a administração do governador Jones dos Santos Neves (1951-1955). Até então, algumas faculdades independentes haviam sido criadas, no decurso do século XX.

Na verdade, o perfil agrário capixaba começava a mudar e o fomento da educação superior constituiu-se na estratégia para melhorar o nível da formação profissional e minimizar o problema da escassez de trabalhadores qualificados no estado. Esse foi o principal motivo para a fundação da Universidade do Espírito Santo (UES). Instituída na forma da Lei nº 806, publicada em 05 de maio de 1954, comprometia a instituição com o desenvolvimento intelectual, artístico, filosófico e cultural (BORGIO, 2014).



É verdade que o estabelecimento jurídico da UES, pelo governo do estado, representou um grande marco na história da instituição. Mas, apesar disso, algumas questões assombravam sua concretude, sobretudo as dificuldades na acomodação física e na regularização junto ao governo federal. Apesar disso, em 1955 já foram ofertados os chamados “cursos de verão”, tendo como objetivo “estabelecer um conagraamento maior entre a Universidade e o povo, sem cujo apoio ela não pode cumprir sua finalidade” (BORGIO, 2014, p. 33).

A federalização da Universidade do Espírito Santo data de janeiro de 1961 e dispunha sobre a autonomia didático-financeira, administrativa e disciplinar que deveria ser garantida à instituição, nos moldes das universidades federais presentes em outras regiões do país. Do mesmo modo, foi definida a composição do patrimônio da instituição, os recursos para sua manutenção, o provimento de cargos e cátedras, o regime de trabalho dos docentes e servidores, as atribuições do reitor e os estabelecimentos de ensino – já existentes porém, antes, desmembrados: Faculdade de Direito, Escola de Belas Artes, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Escola Politécnica e Escola de Educação Física (PELEGRIE, 2016, p.23).

Em 1963, chegaram a ser promovidos cursos populares pelo Departamento de Educação e Cultura, compartilhando conhecimentos básicos sobre saúde, vida doméstica, cultura e política. O objetivo era a busca por uma maior integração com



a sociedade, sendo oferecidos em bairros da capital, como Santo Antônio, Ilha do Príncipe e Maruípe, e com significativa participação popular (BORGIO, 2014, p.87).

Desde o Decreto-Lei nº 252 de 1967, a extensão universitária foi oficialmente compreendida como forma de exercício do ensino e da pesquisa, através de cursos, seminários e prestação de serviços, formulação que gerou a conjunção entre extensão e estágio. De maneira geral, como vimos, as primeiras experiências estimuladas por políticas oficiais revelaram uma concepção de extensão como assistencialismo prestado por estudantes, desvinculado da participação do docente universitário, consagrando, ao mesmo tempo, o envolvimento do estudante na ideologia desenvolvimentista do governo (NOGUEIRA, 2005).

Porém, o trabalho da Extensão só ganhou regulamentação própria com o Decreto-Lei nº 63.577/68, acompanhando os encaminhamentos nacionais. A implantação efetiva do campus consolidou-se nesse período, juntamente com o “Plano de Reestruturação” em conformidade com a Reforma Universitária. Em meio ao ambiente de reorganização acadêmica e estrutural, em 1969, o Conselho Universitário aprovou um plano de extensão em consonância com as determinações da Reforma e marcado pela política desenvolvimentista do governo militar.

Em âmbito estadual, ainda em 1969, foi instituído o “Projeto Bandeiras”, com a missão de difundir as atividades de ensino e pesquisa da Universidade com foco no benefício à comunidade, por meio de contribuições para a melhoria das condições socioeconômicas do Estado, justificando-se na colaboração com o esforço de desenvolvimento nacional. Com atuação em diferentes áreas, o Bandeiras foi o principal agente de promoção das atividades de extensão em terras capixabas até 1972 (BORGIO, 2014, p.89).

É importante pontuar que, entre os anos de 1972 e 1974, as obras de infraestrutura da já assim chamada Universidade Federal do Espírito Santo deslancharam, com o aterro, a pavimentação e a instalação do sistema de energia elétrica em toda a área do atual campus Goiabeiras. Além disso, a departamentalização foi concretizada, com a instalação definitiva dos centros de ensino e dos prédios para abrigarem os cursos e os setores administrativos. Da mesma forma, toda a estrutura física complementar, de esportes e convívio foram edificadas (FERNANDES e VALE, 2013).



O Ministro Júlio Sambaqui afirma que a reforma universitária está em marcha e nada poderá detê-la

# revolução no ensino superior

**VITORIA-22-5-954 FOLHA CAPIXABA**

## O ensino no Espírito Santo:

— Eis o que dizem as estatísticas oficiais («Sí-nopse Estatística» Edição do I.B.G.E.): Po-pulação do Estado em idade escolar (7 a 14 anos) 174 421; crianças matriculadas no curso primário: 66 665; crianças que frequentam o curso primário: 45 854; crianças que concluíram o curso primário: 3055. Vejamos o que isso significa: a) em cada 4 cri-anças em idade escolar apenas 1 frequenta escola primário; b) — em cada 100 crianças em idade escolar nem 2 concluem o curso primário. Em números absolutos: do total de 172 421, apenas 3.055 concluem o curso primário, 169 366, ficam praticamente analfabetas. Depois disso de que va-lem os faróis da Universidade do Espírito Santo, dos «técnicos» paulistas, do Secretario-turista, re-sidente em São Paulo?

# Reforma Universitária: bandeira de luta do estudante brasileiro

Os estudantes brasileiros estão há al-guns anos empenhados numa de suas mais decisivas batalhas em prol da reestrutura-ção dos princípios e da prática do ensino universitário. O atual desenvolvimento do país exige que a educação superior se faça de acôrdo com as exigências de nossa épo-ca, do momento histórico que vivemos.

A esclerose da Universidade, reconhe-

educador traduz o desequilíbrio de nosso ensino em relação ao desenvolvimento, e que representa uma crescente carência de elementos especializados. Em 1958, havia apenas 14 estudantes para cada grupo de 1.000 pessoas em idade escolar superior, de 20 a 24 anos, contra 300 nos Estados Uni-dos. Nesse mesmo ano, de um total de matrículas de 75.486 estudantes, 44.499

tada ao I Seminário Internacional de Re-forma do Ensino, reunido na Bahia, e on-de provou a validade de suas formulações. No II Seminário, convocado para este ano, a UNE procurará dar seqüência ao seu tra-balho, enriquecendo-o com o novo material que lhe foi fornecido pela prática e pelas pesquisas do movimento estudantil nos úl-timos meses.

Em 1972, a UFES foi integrada ao CRUTAC, projeto do governo federal criado em 1969, com a missão de promover treinamento aos universitários nas regiões rurais do estado, por meio de estágios em que eram exercidas atividades relacionadas à área de conhecimento em estudo. A ata da reunião do Conselho Universitário de 10 de agosto de 1972, que trata sobre o tema, informa:



O Ministério da Educação e da Cultura através do projeto prioritário n. 18 está dando extraordinária ênfase à execução de programas objetivando a integração das universidades com as comunidades. Para tanto, o referido projeto promove a criação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC. Visando isto, as universidades deverão criar nas regiões geoeconômicas em que se situam, programas de treinamento e aplicação de diferentes modalidades de ensino, compatibilizadas a diretrizes locais dos governos e interesses da comunidade (UFES-DAOCS, Resolução do Conselho Universitário n.18/72).

Além dos departamentos da universidade, outras instituições se envolviam: prefeituras, secretarias de estado, entidades particulares. Dentro de uma filosofia extensionista em configuração, buscava-se conhecer as questões locais e construir alternativas integradas às mesmas. É importante enfatizar o destaque que o programa teve na estrutura da universidade e as condições, inclusive financeiras, de sua realização.

Num contexto em que se mostrava essencial alinhar as universidades às necessidades do desenvolvimento do país em suas díspares demandas regionais, o CRUTAC serviria para criar condições de estudo, mas não somente. Era, sobretudo, um espaço de experimentação dos problemas das comunidades rurais capixabas, para que, consequentemente, fossem elaboradas formas de intervenção e soluções visando engajá-las no projeto desenvolvimentista nacional. De fato,

Os anos 1970 foram anos de organização institucional da extensão e de muitas discussões através de seminários, cursos, congressos, que criaram uma unidade de ação entre as instituições de educação superior. Mesmo que, na maioria das vezes tendo-se propostas oriundas do Ministério de Educação e vindas

## Projeto "Bandeiras"

Em solenidade presidida pelo ministro Tarso Dutra, foi instalado, no último sábado em presença de grande número de professores e estudantes, o Projeto Bandeiras, que se destinará a prestar benefício à comunidade do Estado, estendendo suas atividades de ensino e de pesquisas, contribuindo desta forma, para melhorar as condições sócio-econômicas do Espírito Santo e cooperar no processo de desenvolvimento brasileiro. A iniciativa resultou de um ato do reitor Alair de Queiroz Araújo, que tocou várias considerações em torno da matéria, em sua profundidade, por uma equipe de especialistas em assuntos sociais da UFES.

Segundo a portaria e o

discurso pronunciado pelo reitor da UFES, na ocasião, ao Projeto Bandeiras ficará atribuída a missão de estender as funções da Universidade no sentido de assistência direta e indireta às comunidades menos assistidas do Estado, de todas as formas a seu alcance e integrá-las no processo de desenvolvimento nacional. Uma comissão ficará encarregada de colocar o projeto em ação, formada dos professores Stélio Dias, diretor do Departamento de Educação e Cultura; Ronaldo Gianordoli, representante do Conselho Universitário; Alberto Monteiro assessor técnico do gabinete do Reitor; e Arlindo Vilaschi, universitário, representando o alunado da URFES.

## IMPLANTAÇÃO DE CENTROS RURAIS NAS UNIVERSIDADES

Entre as medidas previstas na programação do MEC visando garantir apoio e assistência aos educandos se inclui a implantação dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e de Ação Comunitária (CRUTAC) e o desenvolvimento de planos semelhantes nas regiões urbanas. De acordo com a previsão do planejamento prioritário do MEC, já estipulado através do projeto número seis, a participação dos universitários em tais iniciativas será feita como estágio de prestação de serviços em retribuição à gratuidade das Universidades. Serão feitos, conforme a previsão, convênios com as Secretarias de Educação e Saúde, laboratórios e entidades de assistência social. Serão utilizados equipamentos como via-

Sexta-feira, 30 de abril de 1971

## Vária

## Universidade, renovação e integração

Uma das teses postas em realce, durante o último encontro de reitores brasileiros, recomenda a maior inserção da Universidade na análise da problemática regional, de modo a que possa valorizar a sua contribuição concreta, a esse respeito, e conseqüentemente atingir níveis de integração mais íntima com as regiões onde atua.

Trata-se, obviamente, de um objetivo de mais alta relevância, que, nos parece deva ser levado às suas últimas conseqüências, na medida das possibilidades existentes, a fim de que, inclusive, possam ser atendidas convenientemente as diferenças, necessidades e peculiaridades das diversas regiões, em proveito de seu maior progresso e de sua vida cultural.

## UNIVERSIDADE LEVA O ESTUDANTE PARA ESTAGIAR NO CAMPO

Um programa de interiorização da Universidade, instruindo o homem do campo, ao mesmo tempo que proporciona aos concluintes das unidades universitárias, no período dedicado a estágio, oportunidades e vivência com o meio rural, será implantado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 16 regiões do Estado.

Trata-se do Centro Rural Universitário de Treinamento e de Ação Comunitária (CRUTAC), idealizado pelo professor Onofre Lopes, reitor daquela Universidade.

de cima para baixo, criou-se um clima de deu à extensão universitária uma visibilidade no plano das instituições da educação superior (NETO, 2002, p.171).

Como já analisado, outro programa que ganhou destaque nacional e local foi o Projeto Rondon. A experiência inicial foi seguida de muitas outras semelhantes que ocorreram durante os períodos de férias escolares. E o pequeno grupo original expandiu-se, com a participação de centenas de universitários. A vivência dos problemas relacionados com a distância e o isolamento de muitos municípios da Amazônia, sobretudo, levaram a que se pensasse em uma atuação de caráter permanente que proporcionasse articulação de esforços da comunidade e dos órgãos governamentais, dando apoio técnico, acionando fatores de desenvolvimento cultural e econômico da área. A universidade poderia ser a instituição capaz de cumprir tal função de importância estratégica para o futuro do país. Isto poderia fazer-se, inclusive, cumprindo objetivos de integrar cultural e tecnicamente regiões geográficas distantes.

O Programa Campus Avançado, que surgiu em 1969 como fruto de uma evolução institucional do Projeto Rondon, também foi experienciado no contexto da UFES. A criação de um Campus Avançado, entendido como o estágio mais maduro do Projeto, ocorria mediante a instalação de uma base de operação fora da cidade-sede da universidade. Esta contaria com um professor residente e rodízio de estudantes, normalmente numa região carente. Esses campi reuniam os objetivos desenvolvimentistas e os de treinamento dos estudantes na sua especialidade profissional, representando elos de participação social e de articulação do ensino com a realidade social, podendo induzir um movimento estudantil simpático ao governo militar (CUNHA, 1988).

A UFES passou a integrar o programa com o Campus Avançado de Parnaíba, criado em outubro de 1973, a partir de um convênio entre o Projeto Rondon, do Ministério do Interior, e a Prefeitura Municipal de Parnaíba, no Piauí:

Era o vigésimo primeiro a se instalar [no Brasil], dentro de uma programação integrada que visava promover a presença permanente de universitários em



PROJETO RONDON:

# O JOVEM EM PRIMEIRO LUGAR

Texto de MÁRIO GOMES  
Fotos de ALFREDO TAVARES

# O NÔVO PROJETO RONDON

PROJETO RONDON

**integrar  
para  
não  
entregar**



Departamento de Pesquisa

## PROJETO RONDON

**Um mergulho no  
sertão mostra  
que o Projeto  
Rondon pode ser  
o ponto de partida  
para alguma  
coisa nova**

Quando há poucos anos tomei conhecimento das primeiras informações sobre o Projeto Rondon, achei que se tratasse duma dessas idéias que justificam durante algum tempo as assessorias técnicas. Que precisam fazer de qualquer modo a promoção do governo. Podia ser também a tentativa de criar um sucedâneo para a política estudantil. Por fim, na melhor das hipóteses, seria um plano mais ou menos sincero, cuja execução acabaria diluída na

vido seus dramas fundamentais, estará no mato sem cachorro, isto é, a distância que o afastará dos países mais adiantados será muito maior do que há vinte ou trinta anos. Se isso acontecer, passaremos a ser subdesenvolvidos mesmo, e não mais uma nação em desenvolvimento. As consequências internacionais desse atraso são imprevisíveis: pois nenhuma nação ainda atrasada no ano 1990 pode ter hoje a certeza de continuar existindo como nação so-



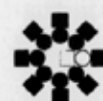
regiões menos desenvolvidas do país para permitir o aprendizado indireto, através da prestação de serviços, em contato com a realidade nacional em seus múltiplos aspectos, propiciando, mediante a ação das equipes multidisciplinares que se revezavam, a efetiva participação das universidades no processo de desenvolvimento de determinadas regiões carentes de recursos humanos tecnicamente qualificados (BORG, 2014, p. 88).

Cabe apontar que as atividades do Campus Avançado de Parnaíba foram coordenadas pelo Grupo de Trabalho Universitário (GTU), sob a responsabilidade do Conselho Universitário da UFES, pelo prazo de cinco anos. Nesse período, mais de 700 pessoas, entre alunos, professores e técnicos da universidade, desenvolveram ações diretas junto à população da região, em mais de trinta projetos e cursos nas áreas de saúde, prevenção, educação, assistência judiciária e artesanato (MEC/DDD, 1980, p.64-65).

Outra ação que marca o período foi a fundação da Semana de Arte de São Matheus (1974-1975), sob a coordenação dos professores Moacyr Fernandes Figueiredo e Raphael Samú. O evento tinha como objetivo inicial despertar a atenção do poder público capixaba para o porto dessa cidade, um patrimônio histórico do período colonial em completo abandono naquele momento. Além de suas contribuições voltadas para a conscientização e preservação do patrimônio material capixaba, a Semana viabilizou também discussões pertinentes a sua produção artística, exibidas juntamente com outros professores e alunos do Centro de Artes (ROSA, 2015, p.33-34). O evento ganhou ainda versões em Santa Teresa, Nova Almeida e Alegre.

Grosso modo, como é possível perceber, sob a influência das políticas oficiais de extensão, a UFES passou a identificar, em meados da década de 1970 e início da década de 1980, a prática de extensão com estágios e treinamentos de estudantes, ainda em uma estrutura dissociada do ensino e da pesquisa.





## PARNAÍBA INSTALA CAMPUS AVANÇADO

TERESINA (MA) — Com a presença do governador Alberto Silva, dos ministros Reis Veloso, do Planejamento, Costa Cavalcanti, do Interior, e Aldo Vides, do Interior de Saúde, dos Rectors das Universidades Federais do Piauí e do Espírito Santo, dos Secretários de Educação dos dois Estados e de outras autoridades federais, estaduais e municipais, foi instalado o Campus Avançado do Projeto Rondon em Parnaíba.

O Campus de Parnaíba será operado pela Universidade do Espírito Santo, cede Magnifico Rector, professor Roberto Gomes Filho, além, sobre os princípios de integração e de promoção do desenvolvimento que norteiam os trabalhos a serem ali desenvolvidos pelo Projeto Rondon. Não fizeram declarações, disse o Rector, mas

contratados em Parnaíba, que durante tanto tempo soube lidar o progresso piauiense.

### CRESCIMENTO ORDENADO

Depois de inaugurado a sede localizada no Campus, onde se faz o processo do habitação das famílias do Brasil do Piauí e do Espírito Santo e, ainda, do município de Parnaíba, as autoridades presentes visitaram todas as instalações do empreendimento.

No discurso que proferiu, na ocasião, o Rector Magnifico Gomes Filho, falou sobre os princípios de integração e de promoção do desenvolvimento que norteiam os trabalhos a serem ali desenvolvidos pelo Projeto Rondon. Não fizeram

declarações, disse o Rector, mas

### MINISTROS DISCURSAM

Após a cerimônia, no decorrer da qual o Rector Costa Cavalcanti enfatizou a importância dos Campus Avançados no processo de integração das regiões, porque - frisou - envolve, sobretudo, a juventude.

O ministro Reis Veloso ressaltou os esforços que o governo federal tem empreendido em favor do Piauí, destacando que o Presidente Médici acaba de destinar a quantia de dois milhões de cruzeiros para a construção do subcampus da Universidade Federal do Piauí, que deverá funcionar brevemente em Parnaíba. Destacou ainda o Plano Turístico do Piauí que, mandado elaborar pelo Ministério do Planejamento, pelo órgão de arquitetura Luis Carlos Zanon, grande progresso trará para o

do representante do Ministério da Saúde, são importantes contratos foram assinados, em Parnaíba, pelo Governo do Estado, todos eles visando a implantação de obras de infraestrutura que, aliado de outras já em execução, refletirão em grandes benefícios para o região.

Entre as principais entidades envolvidas destacaram-se a de transferência para a Agência do sistema de água administrado pelo SESP e ainda os financiamentos do sistema de esgoto de Parnaíba e de construção de 242 quilômetros de estradas vicinais, este último através do BNDE e Unasul, num montante de Cr\$ 6 milhões em favor da Co-Depi.

### PRIMEIRO CONTRATO

A validade da assinatura dos contratos foi aberta pelo



Decorrimento da fita simbólica de inauguração de Campus que a UFES instalou na cidade piauiense

## Viagem ao Brasil desconhecido

Reportagem de Débora Berman • Fotos de Juvenil de Sousa

**O** Projeto Rondon atua em cada estudante de uma forma diferente, apesar dos motivos de atração serem quase sempre os mesmos. Joel Meyer, de 21 anos, que estuda engenharia civil na Universidade de São Paulo, está participando pela primeira vez de uma operação nacional. Ele diz porque: "Eu não tinha a menor vontade de fazer o Rondon. Um dia, saí de uma aula sem interesse e fui com um amigo à sede do Projeto Rondon. Ele ia inscrever-se e acabei fazendo o mesmo, mas sem acreditar que me chamassem. O treinamento começou pouco tempo depois e logo nos primeiros dias percebi que o Rondon poderia traduzir uma abertura em relação aos problemas de uma região que,

de outra forma, eu dificilmente conheceria. Então me decidi: em lugar de ir para Guarujá, onde sempre passo as férias, vim aqui para o interior do Brasil, Piauí, Maranhão, Ceará, onde comecei a conhecer a realidade de regiões do nordeste brasileiro, ou, pelo menos, parte dela. Todo estudante deveria fazer uma viagem como essa. Ensina muito." As regiões mais remotas do Brasil encheram-se, assim, no mês de janeiro de blue jeans, camisas berrantes e novos costumes. Eram os estudantes que chegavam, com suas mochilas, seu novo vernáculo e principalmente o desejo de fazer alguma coisa por populações quase totalmente desassistidas. A maioria dos estudantes que

estão participando da Operação Nacional do Projeto Rondon destaca entretanto a necessidade de serem deslocados professores para os locais de atuação das turmas, "para prestarem uma assistência melhor aos projetos e cursos organizados". Sua orientação evitaria falhas que são cometidas geralmente devido à inexperiência dos universitários. Há, também, o problema da qualidade do material transportado. Numa aula para moças do interior do Piauí, sobre higiene feminina no período de menstruação, foi utilizado um cartaz contendo fotos de uma mulher de biquíni, tipicamente ipanemense. O cartaz era de muito bom-gosto, mas não se aplicava ao tipo de curso que estava sendo ministrado,

experiência nova em suas vidas — uma experiência que milhares de outros já viveram nos últimos anos baseados no lema **Integrar para Desenvolver**. Psicólogos realizam palestras para jovens de 15-20 anos de idade, dentes em mau estado são removidos, mulheres são orientadas quanto à sua higiene íntima e lavradores quanto ao melhor rendimento que podem obter de suas terras. Como disse um desses lavradores à repórter: — Como é fácil aprender! E esses moços não são bobos, não. Não são. Embora para alguns — que amam as praias e as grandes cidades — trocar as férias em Guarujá ou em Copacabana pelo interior do país não deva ser um negócio realmente invejável.



## DOMINGOS GOMES DE AZEVEDO

Coordenador Estadual do Projeto Rondon

Sou Licenciado em Geografia desde 1967, e fui professor de escolas públicas de primeiro e segundo graus. Depois, entrei na Universidade Federal do Espírito Santo em uma dupla função. De um lado, exercendo o magistério em regime de 20 horas, dando aula de geografia regional, geografia política e geografia urbana. Em paralelo a isso, coordenamos durante um bom período o antigo Projeto Rondon, que depois veio a ser a Fundação sempre vinculada ao Ministério do Interior.

Havia uma dupla missão: de um lado, preparar as equipes universitárias para se deslocarem para a Amazônia e a para o Nordeste. Mas mandamos também para a região Centro sul; mandamos inclusive para o Rio de Janeiro, para a escola do exército ali na Urca, estudantes de Educação Física, que desenvolveram vários projetos com comunidades pobres do Rio. E, fora isso, mandamos muitos estudantes para o vale do Amazonas, para o vale do Rio Solimões e também, posteriormente, para vários estados do Nordeste: Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe. E, depois, fomos para a região Centro-Sul e Minas Gerais. E, por outro lado, aqui também recebíamos estudantes de fora: gaúchos, catarinenses, nordestinos e até amazonenses vieram para o Espírito Santo, porque, na época, havia um grande movimento estudantil nesse país. Era um projeto de ação totalmente voluntária, não havia obrigatoriedade.

A extensão nada mais é do que um ensino em comunidades, mostrar ao estudante o avesso do país, a realidade brasileira no seu sentido mais completo. Uma coisa é você ler teorias, livros. Outra coisa é vivenciar um país com os contrastes, com as diferenças sociais do Brasil. Então, isso marcou o estudante. Mostrou a ele uma outra realidade, quer dizer, ele pisou em um solo, até então, desconhecido, e aquilo gerou uma série de novas concepções sobre a vida dele e a vida das pessoas. Esse foi um projeto que marcou a vida dos estudantes. Porque uma coisa é você estar dentro dos muros da universidade, dentro da sala de aula, dentro dos laboratórios, e outra coisa é você estar, por exemplo, na Amazônia. Eu diria, que quem fez o Rondon voltou um outro ser humano.

# JORNAL DO COMMERCIO

Rio de Janeiro — Ano 151 — Nº 254

Fundador dos Diários Associados: Assis Chateaubriand

Sábado, 5 de agosto de 1978 — Preço Cr\$ 5,00

## MOVIMENTO

### PANORAMA CAPIXABA

#### Tudo pronto: Rondon

Visando a saída prevista para o próximo dia 5 de janeiro os 140 selecionados para o Projeto Rondon-9, seção do Espírito Santo, reúnem-se na sede do órgão, para dividir as equipes que atuarão nas áreas de

## JC/CAPIXABA

### POLUIÇÃO INDUSTRIAL

O problema da poluição ambiental vai ser motivo de pesquisa por parte do Projeto Rondon e da Fundação Jones dos Santos Neves. Cerca de 20 estudantes universitários contando, ainda, com técnicos da Fundação vão atuar no cadastramento das indústrias capixabas durante um período de dois meses. O professor Domingos Gomes de Azevedo, diretor executivo do Projeto Rondon no Espírito Santo adiantou que esta pesquisa faz parte de um planejamento antigo, que visa a um estudo profundo com relação ao grave problema que vem atingindo a todos e provocando muitos males.

# O JORNAL

## DO RIO DE JANEIRO

EDIÇÃO  
CAPIXABA

Redator-Chefe: EDMAR LUCAS DO AMARAL

Vitória, 27 de setembro de 1966

### Rondon — 9 parte para o interior

O coordenador estadual do Projeto Rondon-9 já selecionou as 17 equipes que participarão da operação em Sergipe, Vale do São Francisco e Amazônia.

As informações do diretor-executivo estadual, sr. Domingos Gomes Azevedo, dizem que as





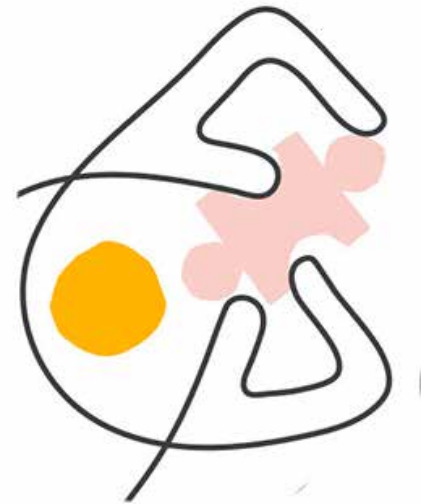
Capítulo II

**VENTOS DE MUDANÇA:**

**O FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE  
EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS  
BRASILEIRAS**

A década de 1980 inaugurou um período de lutas que reivindicavam a reestruturação das políticas sociais e educacionais e a redemocratização do país. Neste contexto, elementos presentes nas diretrizes e normativas da extensão, relacionados à Doutrina de Segurança e ao desenvolvimento nacional nos moldes do regime militar, foram substituídos gradualmente pela proposta de transformação social. Assim, a concepção de extensão passou a ser articulada, no âmbito de discussões nacionais, ao compromisso com a justiça social e com o incremento do processo ensino-aprendizagem (GONÇALVES; SANTOS, 2013).

A política universitária dos anos 1970 sofreu duras críticas por professores, pesquisadores e estudantes, convergindo com o colapso do regime militar. Iniciava-se a conjuntura de abertura política e a retomada do funcionamento das instituições democráticas. Como sintoma da crise, no âmbito da educação superior surgiram críticas, encaminhadas à legislação universitária e que resultaram na criação do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), em 1983. O foco do programa voltou-se para a forma como se efetivou, de fato, a relação ensino/pesquisa nas universidades, segundo expresso na Lei nº 5540/68.



## MARIA FILINA SALLES DE SÁ MIRANDA

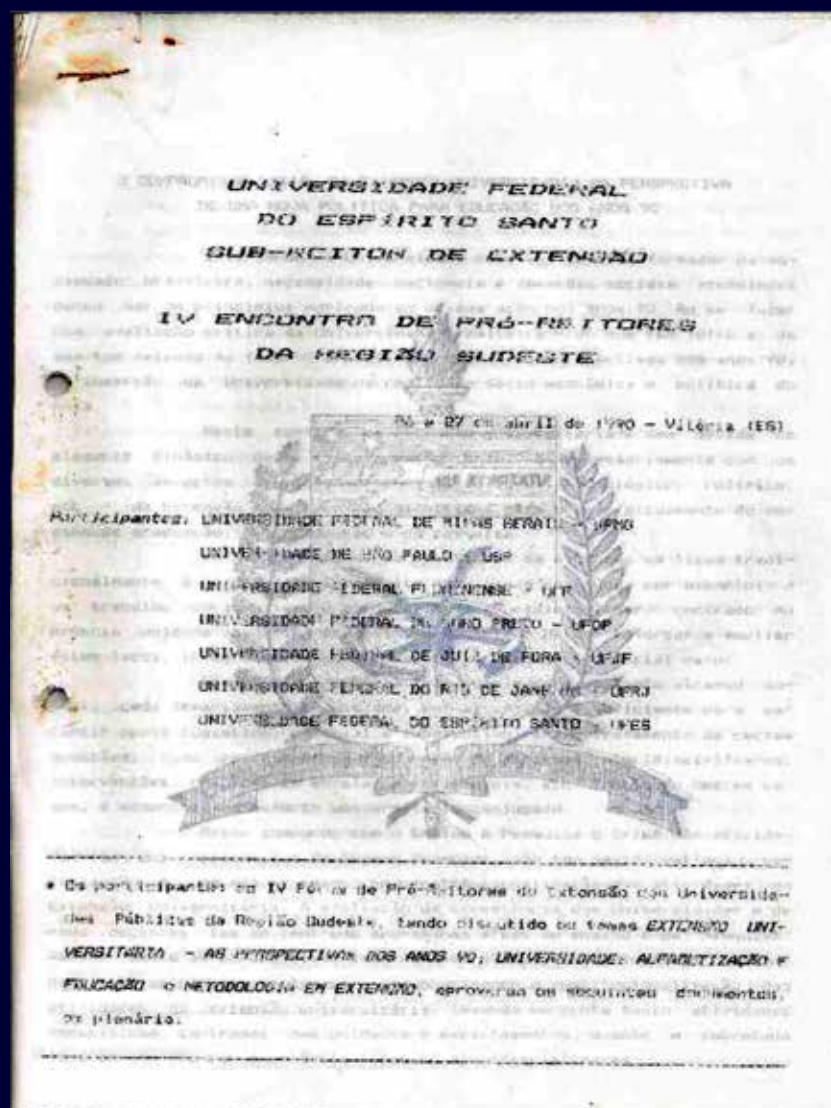
Sub-reitora Comunitária para a Coordenação de Extensão (1979-1982)

No início dos anos 1980, a universidade buscava incrementar a atividade de extensão, reforçando o comprometimento prático com a comunidade. Nesse período, fui da Sub-Reitoria Comunitária para a Coordenação de Extensão [criada em 1979] que, em 1983, viria a ser uma nova Sub-Reitoria, a de Extensão. Era uma grande responsabilidade. Como primeira pessoa a ocupar essa importante função, procurei aprofundar ainda mais o trabalho que já vinha desenvolvendo: quebrar os muros da universidade e partir com os alunos formandos para as comunidades. Eu dizia assim: “Vocês agora vão devolver o que a sociedade investiu em vocês! É hora de vocês testarem se vocês gostam mesmo da área que escolheram!” E era assim, eu era muito entusiasmada com o que fazia e os resultados vinham.

Nossos projetos tinham uma base muito educativa, não era apenas assistencial. Professores e alunos trabalhavam juntos e, assim, desenvolvíamos ações no interior do Espírito Santo, sempre com bons resultados. Cada projeto dava ainda mais vigor. Éramos uma turma empenhada em colocar o aluno em ação. Muitos alunos resistiam no começo, pois precisavam abrir mão das comodidades, tinham que viajar, ficar em alojamentos. Mas, quando voltavam das ações, pediam para retornar, sentiam uma alegria muito grande pelo que estavam fazendo. Eu acredito que graças à experiência na extensão, muitos alunos abraçaram mais entusiasmados a profissão, outros repensaram suas escolhas.

Com a redemocratização, a extensão ganhou novo fôlego, ficou até mais pujante, pois teve que se reinventar. E foi o que fizemos. Assim, a extensão foi crescendo, fazendo história, cada vez mais vibrante e envolvendo mais gente. Ajudei a organizar o novo regimento e passamos a estender os braços acadêmicos para a comunidade, ao mesmo tempo a extensão se tornou um mecanismo avaliador do produto final que a universidade prepara: os alunos.



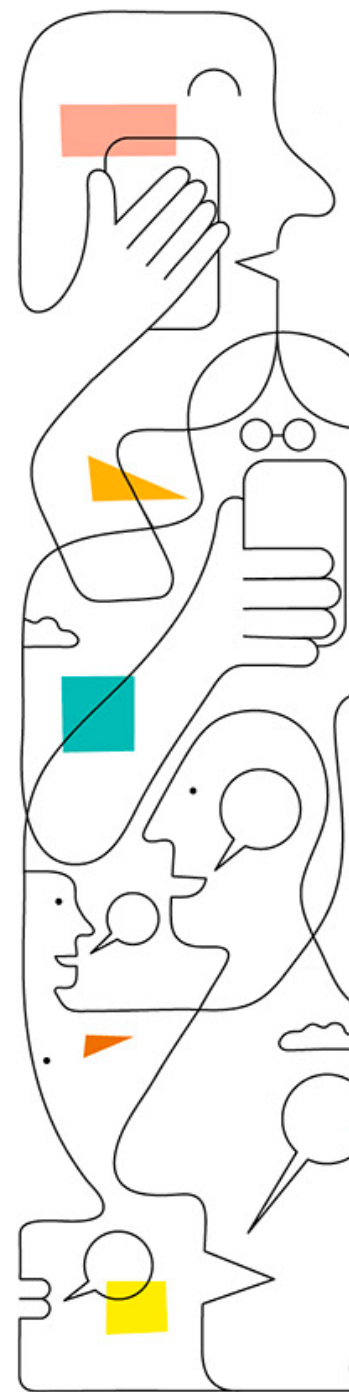


As críticas também foram lançadas à extensão universitária, na forma como era praticada durante os anos da ditadura, entendida como um instrumento de controle social a serviço do regime. Não é por acaso que, nesse período, as instituições de ensino superior públicas do país assumiram para si a extensão universitária, reagindo às propostas dos governos militares e fomentando o debate a respeito de sua institucionalização (SOUSA, 2010). Como marco desse processo, em meio à realização dos vários fóruns do período da Assembleia Constituinte de 1987, foi realizado o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, com participação de 33 instituições, dentre as quais a UFES.

Nesse encontro, um conceito de extensão foi elaborado, concebendo-a como uma dimensão da atividade acadêmica que viabiliza a articulação entre o ensino e a pesquisa e a relação transformadora entre universidade e sociedade (FORPROEX, 2001). Percebe-se, nessa orientação conceitual, que as bandeiras provenientes da atuação da UNE, na década de 1960 - entre as quais figuram o compromisso social da universidade e a articulação entre ensino, pesquisa e interdisciplinaridade - foram revigoradas no discurso do meio acadêmico universitário.

Esse novo ator social, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, influenciaria decisivamente os rumos da extensão universitária no país. Passaria, assim, a coordenar a reflexão sobre o tema e a definição de diretrizes conceituais e políticas extensionistas nas universidades públicas brasileiras. Idealizado como uma entidade voltada para a articulação de políticas de extensão, o Forproex era constituído pelos Pró-Reitores de Extensão das universidades públicas, ou órgãos equivalentes, e foi estruturado em torno de uma coordenação geral formada por um Presidente e seu vice e cinco coordenações regionais, correspondentes a cada região geográfica do país. Durante seu processo de organização, foram delineadas, igualmente, coordenações temáticas orientadas para questões como cultura, comunicação, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, tecnologia e produção, trabalho e saúde.

É importante pontuar que, em consonância com as definições pactuadas no Forproex, a Constituição de 1988 preceitua a “indissociabilidade entre ensino, pesqui-



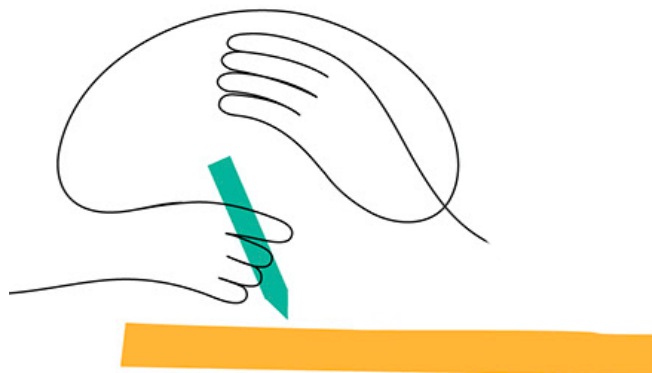


**Fórum de  
Pró-Reitores  
de Extensão  
das Instituições  
Públicas de  
Educação Superior  
Brasileiras**

sa e extensão” (BRASIL, 1988, art. 207) e estabelece que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público” (BRASIL, 1988, art. 213, §2ª). Na esteira desse significativo avanço na institucionalização da extensão universitária - seu reconhecimento constitucional -, novos avanços foram estabelecidos junto ao MEC, sob forte estímulo e ampla colaboração do Fórum, com a criação do Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), de 1993. As principais contribuições deste referem-se ao financiamento da extensão universitária e à elaboração teórico conceitual de sua práxis, especificamente no que respeita à definição de suas diretrizes e objetivos, dos tipos de ações a serem desenvolvidas e da metodologia a ser adotada em sua implementação (RODRIGUES, 2015).

A partir de 1996, o Fórum seguiu em busca de interlocução com os diferentes ministérios e passou a produzir documentos de referência para a consolidação do processo de institucionalização da extensão, parcialmente apoiada pelo MEC. Destaque-se como marco o lançamento da proposta do Plano Nacional de Extensão (PNExt), em 1998, formulada pelo Forproex e concebida na perspectiva do fortalecimento da extensão universitária. A proposta defendia que as atividades extensionistas possibilitassem, a partir de sua implementação, a efetivação de políticas públicas e o exercício da cidadania.

Outra importante ação do Fórum foi a criação da Rede Nacional de Extensão (Renex), como forma de manter cadastro atualizado das instituições integrantes, divulgar ações de extensão entre as universidades participantes e coordenar um Sistema Nacional de Informações de Extensão – SIEX, como banco de dados sobre as práticas de extensão no País.







## ROBERTO SARCINELLI

Pró-reitor de Extensão

Estou na universidade há 43 anos, sou professor do Departamento de Medicina Social. De certa forma, minha vida se confunde com a universidade, porque desde que entrei como aluno, em 1971, participo ativamente do cotidiano universitário. Quando comecei a estudar, a odontologia era tecnicista, mas foi ganhando outro perfil com a saúde coletiva. Tenho orgulho de ter participado da extensão desde que ingressei. No CRU-TAC prestei serviço no interior, em Mucurici, Montanha, por exemplo. Em Nova Venécia, fiquei trabalhando na unidade de saúde por um mês, com médicos e enfermeiros. Em 1973 comecei a participar do Rondon Nacional, fazíamos um treinamento aqui, inclusive era no batalhão, e seguíamos para o Pará, para a Amazônia, distribuídos em equipes durante as férias de janeiro e julho. No restante do ano, participávamos de ações aqui na periferia pois Vitória estava crescendo, especialmente os bairros mais populares. Então, a universidade nos deu essa oportunidade de trabalhar no campo e na periferia. Assim, ao mesmo tempo que treinava as habilidades como profissionais de saúde, também dava assistência à população, conhecendo a realidade.

Tenho orgulho de ter colaborado com projetos importantes como o Curumim, em Castelo, entre 1983 e 1998, que reuniu professores de várias disciplinas, interagindo com a extensão, com foco na educação para a saúde infantil. Ao longo dos anos, a extensão foi crescendo até alcançar todos os municípios do Espírito Santo. Nos últimos anos criei, com o apoio da PCLB Foundation, um projeto em Terra Vermelha, que hoje consegue atender 3.000 famílias na Região 5. Temos também o projeto no Hospital, o “Sorriso do Futuro” e o “Vivência e Saúde Coletiva”, em unidades de saúde. Desse modo, vamos estimulando os alunos a participar da extensão.

Às vezes eu falo assim: gente, a extensão você faz até sem querer! As ações no ambulatório são serviços de extensão, pois a gente acolhe a comunidade, são mais de 100 mil atendimentos mês (sic)! Além disso, quando uma pessoa vem ao cinema, vem ao teatro, é ação de extensão, é a universidade trazendo e acolhendo as pessoas para o conhecimento. Nossas exposições, nossos projetos, o museu, tudo isso faz parte desse grande acolhimento que a universidade realiza, ela não tem muros, paredes, ela não funciona sozinha, nem desvinculada da sociedade.





## KLINGER MARCOS BARBOSA ALVES

Pró-reitor de Extensão, 1992-1995

Sou professor no Departamento de Física do CCE, estou atuando na universidade desde 1970. Por isso, a UFES não é apenas uma parte profissional da minha vida, existe toda uma vivência emotiva, um carinho que permeia o que ela representa para mim. Assim, foi muito marcante ter trabalhado na Pró-reitoria de Extensão, foi uma oportunidade maravilhosa! Estive no cargo de 1992 a 1995, numa época em que a universidade estava com muita energia, muita atividade nova, dentro do novo quadro universitário brasileiro. Além disso, muitas pessoas estavam voltando de programas de pós-graduação, então havia um ar cheio de energia, muitos desafios, não só aqui, mas nas universidades brasileiras como um todo. É importante lembrar que a gente havia saído de um período duro, as universidades estavam ganhando mais autonomia para decidir sua própria vida.

A extensão no meio disso passava por um processo, na verdade, de conceituação sobre seu papel. Quais atividades envolveriam professores, o apoio administrativo, os estudantes, no sentido de se integrar à sociedade. Nosso compromisso era levar a universidade para além dos muros, ampliando as ações no máximo possível dentro do estado e na maior quantidade possível de áreas de conhecimento. Esse era nosso desafio. Lutamos para conquistá-lo.

Sempre acreditei que a universidade tem um papel muito importante no âmbito estadual. E a ProEx tem uma função essencial, é quem abre as portas da universidade para a sociedade capixaba e cria diálogos. Procuramos afirmar a extensão como um trabalho acadêmico de valor e que faz parte da formação dos estudantes e faz parte do compromisso da universidade com a região em que ela se insere. Por isso, o que toca a vida do Espírito Santo é importante para nós da universidade. Cabe a ela esse papel e se ela não o fizer, terá deixado uma lacuna grave. Somos a Universidade Federal do Espírito Santo e esse é o ponto de vista, para mim, que define o compromisso da universidade. A posição da universidade tem que ser em busca de uma relação positiva, regulada através da sua competência científica, educacional, de seus projetos de extensão, procurando fomentar e facilitar essa interação tão necessária para nós, como universidade, quanto para a sociedade, de forma mais ampla.



*Na pesquisa, no ensino e na formação de mão-de-obra, a Ufes é fator de integração regional*



*No Campus, o convívio abre novos horizontes*



*Há 8 mil estudantes dentro da Ufes hoje*

## O papel da Ufes

As primeiras raízes foram lançadas na década de 30, quando o Estado lutava para escapar ao sufoco da crise da lavoura cafeeira, abalada pelo "crack" da bolsa de Nova Iorque. Nas décadas seguintes, os cursos se ampliaram lentamente, até dar origem à Universidade Federal do Espírito Santo, criada em 1962. Hoje, com mais de 30 cursos, 8 mil alunos, 2 mil funcionários e 1 mil professores, a Ufes encara seriamente a responsabilidade de ajudar o Espírito Santo a construir o futuro.

Leia também sobre o peso do porto de Vitória na economia capixaba.



## CARLOS ROGÉRIO MELO DA SILVA

Pró-reitor de Extensão, 1996-2004

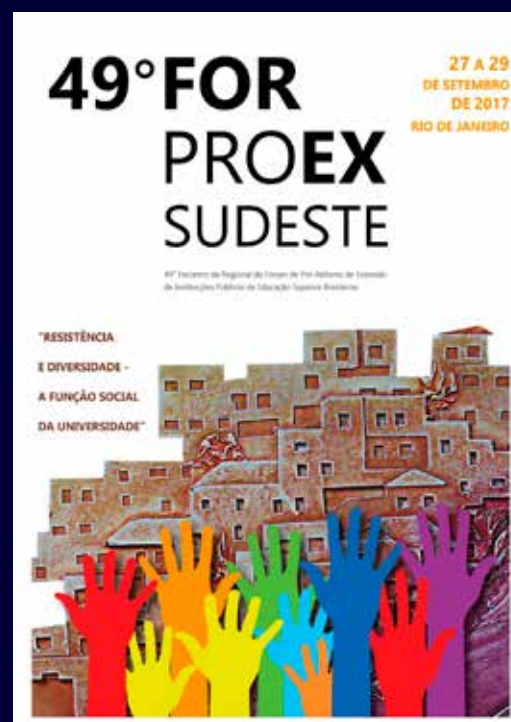
Coordenei um projeto de extensão chamado Estudo Clínico de Casos de Genética voltado para o aconselhamento genético. Na década de 1970, quando começamos nosso trabalho, a área de genética era praticamente desconhecida. A Síndrome de Down era a doença genética mais estudada. Mas existem centenas de outras doenças e a proposta foi montar esse serviço de aconselhamento genético para as famílias que tiveram crianças com anomalias congênitas. Fizemos esse trabalho por muitos anos e atendemos todo o Espírito Santo e parte do leste de Minas Gerais. As atividades tinham início com uma investigação, visando a conhecer a clientela atendida e encontrar subsídios para uma proposta de intervenção.

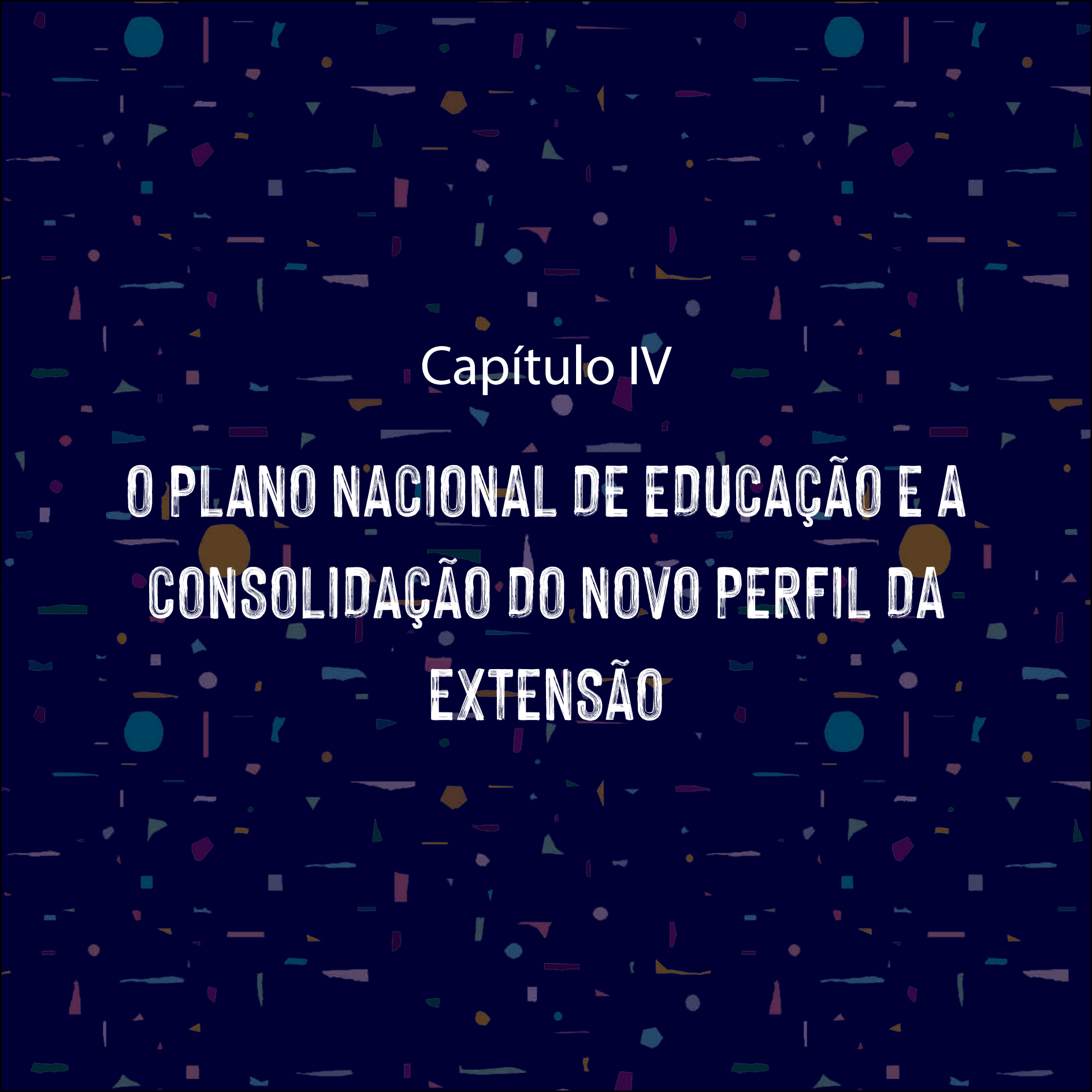
Só me afastei do projeto quando assumi a Pró-reitoria de Extensão, entre 1996 e 2004. Naquele momento a extensão ainda era a face oculta da universidade, o ensino sempre era priorizado e a pesquisa tinha mais recurso. Apesar de ter conquistado densidade institucional, a extensão realmente tinha poucos recursos. O próprio governo federal quase não fazia repasse e a universidade cedia alguns recursos por conta de outras rubricas. O desafio era grande, mas graças à experiência acumulada em projetos de extensão, procuramos incentivar parcerias, com o poder público ou com empresas privadas. Conseguimos boas parcerias e, durante esses oito anos, muitos projetos de extensão foram iniciados, outros ampliados e continuaram atuando por muitos anos. Então, na verdade, foi difícil mas a gente conseguiu! A extensão funciona como uma ponte que liga o conhecimento gerado dentro da universidade com a comunidade. Todos saem ganhando, professores, alunos e, especialmente, as pessoas carentes, por ser um serviço da universidade. Por outro lado, a realização de pesquisa juntamente à prestação de serviço, oferece ganhos para a qualificação profissional do aluno, cujo desempenho melhora em rigor metodológico e ético. Também a área de conhecimento é favorecida com a produção de informações obtidas a partir da realidade concreta.

PROEX

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

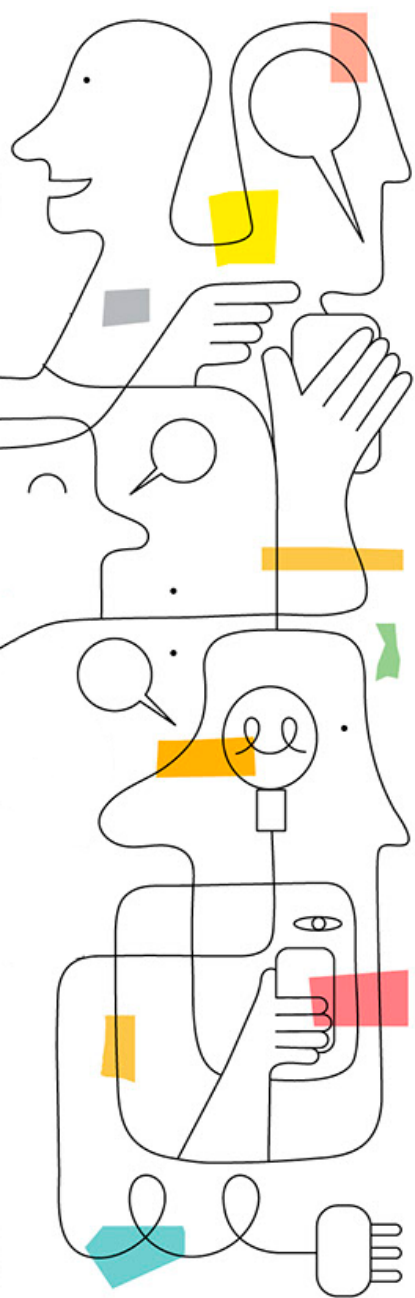




The background is a dark blue field filled with numerous small, colorful geometric shapes. These shapes include circles, squares, triangles, and irregular polygons in shades of teal, purple, yellow, and white. They are scattered across the entire page, creating a vibrant, abstract pattern.

## Capítulo IV

# O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DO NOVO PERFIL DA EXTENSÃO



O Plano Nacional de Educação, para o decênio 2001-2010 (BRASIL, 2011), aprovado em 2001, instituiu a responsabilidade das universidades na convergência entre ensino, pesquisa e extensão e na formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica. Estabeleceu que, “no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos estudantes em ações extensionistas” (PNE, 2001).

Portanto, no início da década de 2000, a extensão universitária já havia alcançado expressiva densidade institucional, no que alude à Constituição de 1988, à legislação federal e às regulamentações do Forproex. O resultado foi a superação, no plano conceitual, da ideia de que a extensão universitária seria meramente um conjunto de processos de disseminação de conhecimentos acadêmicos, por meio de cursos, conferências ou seminários; iniciativas de prestação de serviços, tais como assistências, assessorias e consultorias; ou de difusão de conhecimento e cultura por meio de eventos diversos e divulgação de produtos artísticos. Nesse contexto,

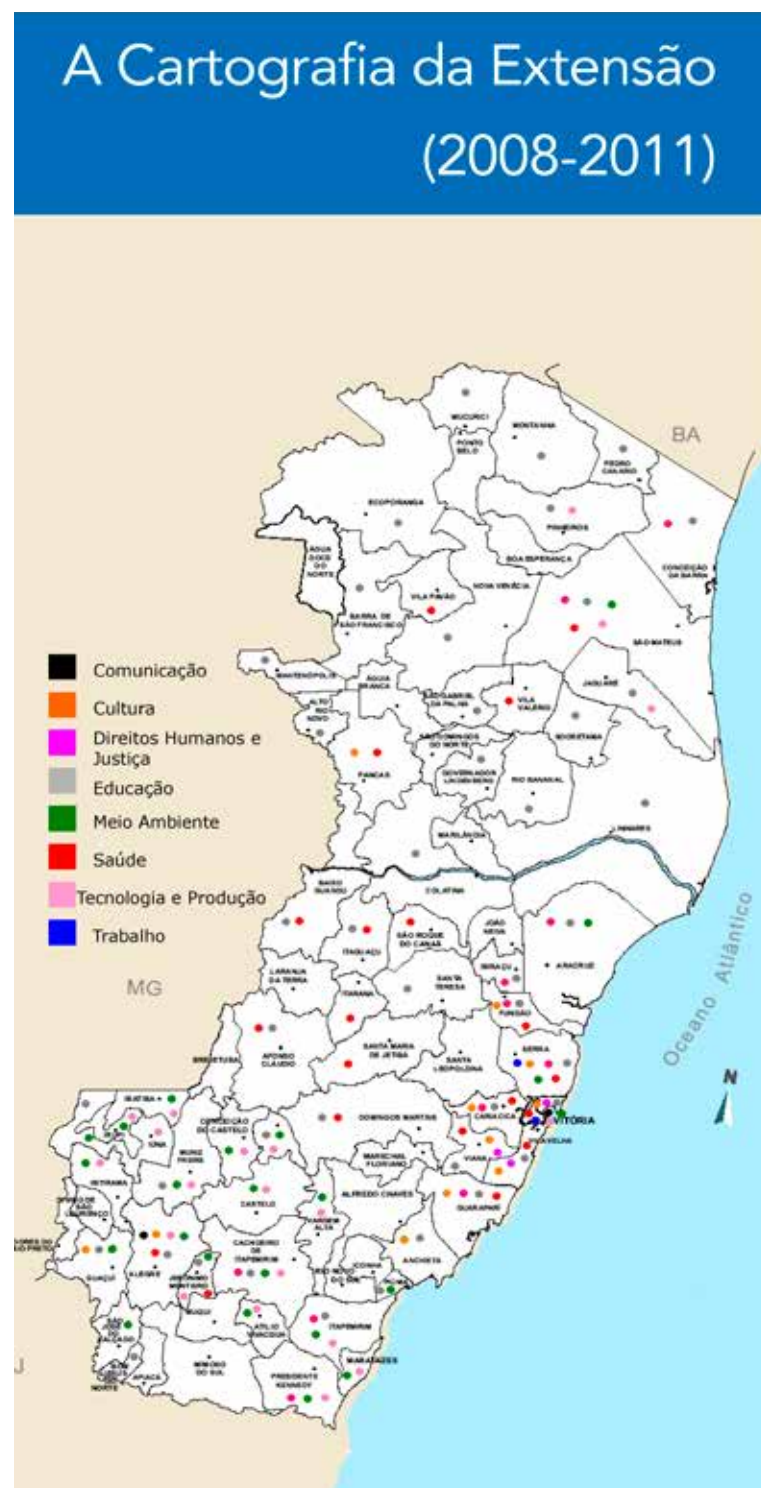
A extensão entendida como prática acadêmica que interliga a universidade, nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita essa formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes (PLANO, 2000/2001, p. 8).

Assim, em que pese alguns setores da comunidade universitária ainda operarem no paradigma anterior, devido às concepções de mundo plurais que, natural e democraticamente, conformam o ambiente acadêmico, a extensão universitária converteu-se na ferramenta, por excelência, de inter-relação da universidade com a sociedade, de oxigenação da própria universidade pela valorização dos saberes populares e, neste sentido, de democratização do conhecimento acadêmico. Desta forma, constitui-se como lugar de produção de novos conhecimentos, por meio do intercâmbio de saberes com as comunidades. Uma via de mão dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica”, que traz múltiplas

probabilidades de transformação da sociedade e da própria universidade pública (FORPROEX, 2010).

A extensão universitária, vista antes como uma ação política da universidade do que como assistencialista, traz o compromisso definido de constituir vínculos estreitos com a sociedade. Essas ações têm por intento enraizar as relações de democratização do saber científico, artístico e tecnológico, levando o conhecimento acadêmico a acolher as demandas da comunidade, aprendendo com ela e produzindo novos conhecimentos. Nesse sentido, a extensão se constrói com base em ações indutoras do desenvolvimento social, nos distintos âmbitos e espaços. Adquire papel importante na luta contra a exclusão social, em suas diversas facetas, e contra a degradação ambiental. Ela pode promover, também, um permanente diálogo com a comunidade interna e uma ampla participação dos diferentes órgãos que compõem a instituição universitária.

Apesar dos progressos em termos de institucionalização, concepções e metodologias relativas à extensão universitária, há ainda um longo caminho a ser trilhado, tendo em vista os objetivos que se almeja alcançar e os desafios em face dos contextos regional, nacional e internacional, bem como no âmbito das próprias universidades públicas.





## JOCCITIEL DIAS DA SILVA

Coordenador do Programa Pró-Letramento em Matemática

Em geral, quando a gente olha as definições de extensão em si, encontramos a palavra indissociável do ensino e da pesquisa. Mas ninguém consegue vivenciar isso pelo que está escrito. Pelas experiências que eu tive, muitas vezes, a extensão é mais eficiente do que outras ações para conscientizar os jovens para a existência de outra realidade que não a que ele estava vivendo. A extensão tem esse poder de revelar outras realidades dentro da própria universidade em que você está inserido, indo além do ensino ou só da pesquisa. Essa forma global de olhar, de ver o mundo, prepara melhor o aluno.

Quando coordenei o Pró-letramento em Matemática [programa de formação continuada de professores para melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nas séries iniciais do ensino fundamental, criado em 2005], atuamos em nove estados, conhecendo a realidade de diferentes regiões. A formação continuada tinha um caráter reflexivo, que considerava o professor sujeito da ação, valorizando suas experiências pessoais, suas incursões teóricas, seus saberes da prática, além das dificuldades com as quais se deparava cotidianamente.

Nossa equipe envolvia professores da UFES, professores da rede municipal e estadual do Espírito Santo, além de alunos de graduação em Matemática e Pedagogia. Para os cursistas que nos recebiam, era sempre grande o acolhimento. Era como se nunca tivessem recebido algo novo, diferente. Ofertamos capacitações em cidadezinhas muito pequenas e carentes de tudo. Vivenciar realidades tão precárias impactava toda a equipe e também era um desafio. Para os alunos que nos acompanhavam era como um sonho! Era a oportunidade de atuar junto com comunidades que, talvez, eles nunca tivessem chance de conviver, só de ir visitar. Eles se sentiam parte de um grande projeto e se davam conta de que vínhamos de longe e estávamos fazendo a diferença.

Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Básica

# **Pró** **Letramento**

*Programa de Formação Continuada de Professores  
dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental*

## **Matemática**



**Fascículo do Tutor e Encartes**

Brasília – 2008



## MARLENE MARTINS DE OLIVEIRA

Coordenadora do projeto Entre Comunidades

A ação de extensão é muito importante! Comecei como estagiária, participei do Rondon, do CRUTAC, dei cursos de formação de professores na década de 1980... Vi a extensão crescendo ao longo dos anos, os projetos foram aumentando e os professores se envolvendo mais com as ações. Desde 2005, coordeno um projeto chamado "Entre comunidades", que começou com o objetivo de integrar as várias ações de extensão que aconteciam dentro das comunidades. A Pró-reitoria buscou aproximar os projetos que trabalhavam em locais comuns e incentivar a interdisciplinaridade. No início, esse trabalho era desenvolvido apenas no campus de Vitória mas, a partir de 2008, foi transformado em programa, integrando os outros campi da instituição: o Centro de Ciências Agrárias – CCA, Alegre -, e o Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES, São Mateus. Por seu caráter interdisciplinar, o programa procura ampliar o envolvimento da universidade com as comunidades atendidas nos vários projetos da instituição ou naqueles coordenados por outros parceiros, fortalecendo os vínculos entre a universidade e as comunidades. Desse modo, procuramos trazer a comunidade para dentro dos espaços da universidade e vice-versa, em uma via de mão dupla. O resultado fica muito claro nas nossas jornadas de extensão, onde a diversidade é a grande marca, tanto de projetos quanto de público.

A extensão é um trabalho de formiguinha, um trabalho de sedução, que lida com limitações e desafios dentro da universidade. Mas, quando a gente vê essa dinâmica funcionando, o quantitativo de pessoas atendidas, para mim isso é muito gratificante! Temos projetos na área de direitos humanos, educação no campo, ações com as comunidades indígenas. Dedicamos especial atenção à cultura popular, estou trabalhando com as comunidades quilombolas de São Pedro e Ibiraçu e o congo nas comunidades rurais de Piabas e Fundão. Ver essas pessoas transitarem aqui dentro da universidade, usufruírem desse espaço é algo muito compensador. A extensão transcende a sala de aula, porque a teoria não dá conta de tudo. A gente aprende muito com essas ações, muitas vezes não temos recursos financeiros, mas a equipe acredita na comunidade, na proposta e isso muda a vida de muita gente!



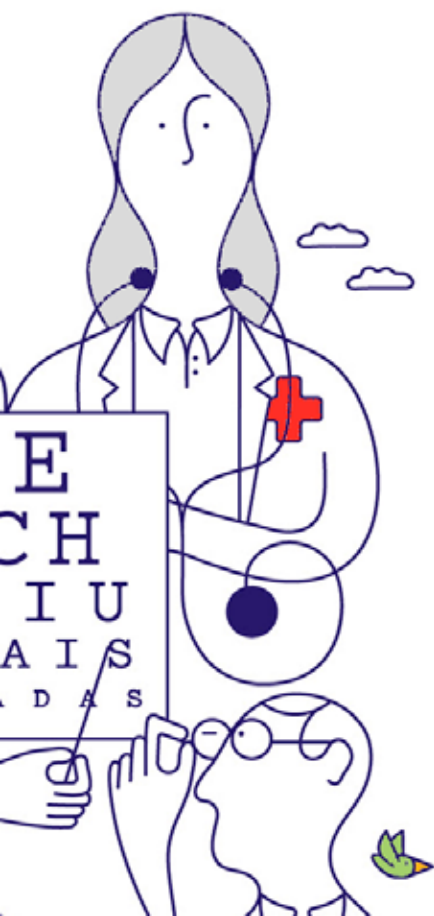
## A Extensão Universitária hoje

O maior desafio vivenciado pela extensão universitária, nos últimos anos, tem sido pensar em maneiras para o fortalecimento de uma cultura acadêmica que não passe somente pela institucionalização de programas ou de ações mas, sobretudo, pela compreensão de que as atividades extensionistas dialogam com a própria função social do conhecimento, ou seja, com o processo de democratização do saber para a transformação social. É desse lugar que se deseja que a experiência formativa dos acadêmicos ganhe destaque nas atividades de extensão.

A mudança de perspectiva passa por compreender que um projeto de universidade precisa considerar as relações sociais, as dimensões do mundo do trabalho, das políticas públicas, a fim de que seu Projeto Acadêmico seja também focado na comunidade imediata e na sociedade, de maneira mais ampla. É na perspectiva de retroalimentar o processo ensino-pesquisa-extensão que as ações extensionistas devem ser implementadas, para se constituírem, de fato, em importantes espaços formativos/educativos.

Como ensina Boaventura Sousa Santos, a promoção de diálogos entre o saber científico, aquele que a universidade produz, e os saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos ou camponeses, que circulam na sociedade origina uma ecologia de saberes pautada no reconhecimento de outras formas de saber e o confronto comunicativo entre eles. Assim, a universidade se converte em um ponto privilegiado de encontro entre saberes: “[...] a hegemonia da universidade deixa de residir no caráter único e exclusivo do saber que produz e transmite para passar a residir no caráter único e exclusivo da configuração de saberes que proporciona” (SANTOS, 1996, p. 224).

A transformação da extensão universitária em um instrumento efetivo de mudança da comunidade acadêmica e da sociedade, em direção à justiça social e ao aprofundamento da democracia, caminha *pari passu* com o enfrentamento dos desafios da realidade social e a busca das oportunidades que se descortinam nos cenários nacional e internacional. Desafios a serem confrontados e oportunidades a serem aproveitadas por meio da gestão de políticas públicas. A efetividade destas, por sua vez, depende fortemente do que a universidade pública, em geral, e a extensão

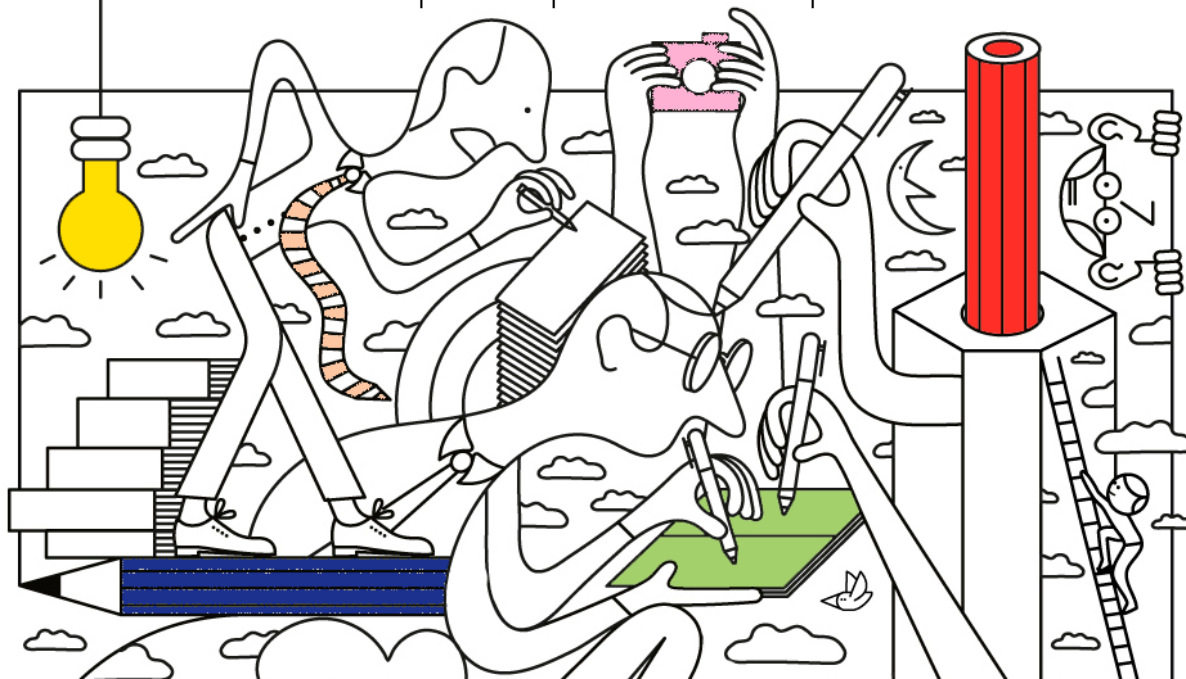


universitária, em especial, podem oferecer aos poderes instituídos e à sociedade.

Como compromisso social, a extensão, procura ser “a maneira pela qual a universidade [...] olha a sociedade e procura dar a sua contribuição” (RIBEIRO, 2003, p. 74). Esse é, por conseguinte, um chamamento para ampliar o horizonte de contemplação do mundo, comumente focado na dimensão mercadológica, para compreender fenômenos díspares, realidades contraditórias ou sistemas desiguais, incubando novas possibilidades de apreensão e transformação da realidade contemporânea.

A extensão universitária, por conseguinte, também passa por um processo de reflexão e de revisão de seu papel, e é irrefutável seu caráter estratégico para a formação dos estudantes em uma perspectiva dialética, concreta e comprometida com a realidade. Ao longo do tempo, passou de veículo do cumprimento do papel social da universidade, a setor de prestação de serviços ou, mesmo, a sua atividade-fim, em conjunto com o ensino e a pesquisa. Fato é que, esta trajetória foi responsável por estabelecer, na contemporaneidade, uma concepção acadêmica fortemente vinculada às necessidades da sociedade (SÍVERES, 2008, p. 8).

Na UFES, a extensão universitária vem se consolidando como uma diretriz institucional, um processo mediador de construção do conhecimento e uma atividade que aponta para a dialogicidade do percurso da aprendizagem, qualificando cada vez mais a instituição em termos epistemológicos, éticos e políticos. Tal diretriz se torna a razão do acolhimento de milhares de jovens, formando-os intelectual e profissionalmente, com a finalidade de atuar com competência profissional e compromisso cidadão.





## TERESINHA MANSUR

Pró-reitora de Extensão, 2004-2008

Eu acho que só fica na extensão quem está encantado, os que se desencantam não ficam. Porque realmente dá muito trabalho mas, para mim, participar da gestão da extensão foi semear coisas novas, foi acreditar nas sementes que já estavam dentro da universidade e manter quente nas mãos. Procuramos criar uma gestão pautada na convivência dentro da Pró-reitoria de Extensão, dentro dos diversos espaços que foram sendo ativados para dialogar sobre o tema. Assim, estruturamos um espaço de acolhimento, um espaço de respeito à diversidade.

Para mim, foi muito significativo estender o olhar sobre toda universidade, os diversos campi e centros, e perceber a grandiosidade da extensão da UFES que fica, muitas vezes, invisível no dia a dia corrido dos afazeres da sala de aula, das reuniões, das pesquisas. Na UFES, assim como em tantas outras universidades, verificamos uma diversidade de projetos e propostas de extensão, bem como as inúmeras dificuldades enfrentadas. Tudo isso exige uma garra muito grande, afinal, a extensão se faz com competência profissional, com competência técnica, mas também com muita disponibilidade para trabalhar em equipe, disponibilidade para ouvir o outro, para ser ouvido, e para fazer o novo acontecer. De fato, a extensão para mim foi uma experiência rica, cheia de beleza e desafios. Eu me sinto realizada por isso!



EQUIPE ROBÓTICA  
ERUS



## MÔNICA MARIA PEREIRA TOGNELLA

Coordenadora do projeto Manguezal: ao vivo e a cores

Ao ingressar na UFES, em 2006, passei a atuar na extensão com a coordenação de projetos. Minhas experiências anteriores tinham sido restritas a participações esporádicas, atendendo a solicitações de grupos ou em colaboração com outros colegas nos seus projetos de extensão. Ao chegar no norte capixaba, vi a necessidade de transformar a realidade local e de tornar a universidade visível à população. Como coordenadora do curso de graduação em Ciências Biológicas, juntamente com outros coordenadores e com a Direção do Centro, atuamos junto às escolas da região, para tornar a universidade conhecida e acessível. Com isto, surgiram os primeiros projetos de extensão envolvendo as escolas na região. Assim começou o Manguezal na Escola. Posteriormente, passamos a atuar numa escola em área aterrada de manguezal. Então, o projeto se modificou para Escola no Mangue. Ao planejarmos o projeto para uma área rural onde havia comunidades tradicionais, passamos por novas adequações, Manguezal: ao vivo e a cores. É interessante grifar que os nomes foram surgindo como propostas dos próprios bolsistas de extensão e refletindo a vivência dentro das comunidades. Afinal, os projetos atendem as escolas localizadas em bairros ou comunidades que têm manguezal próximo, tendo suas ações direcionadas aos estudantes do ensino fundamental público. O projeto desenvolvido na comunidade extrativista nos permitiu vivência com a comunidade e isto nos proporcionou imenso aprendizado. Buscamos retribuir isto com a produção de cartilhas tratando dos temas de que eles necessitavam de informações, em especial, sobre a ecologia do manguezal. A riqueza está em perceber que cada manguezal é único, assim como cada comunidade que vive dele também é única.

Desde que me formei, vejo o quanto a extensão mudou, ganhou muito espaço e uma nova visão. Deixou de lado aquela conotação assistencialista para se firmar numa proposta de buscar soluções, inclusive tecnológicas, para a sociedade. De realmente mostrar para a academia que seu papel é servir à sociedade. Isto é extensão, servir ao outro, ser útil!

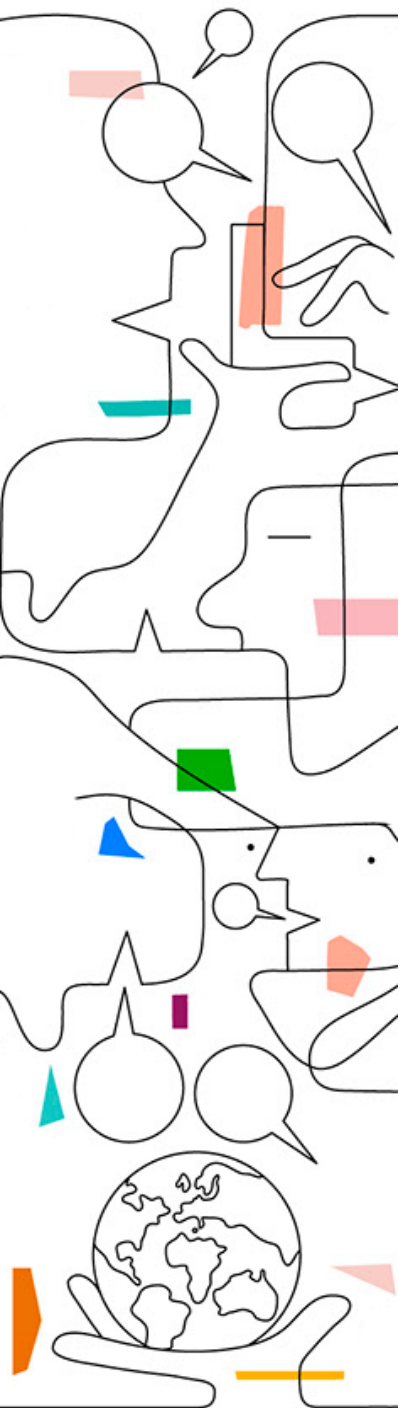




The background of the entire image is a dark blue field densely populated with small, multi-colored geometric shapes. These shapes, which include circles, triangles, squares, and irregular polygons, are scattered across the entire area. The colors of these shapes include teal, light blue, yellow, orange, red, and purple, creating a vibrant, confetti-like effect.

## Capítulo V

# A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFES: NOSSA TRAJETÓRIA POR MEIO DE PROGRAMAS E PROJETOS



A Pró-reitoria de Extensão (PROEX) responde pela gestão da extensão, o que inclui programas, projetos, cursos, palestras e prestação de serviços, ancorados no intercâmbio entre a instituição e a sociedade. É o órgão de apoio e assessoramento às ações de extensão da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), integrando-se ao ensino e à pesquisa e promovendo, por meio da oferta de ações, a integração entre as comunidades interna e externa da universidade. A PROEX tem como finalidade direcionar suas atividades para a construção e a consolidação de ações voltadas ao fortalecimento da Política Institucional de Extensão, além de buscar a ampliação dos serviços prestados pela universidade à sociedade, a nível local, regional e nacional.

A relação de interação estabelecida entre a universidade e a sociedade pode ser compreendida como uma relação social de impacto e de transformação, na qual, ambas buscam eleger questões prioritárias, formular soluções e compromissos coletivos e institucionais para a mudança social. Assim, os interesses e as necessidades são compartilhados e buscam a melhoria da qualidade de vida.

Para tal melhoria, é necessário que as diferentes áreas do conhecimento reflitam de modo articulado e não hierárquico. A interdisciplinaridade deve caracterizar-se pelo olhar multifacetado sobre a realidade social, bem como pela interseção de modelos e conceitos complementares, na mediação de materiais e metodologias, no sentido de buscar consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo de intervenção. Este, por sua vez, deve conduzir a uma abordagem interinstitucional, construída na interação de organizações, profissionais e comunidades.

A extensão universitária como uma ação política da universidade tem linha de ação a busca por estabelecer vínculos estreitos com a sociedade. Dimensiona-se no aprofundamento das relações de democratização do saber científico, artístico e tecnológico, levando o conhecimento acadêmico para atender os anseios da comunidade, aprendendo com ela e produzindo novos conhecimentos. Assim, a extensão se edifica com base em ações indutoras do desenvolvimento social, nos distintos domínios e espaços. Adquire papel importante no combate à exclusão social, em suas diferentes facetas, incluindo-se aí a degradação ambiental. Ela busca viabilizar, igualmente, um constante diálogo com a comunidade interna e uma ampla participação dos diversos órgãos que compõem a instituição universitária.



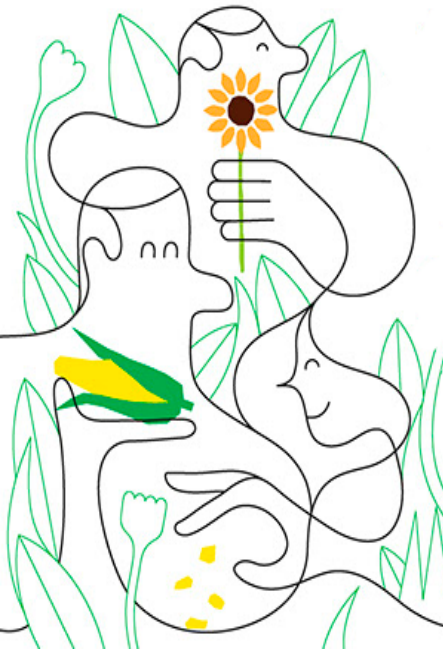
Para consecução de sua missão fundamental, a de dar respostas às necessidades da sociedade, a Política Nacional de Extensão (2012) optou por sistematizar o trabalho de extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas de acordo com as seguintes áreas temáticas:

- Comunicação;
- Cultura;
- Direitos Humanos e Justiça;
- Educação;
- Meio Ambiente;
- Saúde;
- Tecnologia e Produção;
- Trabalho.

De acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária, as ações, em cada área temática, devem ser executadas segundo linhas programáticas definidas, com o cuidado de ser estimulada a interdisciplinaridade, o que supõe a existência de interfaces e interações temáticas.

É importante destacar que ênfase especial deve ser dada à participação dos setores universitários de extensão na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a maioria da população. Seguindo esta lógica, devem ser sublinhadas também ações que visem à qualificação e à educação permanente de gestores de sistemas sociais e à disponibilização de novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país (RENEX, 2016).

A UFES reúne programas e projetos de Extensão nas diversas áreas temáticas, alguns com mais de 20 anos de funcionamento, proporcionando melhorias significativas às comunidades atendidas. São programas, projetos, cursos e eventos voltados tanto à comunidade acadêmica como à comunidade externa à universidade. Para se ter dimensão, apenas em 2018, a Pró-reitoria de extensão da UFES contabilizou 851 ações, dentre as quais programas, projetos, cursos e eventos, o que abarcou um público de 2.062.544 pessoas. É hora de conhecer um pouco mais sobre o assunto.



|                         | 2014      | 2017      | 2018      |
|-------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Programas               | 100       | 114       | 106       |
| Projetos Vinculados     | 170       | 116       | 175       |
| Projetos não Vinculados | 327       | 411       | 372       |
| Cursos                  | 69        | 72        | 85        |
| Eventos                 | 98        | 135       | 113       |
| Total                   | 764       | 848       | 851       |
| Público                 | 2.100.727 | 2.100.727 | 2.062.544 |

A Proex em números: comparativo dos últimos anos.



## ANGÉLICA ESPINOSA BARBOSA MIRANDA

Pró-reitora de Extensão, 2014-2019

Realizei vários projetos de extensão no início da minha carreira na universidade e depois passei muitos anos sem fazer extensão formal pois, de uma certa forma, a gente que trabalha na área de saúde entende o próprio hospital universitário como extensão. Então, toda essa assistência que a gente oferece no ambulatório, nas enfermarias ou na sala de espera do serviço de atenção à saúde são, por assim dizer, atividades de extensão.

Quando assumi a ProEx, já me sentia ambientada com o funcionamento e as demandas da extensão. Uma grande vitória da minha gestão foi conseguir garantir que os projetos antigos e os novos, enfim, todos os projetos, continuassem ativos independente dos cortes. Investimos nas divulgações para a comunidade externa, parcerias que foram firmadas, aumentamos as ações anuais. Tudo isso que revela o papel fundamental da extensão, pois trabalhando em conjunto tudo fica mais simples e a gente obtêm maior êxito.

A extensão é uma ação da universidade junto à comunidade, responsável por disponibilizar ao público externo o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa desenvolvidos na instituição. Essa ação produz um novo conhecimento a ser trabalhado e articulado e está associada à crença de que o conhecimento gerado pelas instituições de pesquisa deve necessariamente possuir intenções de transformar a realidade social, intervindo em suas deficiências e não se limitando apenas à formação dos alunos regulares da instituição, mas sim interagindo com a comunidade, que possibilita a troca de saberes e alimenta o ensino e a pesquisa. É nisso que eu acredito!



ma de Diversidades

### **Programa “Cada doido com sua mania”**

O programa, criado em 1984, no antigo Hospital Adauto Botelho, visava à promoção da saúde mental, utilizando o viés de um tratamento humanizado. Criado pela professora de psicologia da UFES, Tânia Prates, começou com pequenas oficinas de arte entre os pacientes internados. Na atualidade, o projeto envolve um tratamento terapêutico singular para os pacientes, que envolve, muitas vezes, atividades familiares, grupais, e ainda oficinas terapêuticas.

Um dos programas mais antigos da extensão ainda em vigor, o programa vem auxiliando e participando da criação de espaços e políticas públicas voltadas para a saúde mental, elevando a relação entre alunos, professores e comunidade atendida a um outro patamar de sensibilidade, já que se pauta no tratamento das pessoas, seja qual for sua condição, com dignidade e respeito devido. O programa de extensão da UFES só existe com o auxílio dos alunos. Mas, o “Cada doido com sua mania” não recebe só ajuda dos alunos da universidade, recebe também ajuda dos alunos de outras faculdades da Grande Vitória. Eles podem participar do programa e aprender ainda mais nesse espaço de troca.

No programa, existem diferentes oficinas e serviços como as oficinas terapêuticas, o serviço de atendimento individual, o serviço de atendimento familiar e a psicofarmacologia. Essas oficinas terapêuticas atendem crianças, adolescentes e adultos, cada um com um determinado foco para a condição e a faixa etária específica.



RESEARCH

## Programa de extensão Cada Doido Com Sua Mania: *Há mais de 30 anos vencendo desafios*

*Projeto trata crianças e adolescentes com diferentes tipos clínicos de transtornos psicológicos. Só em 2014 foram atendidas 781 pessoas.*

**O** grande Sombra Baumann, médico e personagem principal de O Alencão (1882), de Machado de Assis, resolve fundar o Hospital Casa Verde na pacata cidade de Ilhéus, onde a população só vive em diferentes graus, esperando que, com a internação dos "loucos", a nova empreitada traga a restauração dos bons costumes. Há, entretanto, o que ninguém esperava: é que, com o decorrer do tempo, quase toda a população da cidade fosse internada na instituição, de que, de acordo com a teoria de Baumann, os loucos todos as pessoas com desvios de personalidade, como superintencional, bagulhos, indolentes e vaidosos. O Alencão, percebendo que sua teoria estava errada, resolve libertar todos os internos e refaz sua teoria: se o maior representante desvio de personalidade é não seguir um padrão, então loucos são quem mantêm regularidade nos atos e possuem firmeza de caráter. É assim que quem ele julga o único da personalidade perfeita? Ele próprio, que termina o livro como o único paciente da Casa Verde.

A obra de Machado de Assis é um exemplo ideal para se questionar: a linha divide entre loucura e sanidade; ser diferente e se comportar de forma correta é maioria é suficiente para ser doido? De médico e louco, todo mundo tem um pouco! Para entender um pouco esse universo, a revista Universidade foi conferir o projeto de extensão da

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) que há 31 anos atua, atendendo e tratando pacientes com diferentes tipos clínicos de transtornos psicológicos, o Programa Cada Doido Com Sua Mania (CDQM), do Departamento de Psicologia da UFES.

Criado em 1984, o projeto inicialmente fazia parte do estágio dos estudantes do curso de Psicologia. Atualmente, onde eram realizadas oficinas terapêuticas com os pacientes. Dois anos depois, foram criadas as oficinas de arte, que trouxeram resultados eficientes para os pacientes. Em 1992, o Programa CDQM foi reestruturado.

"Quando viemos para a UFES, iniciamos o Centro de Apoio Continuado à Infância, Adolescência e Adultos (Cacia), para queríamos diversificar e não atender só pacientes psicóticos. Fomos em busca de outros desafios cotidianos, de outras estratégias para que os indivíduos tenham melhores chances de inclusão na sociedade e na família. Desde então, atendemos a comunidade universitária e crianças encaminhadas pelo Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória, localizada em Vitória, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde (SESAU)", ressalta uma das fundadoras do Projeto, a médica psiquiatra e professora associada do Departamento de Psicologia, do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN), Tânia Prates.

Os pacientes do Hospital Infantil são encaminhados para o Cacia, localizado no campus de Marapá,





## TÂNIA AMARAL PRATES

Coordenadora do Programa Cada doido com sua mania

Sou formada em Medicina pela UFES, cumpri residência em Psiquiatria na USP e voltei para UFES para ser professora, no final da década de 1970. Enquanto me especializava em São Paulo, tive contato com atividades extensionistas; foi participando desse programa lá que eu notei que a universidade é pública e tem uma função social. Então, o que a gente pode fazer para fortalecer a formação da cidadania das comunidades se torna muito importante, seja como aluno de graduação, mestrado, doutorado, não importa. Participando de atividades de extensão, agregamos e espalhamos conhecimento, isto se multiplica, as relações se adensam e todos ganhamos.

Além disso, ver os casos sendo resolvidos, muitos pacientes que estavam excluídos da sua própria subjetividade, retomando suas vidas, é muito compensador. Um exemplo em específico é o de uma paciente que eu convidei para fazer parte do grupo, Carolina. Ela vivia sem roupa, dispersa, catatônica, e ela começou a me seguir no hospital. Então, em um momento, ela começou a vestir a roupa quando estava dentro do grupo, mas, quando saía, ela tirava a roupa de novo. Num próximo momento, ela começou a tomar banho, escovar os dentes, nos dias de atividades do grupo. Assim, aos poucos, ela foi se inserindo novamente na sociedade. Veja, isso mostra que quando um sujeito está em si, dentro de si mesmo para outro sujeito, e você bate à porta, a tendência é que o sujeito reaja e se socialize. Foi então com essas ideias que a gente começou a trabalhar, com foco nas singularidades. Os resultados são diversos e motivadores. Trabalhamos com oficinas, envolvendo várias áreas: música, artes plásticas, pintura, modelagem, terapêutica. Procuramos agregar vários professores da UFES, de vários campos de saber. Nas diferentes fases desse programa, podemos ver a evolução dos pacientes em cada etapa em que atendemos. Muitas vezes, as alterações são pequenas para as pessoas de fora, mas para o paciente é uma mudança de vida.



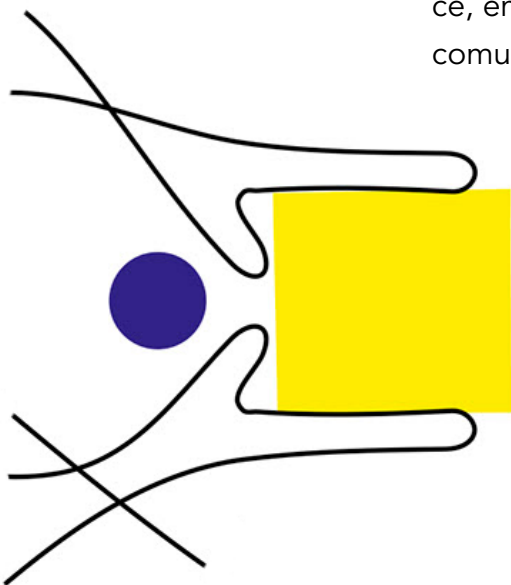
## **Centro de Estudos de Promoção em Alternativas de Saúde (CEPAS)**

O Projeto de Extensão “Cuidados Primários de Saúde em uma Comunidade” (PCPSC) teve início em 1984, servindo de campo para a prática de cuidados básicos em saúde. Por meio deste, os alunos do curso de Medicina da UFES têm seu primeiro contato com usuários do serviço público de saúde, com vistas tanto à aprendizagem, quanto à disseminação de conhecimentos preventivos e atenção a uma comunidade carente.

A ampliação do projeto resultou na criação do Centro de Estudos de Promoção em Alternativas de Saúde (CEPAS), uma organização não governamental sem fins lucrativos, idealizada pelo professor Pedro Fortes. Funciona em parceria com o Departamento de Medicina Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no município de Serra. Seu principal objetivo é a promoção da saúde e da cidadania em comunidades menos privilegiadas, através de orientação e assistência, com ênfase na educação para a saúde.

O CEPAS tem como lema “Tomar a Iniciativa e Defender a Vida” e, como princípio orientador, o que a Organização Mundial de Saúde preconiza como conceito de saúde, ou seja, não apenas a ausência de doença, mas o bem-estar físico, mental, social e econômico. Assim, a preocupação fundamental está não em promover a cura, mas em ensinar a prevenção das enfermidades a partir de Cuidados Primários de Saúde, prestando acompanhamento paralelo ao do Serviço de Saúde, por meio de visitas domiciliares e atendimentos na própria sede do projeto. Além disso, o centro oferece, em sua sede, um local seguro para a recreação e confraternização de crianças da comunidade ao sábados e disponibilidade para reforço escolar durante a semana.

“O papel da extensão é, para mim, um trabalho direto na formação desse aluno e também, mais importante do que isso, é uma prestação de serviço no qual os dois lados se beneficiam. A Constituição diz que saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado, educação é um direito do cidadão e um dever do Estado. Então, como nós podemos fazer o melhor? Servindo.”  
(Pedro Fortes, coordenador do programa CEPAS)



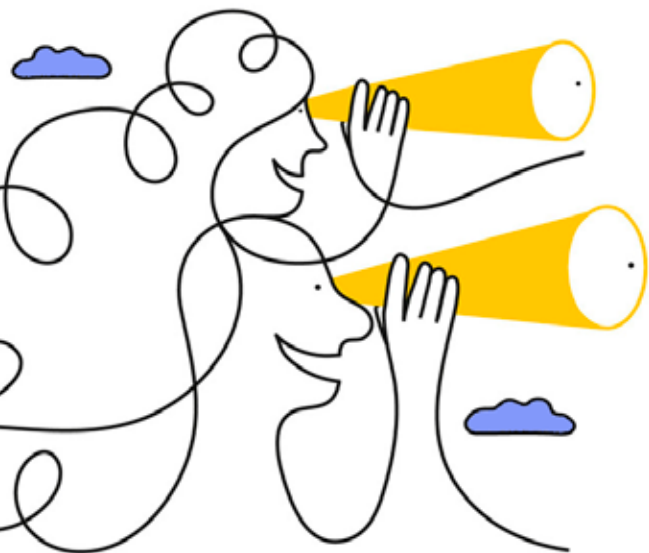


## **Gaturamo Observatório Astronômico (GOA)**

Vinculado ao Departamento de Física da Universidade Federal do Espírito Santo, o Goa nasceu a partir das atividades desenvolvidas pelo Observatório Astronômico da Ufes, inaugurado em março de 1986. Seu principal objetivo é a difusão do conhecimento sobre astronomia de maneira interdisciplinar. O Observatório Astronômico recebe visitas a escolas de nível fundamental e médio, atuando como recurso didático complementar para o ensino das disciplinas de ciências e geografia, no nível fundamental, e de física, geografia e biologia, no nível médio. Assim, procura contribuir para melhoria da qualidade de educação em ciências e fomentar o interesse pela astronomia junto à comunidade em geral.

Além disso, disponibiliza aos visitantes telescópios para observação do céu e acervo de material pedagógico, como publicações internacionais, fotografias e apresentações com recursos audiovisuais. Oferece atendimento ao público em geral, cursos de extensão, palestras, oficinas e reuniões de estudos.

Um dos projetos desenvolvidos no âmbito do programa é o Telescópio nos Bairros, ligado ao Departamento de Física da UFES. Tem por objetivo, levar um telescópio solar ou noturno a escolas ou grupos. Nessa oportunidade, os mediadores fazem uma apresentação de cerca de 30 minutos do Sol e do sistema Sol-Terra-Lua, mostrando as estações do ano, as fases da Lua e os eclipses, e complementado com o aplicativo de planetário Stellarium. Após, se as condições meteorológicas permitirem, são realizadas observações dos astros ou do Sol (quando de dia), através de telescópio com filtro especial.



O objetivo do GOA é tentar aplicar ao máximo a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e a extensão. Queremos fortalecer esse diálogo, permitindo às pessoas observarem e levarem a astronomia, a ciência, para outros locais. (Márcio Malacarne, Coordenador do GOA, professor do Departamento de Física da UFES).

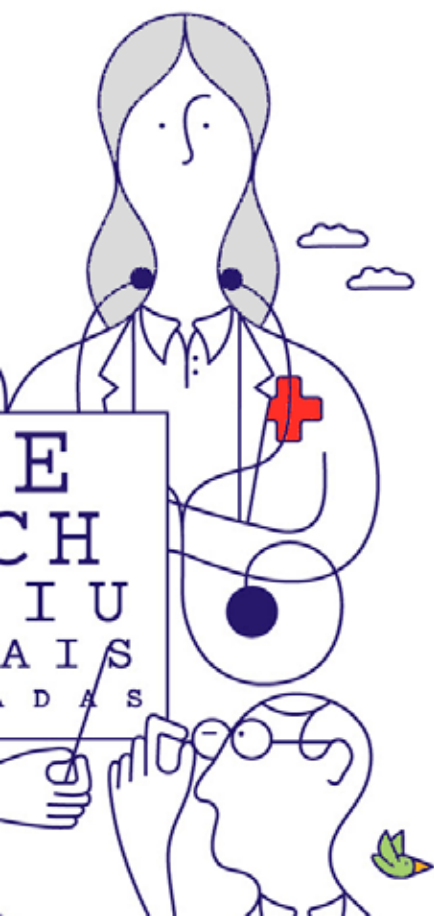


## **Programa de Assistência Dermatológica aos Lavradores Pomeranos do Espírito Santo (PAD)**

Trata-se de um dos mais antigos programas de extensão da Universidade. Iniciado em 1987 pelos médicos Carlos Cley e Luiz Fernando Barros, o projeto acontece nas regiões do estado onde se encontra a população de origem pomerana, como em Santa Maria de Jetibá e seus arredores, Pancas, Laranja da Terra, Vila Pavão, Santa Leopoldina e Domingos Martins. Estima-se que os pomeranos e seus descendentes no Espírito Santo sejam em torno de 120 mil pessoas, a maior concentração em todo o Brasil.

O objetivo do programa é auxiliar os lavradores no tratamento do câncer de pele e na prevenção da doença. Para isso, são realizados mutirões voluntários mensalmente com consultas, procedimentos e, quando necessário, pequenas cirurgias. Os casos mais graves são transferidos para o Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (Hucam). A equipe é formada por acadêmicos, médicos e técnicos em enfermagem, que atendem as comunidades sob a orientação de dermatologistas. Trata-se de um projeto gratuito, inédito no Brasil, que já atingiu mais de 100 mil pessoas. Além dos atendimentos, o PAD ajuda a formar milhares de médicos, ensinando o lado social da profissão pois, ao atuarem junto às comunidades, os voluntários colaboram com a melhoria da qualidade de vida de inúmeras pessoas que não teriam condições de ir até um hospital.

O PAD é a oportunidade que os alunos têm de estar atuando em campo e vendo, principalmente, a realidade da população. No ambulatório, eles não sabem como é a vida das pessoas. Já no Programa eles podem ver as dificuldades das pessoas e a importância do nosso trabalho para suas vidas. (Patrícia Henrique Lyra Frasson, Coordenadora do PAD)



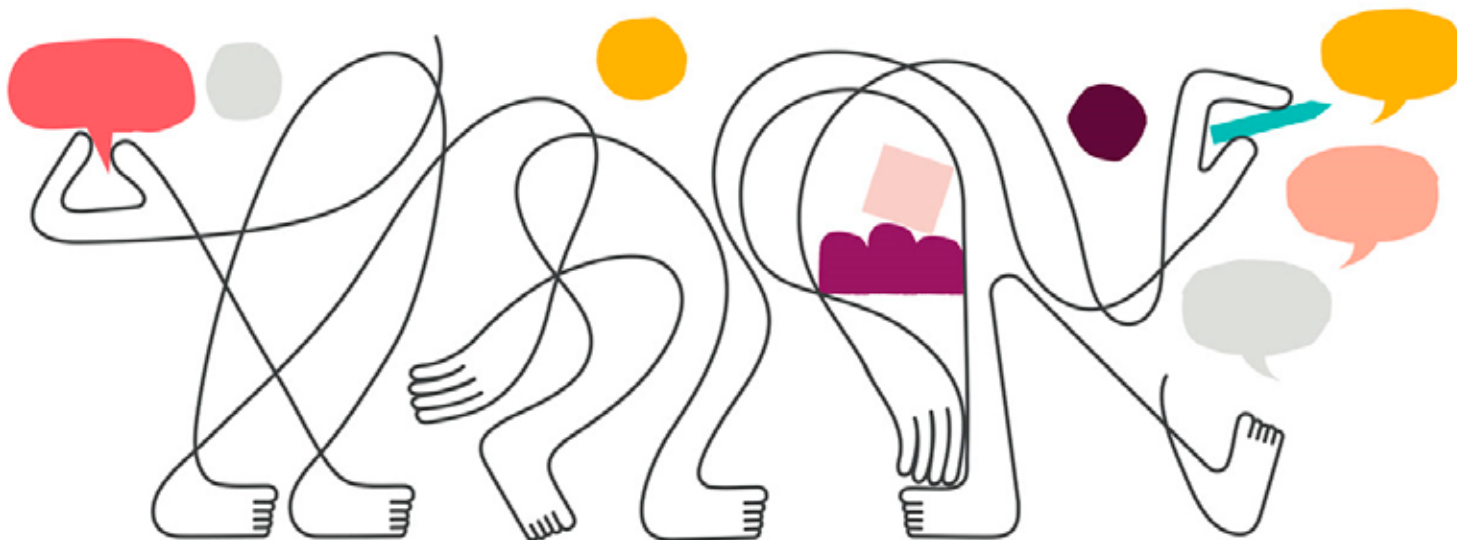


## **Programa de Conservação e Restauração de Bens Culturais**

O Núcleo de Conservação e Restauração do Centro de Artes nasceu em 1989, com o objetivo de conservação/restauração de acervos particulares, municipais, estaduais e federais. Em 2011, tornou-se um programa de extensão, com a finalidade de criar uma sistemática de pesquisa e prática voltada para a área de patrimônio, conservação e restauração de bens culturais. Contribui, assim, com a formação de novos profissionais e implementa projetos de extensão visando a socializar conhecimentos na área de educação patrimonial, integrando a universidade com a comunidade.

Referência da área no estado, o núcleo opera em acervos particulares, municipais, estaduais e também federais. Para além disso, desenvolve atividades de ensino na área de educação patrimonial, visando gerar noções de identidade e pertencimento. Conta com uma equipe de professores, técnicos e alunos estagiários para suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Entre as suas atividades destacam-se pintura de cavalete, escultura policromada em madeira e acervos em papel, como livros, documentos, obras de arte e outros. A sede do programa se localiza no CEMUNI I, no Campus de Goiabeiras.



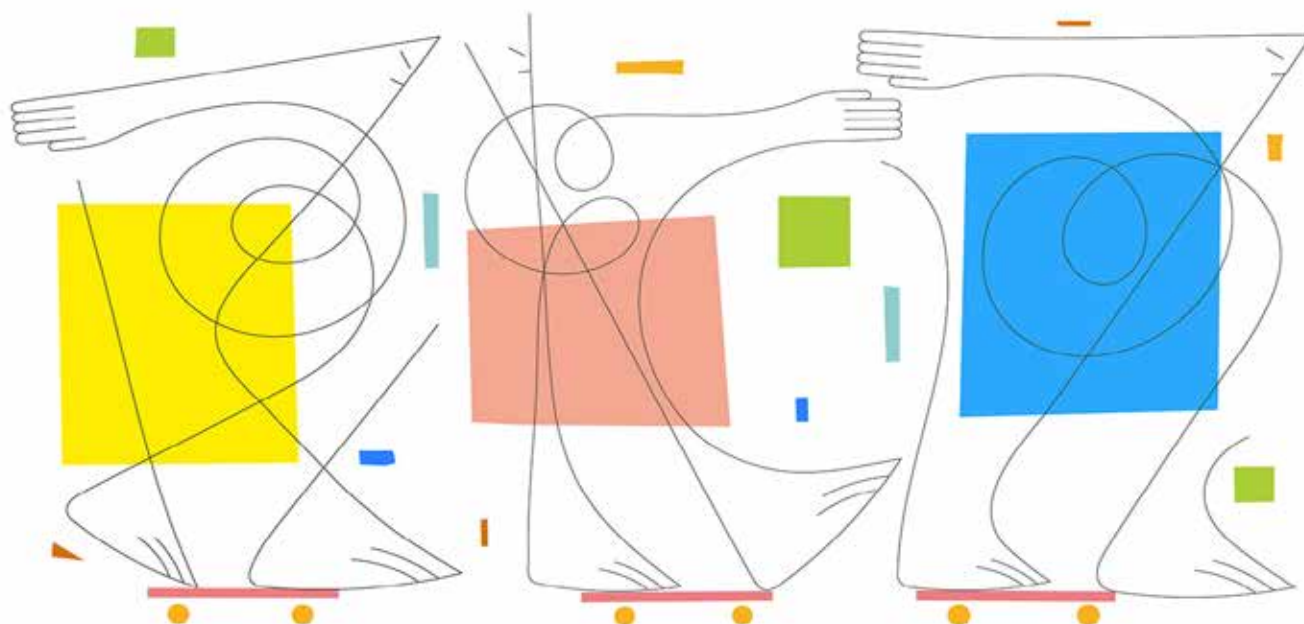


## **Laboratório de Educação Física Adaptada (LAEFA)**

O Laboratório de Educação Física Adaptada, ligado ao Centro de Educação Física e Desportos da UFES, nasceu em 1995, com a finalidade de oferecer formação aos profissionais da educação física, capacitando-os para dar aula a pessoas com qualquer tipo de deficiência.

Desde a sua fundação, os projetos do LAEFA buscam promover o campo de estágio em Educação Física Adaptada para os acadêmicos do Curso de Educação Física da UFES, expandindo os serviços de Educação Física para a comunidade, por meio do atendimento às crianças, jovens e adultos com deficiência e seus familiares. Além disso, os projetos desenvolvem estudos e práticas pedagógicas inclusivas no atendimento às necessidades educacionais de portadores de deficiências, incrementando a prática da pesquisa nesta área de interesse em Educação Física.

Para além da valorização da autonomia e do desenvolvimento pessoal, social e afetivo, condições importantes para o processo de inclusão, o LAEFA valoriza também a interação social entre os participantes, por meio de práticas corporais pautadas na valorização de atividades coletivas.





### **Centro de Estudos e Pesquisa sobre Álcool e outras Drogas (CEPAD)**

Na década de 1980 nasceu o Programa de Atendimento ao Alcoolista do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (PAA-HUCAM-UFES). Contudo, sua ação era restrita a atividades de assistência e de extensão. Com a missão de prestar assessoria e planejamento em dependência química foi criado, em julho de 1996, por meio da Resolução nº 086/97, o Centro de Estudos e Pesquisa sobre Álcool e outras Drogas (CEPAD), ligado ao Centro de Ciências da Saúde (CCS).

Trata-se de um centro interdisciplinar, que reúne docentes e profissionais de diversas áreas do conhecimento da universidade - Centro de Ciências da Saúde, demais centros da UFES, bem como outras instituições da área da saúde e afins. A organização vigente possibilita, também, que estudantes e profissionais, possam desenvolver, paralelamente às suas atividades acadêmicas, uma formação em saúde mental, com ênfase no abuso e dependência de drogas, favorecendo o crescimento pessoal, profissional e científico

Em âmbito estadual, o CEPAD criou um ambiente específico para o estudo e desenvolvimento de pesquisa experimental, clínica e epidemiológica, na área da saúde mental, especialmente no que respeita às substâncias psicoativas. Também se ocupa dos diversos aspectos relacionados ao abuso e dependência de drogas, e à prevenção e tratamentos destas condições patológicas, em consonância com a política estadual, nacional e internacional vigentes.

Como referência técnico-científica para a população capixaba, o Centro de Estudos caracteriza-se como um espaço de atenção, tanto integrativa e interativa, aos transtornos decorrentes do consumo de substâncias psicoativas, no nível individual e coletivo. Além disso, fornece suporte aos indivíduos, famílias e instituições governamentais e não governamentais que interagem no cenário das práticas para o enfrentamento desta problemática que tanto afeta a saúde individual, familiar, social e espiritual do capixaba.



## Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA)

O Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA), após dezoito anos de atuação efetiva no Centro de Educação (CE), passou a se constituir juridicamente como parte integrante da Universidade Federal do Espírito Santo, através da Resolução nº 31/2015 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Sua história teve início em 1997, sempre ligada às ações de uma pluralidade de atores externos à universidade e de profissionais vinculados à instituição.

Ao longo do tempo, várias iniciativas de Extensão foram desenvolvidas, em atendimento às demandas da sociedade civil, e a partir de resultados de pesquisa. As ênfases de formação inicial e continuada foram sempre tomadas como eixos orientadores das ações e, em função do contexto e das demandas sociais, estiveram mais ou menos em evidência. Nesse sentido, o NEJA tem atuado em conjunto com os movimentos sociais, em experiências alternativas e de escolarização, em salas de aula na UFES e em outras comunidades da Grande Vitória.

O NEJA busca avançar, ampliando a oferta e o modo de trabalhar com a EJA, atendendo não apenas aos sujeitos da alfabetização, mas atuando na perspectiva da continuidade da escolarização. Assim, encara a modalidade como parte integrante da Educação Básica e, portanto, como um direito e como um modo próprio de oferta para os sujeitos que não tiveram acesso à escola, ou que dela foram expulsos. O Núcleo tem, ainda, buscado incorporar, em suas práticas, os princípios do direito à educação e à formação humana, bem como a defesa de uma Educação Básica de qualidade, independentemente da idade dos sujeitos que demandam a EJA.

O trabalho realizado nesse percurso tem produzindo convergências, o que levou o NEJA a ampliar seus espaços de atuação e de interlocução no desenvolvimento de programas locais e nacionais. Envolve ainda a pesquisa e a extensão na graduação e na pós-graduação, com a formação de pesquisadores no campo da educação de jovens a adultos. Dessa forma, o NEJA tem como marcas evidentes a abertura de horizontes no campo da formação e a efetivação da tão buscada articulação ensino, pesquisa e extensão.





## Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (PAVIVIS)

Criado em 1998, através de um convênio com o Departamento Médico Legal, o Centro de Apoio à Juventude e o Centro de Apoio Criminal, o objetivo principal é possibilitar o acompanhamento médico, psicológico, social e laboratorial às vítimas de violência sexual notificadas no DML. Atualmente, atende no Hospital Universitário, recebendo vítimas encaminhadas por outros órgãos ou as que procuram espontaneamente o projeto, através da maternidade do HUCAM. O PAVIVIS é a única referência estadual para o abortamento jurídico.

Por meio do Programa já foram atendidas e encaminhadas mais de quatro mil crianças e mulheres vítimas de violência sexual. Em 2002, o PAVIVIS se tornou projeto de extensão da UFES e, também, parceiro do Ministério Público Estadual, através do Centro de Apoio à Infância e a Juventude e do Centro de Apoio Criminal.

O Programa, que inicialmente só pretendia oferecer atendimento de saúde, foi gradativamente acumulando mais funções e ampliando sua atuação e objetivos. Uma equipe técnica multidisciplinar foi montada para seu funcionamento, que hoje conta com profissionais nas áreas de saúde, psicologia, assistência social, direito etc.

A violência e a exploração sexual são fenômenos complexos e multifatoriais. O enfrentamento ao crime, o acolhimento, a proteção e o atendimento às vítimas exige compreensão, conhecimento e comprometimento. A proposta é fazer com que essas pessoas, subjugadas por acontecimentos fora de sua escolha, sejam bem recebidas. Cria-se, assim, uma relação de confiança que permita ao ser humano crescer e recuperar sua autoestima, em direção à superação. Desse modo, o programa procura transformar as pessoas atingidas em sujeitos de seu tratamento, evitando, assim, reforçar sua posição de submissão. É importante destacar que a vítima permanece no programa até receber alta, o que significa o retorno equilibrado à sua vida sem situação de risco.



## ENTREVISTA



Criado em 1998, o Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (PAVIVIS) é hoje referência no setor. Por meio do programa foram atendidas e encaminhadas mais de quatro mil crianças e mulheres vítimas desse tipo de violência. O programa é, também, responsável pelos encaminhamentos dos casos que atende às instâncias jurídicas, tornando-se única referência para o abortamento jurídico. Funcionando com poucos profissionais e num espaço emprestado no Centro de Ciências da Saúde, o PAVIVIS hoje busca novo fôlego para continuar com os relevantes atendimentos que presta à sociedade capixaba.

REVISTA GUARÁ

### COMO SURTIU O PROGRAMA DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL (PAVIVIS)

Durante a visita da Dra. Maria da Mota, coordenadora do HUC, do Departamento de Família e Comunidade, acompanhada de teóricas da Dra. Maria da Mota, coordenadora

#### **DIA INTERNACIONAL DA NÃO VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

20 anos de Pavívis - Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual

Dia 26 de novembro (segunda-feira), de 8h30 a 12h no Auditório do Prédio Administrativo do CCS

confira a programação

Lá, encontrou um número expressivo de mulheres e adolescentes com queixas objetivas ou veladas sobre histórias de violência sexual. Sensibilizadas com o sofrimento destas mulheres e com a falta de um serviço adequado

a tal ponto que um profissional de saúde pública funcionava fora do trabalho

No início, por falta de área, as vítimas de violência sexual atendidas pelo DML seriam todas encaminhadas até o PAVIVIS para receberem acompanhamento médico,





## CHIARA MUSSO

Coordenadora do PAVIVIS

Quase vi o PAVIVIS nascer... Desde os primórdios eu já convivía com ele como aluna da UFES. Na residência, principalmente, a gente já prestava atendimento às pacientes. O programa surgiu em 1998, de um convênio entre a Universidade, o Ministério Público e a Secretaria de Saúde e Segurança Pública, visando o atendimento às vítimas de violência sexual. Há vinte anos prestamos esse serviço, que se tornou uma referência para todo o estado. Quando retornei à universidade, em 2010, como professora do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia, assumi a coordenação do programa. Trata-se de uma iniciativa de extrema importância pois, teoricamente, esse tipo de assistência tem que ser dado em qualquer lugar que a paciente chegue: numa unidade de saúde, num pronto atendimento. Os profissionais deveriam estar capacitados para prestar esse atendimento, porque existe um protocolo do Ministério da Saúde que deve ser seguido. Mas, quase sempre, as pessoas se veem perdidas nesse momento. Então o PAVIVIS acaba cumprindo um papel que outras entidades, instituições, deixam de cumprir. Acolhemos uma média anual de cerca de 150 novos casos de vítimas de violência sexual, encaminhadas de diversos setores ou por demanda espontânea. O Programa presta o atendimento de emergência, inicialmente. Depois, fazemos um acompanhamento de cerca de seis meses. Assistir à recuperação, ver essas pessoas virado a página para seguir em frente, é muito compensador. É o que faz o trabalho realmente valer a pena!



# Violência marca mulheres no corpo e na alma

No Brasil, uma mulher é estuprada a cada 11 minutos, de acordo com dados do anuário do Fórum de Segurança, de 2015.

Elisa Tavares e Luísa Perdigão

Ser vítima da violência sexual é uma lembrança dolorosa que se traduz em números para o Estado. No Brasil, uma mulher é estuprada a cada 11 minutos, de acordo com dados do anuário do Fórum de Segurança, de 2015. Essas mulheres podem carregar para o resto de suas vidas traumas psicológicos e físicos. Muitas delas não recebem o amparo adequado, principalmente pelo fato de o crime sexual ter um dos maiores índices de subnotificação à polícia.

Em favor de todas essas vítimas, a Lei Nº 12845 de 2013, garante "atendimento emergencial, integral e multidisciplinar, visando ao controle e ao tratamento dos agravos físicos e psíquicos decorrentes de violência sexual, e encaminhamento, se for o caso, aos serviços de assistência social". Este

atendimento envolve tratamentos profiláticos, psicológicos, ginecológicos e possíveis interrupções gestacionais. Todo o processo deve ser ofertado pelo Sistema Único de Saúde.

No Espírito Santo, um dos órgãos que assiste as pessoas abusadas sexualmente é o Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (Pavivis), uma atividade de extensão da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), iniciado em 1998, que trabalha em parceria com a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Saúde.

Os primeiros procedimentos são feitos no hospital, os quais ocorrem em caráter de urgência. Após, há o encaminhamento ao Pavivis, uma espécie de casa bem discreta próxima ao Hospital das Clínicas. Os pacientes são recebidos por assistentes sociais, psicólogos

e ginecologista, e o acompanhamento tem duração média de seis meses, podendo se estender, caso seja a necessidade e vontade da vítima. Quando o hospital é procurado em até 72 horas após o estupro, a medicação profilática será mais eficaz na prevenção de HIV e de uma gestação indesejada.

## Trauma

Para Ana\*, vítima de um estupro, foram dias longos aqueles que teve de ir até a delegacia, fazer o boletim de ocorrência, ser transferida para a Delegacia da Mulher, realizar o exame do toque no Departamento Médico Legal (DML), e depois ser encaminhada ao atendimento especializado do Pavivis. Não havia informações para que esse processo

\* Nome fictício para proteger a identidade da entrevistada

fosse mais rápido.

"Depois tive que passar por um médico e por exames no pronto socorro. Em seguida, me mandaram para uma delegacia, na qual fiquei quase o dia todo até ser encaminhada ao DML, onde passei por humilhação de novo (o exame de toque)", lembra.

Aos 51 anos, Ana procura consolo na família e na religião. Esquecer ainda é difícil e ela busca no trabalho uma forma de se ocupar para que pensamentos e recordações não voltem à mente. Ela está recebendo o acompanhamento psicológico oferecido gratuitamente pelo Pavivis.

Em torno da violência sexual há uma estrutura em que a mulher é culpabilizada pelas violações que possa sofrer. Um dos aspectos mais dolorosos é o silêncio das vítimas que pre-

ferem não realizar a denúncia e se calam diante da situação como forma de se proteger e negar o abuso. Relatar é reviver o sofrimento e o sentimento de vergonha, medo e angústia, ainda mais quando há tolerância e normalização do estupro.

De acordo com a assistente social do Pavivis, Alexsandra Entringer, isso se torna ainda mais recorrente quando a violência está dentro de casa. "Não temos dados que consigam comprovar, mas imaginamos que muitas não denunciem por se sentirem envergonhadas, amedrontadas e culpadas", afirma.

*O Pavivis funciona feira, das 8 às 17 h na UFES, em Maruípe, das Clínicas. São a partir de*

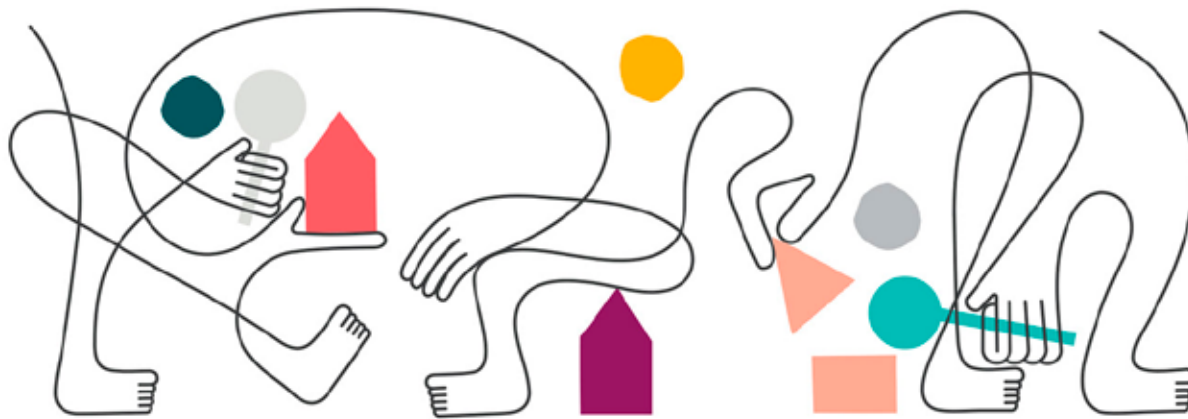
## **Programa “Jongos e Caxambus: Memórias de Mestres e Patrimônio Cultural Afro-brasileiro no Espírito Santo”**

Atuando desde 2012 na pesquisa dos territórios e das territorialidades rurais e urbanas, dos processos organizativos, das memórias e do patrimônio cultural afro-brasileiro nas comunidades jongueiras do Espírito Santo, o programa procura fortalecer a mobilização comunitária. Além disso, tem produzido material bibliográfico e conhecimento nos campos artístico, antropológico e educacional sobre essas comunidades, auxiliando em seus processos organizativos.

Abrangendo, atualmente, 24 grupos de jongueiros/caxambuzeiros e 14 grupos de Reis de Boi, as ações do programa incluem visitas de campo, reuniões, grupos de estudo, oficinas de mobilização regional e a participação em eventos festivos dentro das referidas comunidades, com a finalidade de produzir registros de memórias.

No aspecto da criação de memórias, parte do trabalho desenvolvido no programa se dá por meio da realização de entrevistas para a compreensão do papel do mestre na figura de detentor da memória e do saber relacionado ao jongo, ao caxambu e aos Reis de Boi. Procura-se, desse modo, auferir a importância das lideranças comunitárias nos processos de continuidade dessas práticas culturais e na organização dos grupos para auxiliar na proposição de ações que visem a salvaguarda desses bens culturais, respeitando-se a diversidade cultural existente, especialmente no reconhecimento da cultura negra no Espírito Santo.

Por se tratar de um programa interdisciplinar, tem suas ações sediadas no Centro de Artes (CAR), no Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) e no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFES).





## **Laboratório de Tecnologias de Apoio a Redes de Inovação - LabTAR**

Com sede no Departamento de Engenharia da Produção, localizado no Centro Tecnológico, Campus de Goiabeiras, o LabTar tem como foco ações interdisciplinares voltadas à promoção da inovação sustentável, englobando vários setores da sociedade: empresas, ONGs, governo e a academia. Funciona como um ambiente multidisciplinar onde professores, alunos e ex-alunos de engenharia de produção, desenho industrial, informática e comunicação social trabalham, com a missão de gerar e difundir conhecimentos e tecnologias que promovam a inovação, em cocriação com os usuários.

O laboratório atua em duas frentes de trabalho. Academicamente, são realizados trabalhos de conclusão de curso e de iniciação científica na área de inovação com participação do usuário, com particular interesse em inovação responsável. A outra vertente é a aplicação prática dos conhecimentos e técnicas voltados para a inovação com participação do usuário, em projetos junto a empresas e ONGs.

Os trabalhos do laboratório já alcançaram renome internacionalmente. Desta forma, citam-se projetos como o Conecte Ideias, a Jornada Iberoamericana de Laboratórios Cidadãos o Projeto Bem Forte - que visava o fortalecimento da moeda social do Banco do Bem -, e o projeto de colaboração internacional Housing, Manufacturing and Water, nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Engenharias Ambiental e de Produção.

A equipe multidisciplinar promoveu também o Living Lab Habitat, desenvolvido pelo laboratório juntamente com a ONG Associação Ateliê de Ideias, com o objetivo de criar tecnologias que favoreçam o bem viver de comunidades urbanas de baixa renda. Atualmente, o laboratório integra a rede InovaTE, associação sem fins lucrativos que visa difundir a inovação, promovendo a criatividade focada em transformar o mundo, transformando as pessoas.





## **Redes de Políticas no Território: Políticas Públicas e Movimentações Sociais**

O programa nasceu como desdobramento e ampliação do projeto de extensão “Redes no Território: políticas públicas de assistência social, educação e saúde” e do projeto de pesquisa “Redes de políticas públicas: movimentações sociais e regulamentação da vida”. Sua área de atuação envolve a relação entre as políticas públicas, os equipamentos públicos e as comunidades locais. As ações vêm sendo realizadas na região de Cabo Verde, município de Cariacica/ES, buscando apoiar e fortalecer os movimentos sociais e os coletivos informais de juventude, que se organizam com o intuito de transformar a realidade no que tange ao acesso às políticas públicas e à violação de direitos humanos, bem como ampliar a participação na gestão da escola pública por seus usuários.

Os projetos de extensão ligados ao programa estão em atividade desde 2008. Os dados produzidos nesse período apontam que a participação dos usuários no processo de elaboração e implementação das políticas públicas, via dispositivos formais de controle social, tem se efetuado de forma fragilizada e lenta, portanto, com inúmeros desafios. Por isso, nos últimos anos, o foco de atuação tem abarcado a participação dos estudantes na gestão da escola pública e as novas formas de organização da juventude.

O programa alia, por um lado, as necessidades da comunidade e, por outro, as demandas apresentadas pelos alunos do curso de Psicologia, no que diz respeito à atuação do psicólogo no campo das políticas públicas. As atividades têm conectado ações de extensão no território e projetos de pesquisa com participação de bolsistas de iniciação científica visando, assim, a produção de saber acerca de questões que emergem das ações de extensão. Como resultado, inclusive, tem gerado impactos na oferta de disciplinas optativas para estudantes de Psicologia.





## **Observatório dos Conflitos do Campo (OCCA)**

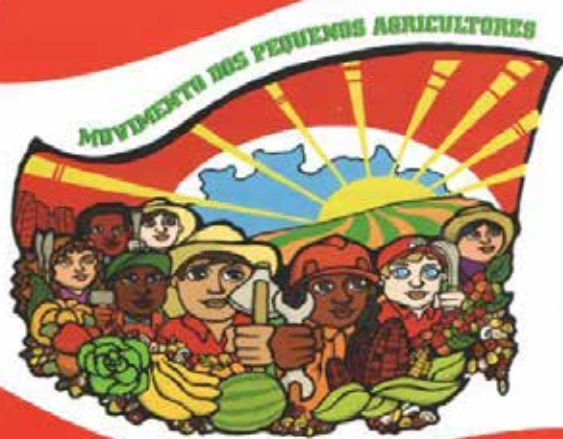
As transformações ocorridas no espaço agrário, a emergência de novos sujeitos sociais e as mudanças de conceitos nas políticas públicas reforçaram a necessidade de um aprofundamento teórico e metodológico sobre a problemática. Isto ensejou, em 2005, a criação do Observatório. Tendo como finalidade um aprofundamento denso sobre a temática, o OCCA realiza a coleta de dados, sua sistematização e a cartografia das ações, dos sujeitos e dos conflitos do campo, no Espírito Santo. O objetivo de tais ações é colaborar no desenvolvimento de mecanismos de divulgação que sirvam de subsídio para a resolução desses conflitos.

O OCCA realiza também levantamentos que alimentam os Cadernos dos Conflitos no Campo, publicação organizada nacionalmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, desde o ano de 1985. Neste sentido, contribui em âmbito nacional com dados a respeito dos conflitos no campo e da luta pela terra, possibilitando intercâmbio entre pesquisadores, instituições públicas e privadas, imprensa nacional e internacional.

Outra vertente do trabalho do OCCA refere-se à pesquisa sobre as formas de territorialidade dos povos e comunidades tradicionais, que se encontram em conflito com a territorialidade de grandes empreendimentos. Neste intuito, foi criado, em julho de 2013, o Grupo de Estudos e Pesquisa dos Povos e Comunidades Tradicionais (registrado no Diretório do CNPq com o nome Territórios Tradicionais), que conta com a participação de estudantes da Licenciatura em Educação do Campo (CEUNES) e outros cursos, como Ciências Biológicas (CEUNES) e Geografia (CCHN), nos níveis de graduação e pós-graduação. Este grupo vem realizando estudos bibliográficos acerca do tema e também trabalhos de campo junto a comunidades tradicionais da Planície Costeira do Rio Doce, no estado do Espírito Santo, por meio de estudos e elaboração de relatórios a respeito de seus territórios tradicionalmente ocupados.



# VI Encontro Estadual do MPA



ALIANÇA CAMPONESA E OPERÁRIA POR SOBERANIA ALIMENTAR



I Jornada de Debates ADUFES/GTPAUA

## UNIVERSIDADE E CONFLITOS TERRITORIAIS NO CAMPO

Venha debater a relação da universidade com as lutas sociais no campo, a partir da perspectiva de intervenção da universidade via levantamento e discussão das experiências de grupos e projetos de pesquisa e extensão

**09 de Outubro**  
**8h às 11h30**  
**Salão Rosa CCJE**

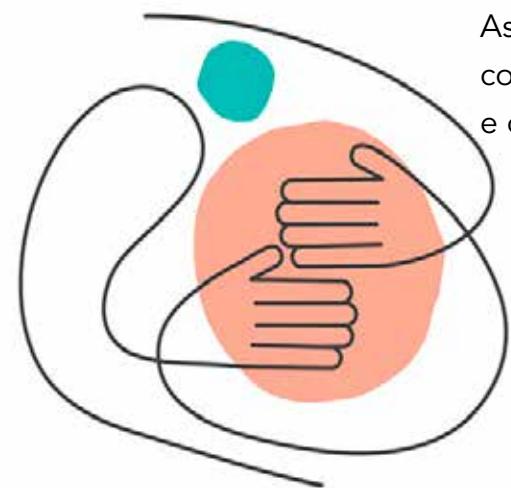
| MESA I<br>8h às 9:30                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | MESA II<br>9:30 às 11:30                                                                                                                                                                                                                                                 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>FRUTILIA LEECKIAN - ORGAON<br/>Desenvolvimento, territorialização e planejamento a partir dos movimentos sociais</p> <p>FLÁVIA ANDERSONSON LEONARDO - GEPPEDS<br/>"Políticas agrícolas, projetos de desenvolvimento e movimentos sociais"</p> <p>SIMONE RAQUEL BATISTA FERREIRA - DCCA<br/>Territórios tradicionais: Territórios em disputa</p> | <p>NORIANA AMARAL - GELSP - Desenvolvimento do MST: teatro do oprimido e educação popular</p> <p>ANDRÉ HIGUELATO OLIVEIRA - LATERRA<br/>Comunidade e agricultura</p> <p>GILSA BARCELLOS<br/>Trabalho e lutas entre mulheres camponesas, agricultoras e trabalhadoras</p> |

Organização:  
GTPAUA/ADUFES, LATERRA, ORGAON, DCCA, BRIGADAS POPULARES, GEPPEDS, NÚCLEO DE APOIO À ENFT/WIEF, GCEC

## **Custos de Projeto, Implantação e Operação dos Projetos de Geração de Trabalho e Renda do PEA PESCARTE**

O projeto nasceu da parceria entre o Laboratório de Engenharia do Produto (LEP), do Departamento de Engenharias e Tecnologia (DETEC) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e o PEA PESCARTE, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). A proposta tem como escopo o levantamento e a organização de informações de custos de projeto, implantação e operação, como subsídios ao Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Social (EV-TEAS). Inclui em seu escopo sete tipologias de empreendimentos de Projetos de Geração de Trabalho e Renda do PEA PESCARTE, a saber: Unidade de Beneficiamento de Pescado de Pequeno Porte; Unidade de Beneficiamento de Pescado de Médio Porte; Unidade de Beneficiamento de Pescado de Grande Porte; Unidade de Aquicultura; Unidade de Maricultura; Fábrica de Gelo e Fábrica de Farinha e Ração.

O Projeto PESCARTE tem como sua principal finalidade a criação de uma rede social regional, integrada por pescadores artesanais e por seus familiares, buscando, por meio de processos educativos, promover, fortalecer e aperfeiçoar a sua organização comunitária e a sua qualificação profissional, bem como o seu envolvimento na construção participativa e na implementação de projetos de geração de trabalho e renda (PGTR). Os PGTR são resultado do debate entre a população pesqueira e especialistas, intermediados pelo Grupo Gestor (GG) do PEA PESCARTE. Tal debate gira em torno das possibilidades para a melhoria da renda da família pescadora, dentro da cadeia produtiva da pesca. Por meio da ação educativa, busca-se a geração de produtos sustentáveis a partir da formação de uma cultura baseada na participação comunitária, na cooperação, na criatividade e na economia solidária. As soluções procuram articular alternativas ao sistema de produção, escoamento e consumo, focando na valorização do ser humano e nas suas capacidades produtivas e organizativas.



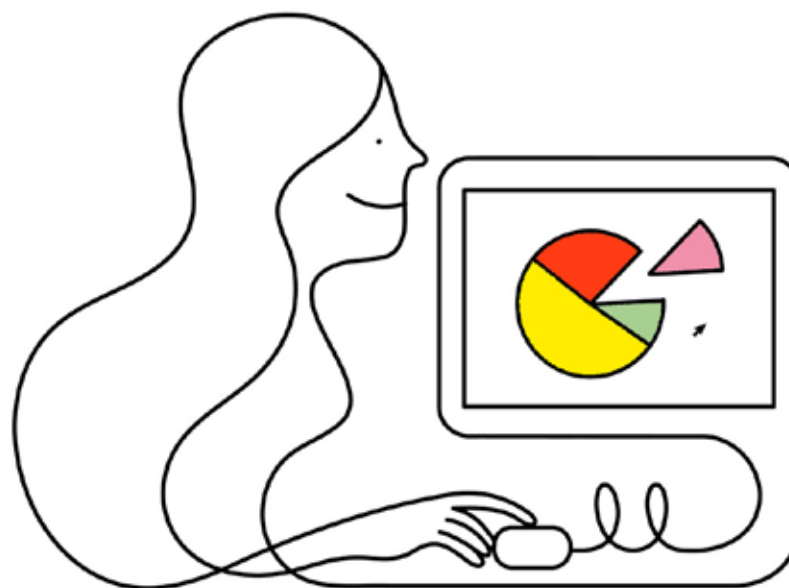


## **EJCAD Consultoria**

Promover e incentivar programas de treinamento, aperfeiçoamento e pesquisa dos discentes do Curso de Administração da UFES, divulgando-os entre a comunidade acadêmica e a sociedade, são as principais finalidades desse projeto. A iniciativa nasceu da análise e da percepção das transformações ocorridas ao longo dos anos, nos âmbitos econômico, social e tecnológico, que tornaram, por sua vez, o mercado de trabalho cada mais seletivo. Desse modo, a consultoria procura propiciar oportunidades dentro da universidade para uma formação profissional afinada com o mercado.

Partindo de um princípio fundamental à extensão, a EJCAD Consultoria procura aliar ensino de qualidade e demandas reais do mercado de trabalho, favorecendo o diálogo próximo entre o conhecimento construído em sala de aula e as demandas práticas, de uma forma criativa e inovadora.

O projeto busca oferecer soluções em administração, gerando oportunidades de inserção do estudante em um ambiente de mercado e de pesquisa. Por isso, os alunos atuam numa lógica empresarial, desenvolvendo projetos e executando atividades dentro da padronização pautada pela excelência no atendimento e na qualidade do serviço. Por fim, favorece oportunidades para o exercício da profissão.





## **Laboratório de Gestão em Redução de Risco de Desastres**

Inserido no Centro de Estudos e Pesquisa de Desastres Naturais, o Laboratório de Gestão em Redução de Risco de Desastres desenvolve pesquisas de base e aplicada, elabora projetos de extensão universitária junto à comunidade acadêmica departamental e à sociedade civil, nas áreas de pedologia, geomorfologia, geotécnica e climatologia.

Trata-se de um programa de estudo de Geociências aplicadas ao meio ambiente, voltado para a promoção da investigação dos problemas decorrentes da relação entre o homem e a superfície terrestre. Tem como meta avançar nos esforços de se constituir uma efetiva contribuição ao desenvolvimento sustentável do estado. A importância de tal iniciativa está diretamente relacionada à capacidade de apoio à gestão ambiental e ao planejamento territorial.

Sua principal função é promover o aprimoramento técnico-metodológico no ensino de Geografia, além da capacitação profissional e do fornecimento de insumos à resolução de problemas na área de planejamento ambiental. Outro importante objetivo do projeto é prover apoio técnico e operacional a grupos de Defesa Civil (Estadual e Municipal), além de fornecer capacitação técnico-profissional para aqueles que atuam em áreas afins de instituições de pesquisa, do ensino médio e superior, tanto na rede pública, quanto na rede privada.



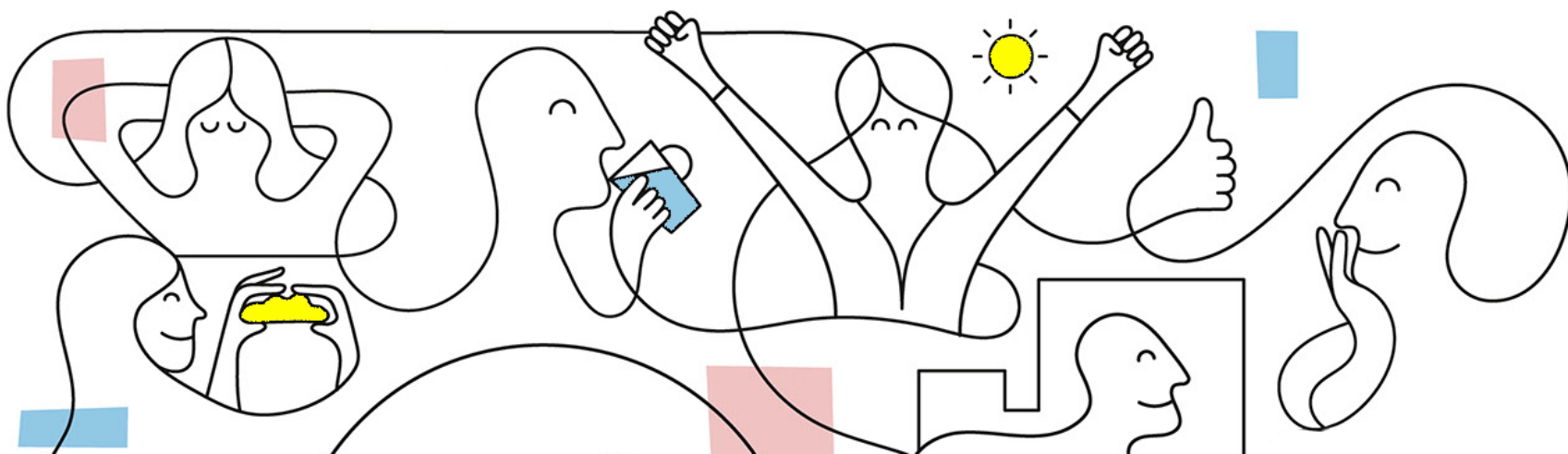


## Solares

Trata-se de um projeto de extensão multidisciplinar, envolvendo alunos dos cursos de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo e Comunicação Social. Seus pilares são a exploração das aplicações da energia solar fotovoltaica e dos conhecimentos da construção naval, a divulgação e incentivo ao uso da energia solar para a sociedade e a capacitação dos membros do projeto e da comunidade.

Como atividade de extensão, o projeto busca também aproximar os estudantes de um ambiente empresarial, buscando compatibilizar o aprendizado que se obtém dentro de sala de aula com as demandas do mercado. O principal foco do projeto é a participação no Desafio Solar Brasil, competição de barcos movidos a energia solar, que ocorre todo fim de ano em Búzios-RJ. Equipes de vários estados do Brasil participam do DSB, e estar no evento é uma forma gerar visibilidade para a equipe e de ter intercâmbio entre alunos e pesquisadores de lugares variados.

Paralelamente, o Solares também trabalha em prol de aproximar as pessoas de assuntos como fontes de energia renováveis e cultura marítima. Para isso, são necessárias outras frentes além do barco em si. As ações incluem levar conhecimentos sobre o assunto para escolas, desenvolver workshops, palestras e minicursos. Também são desenvolvidas iniciações científicas em parcerias com professores colaboradores, assim como a construção de protótipos, utilizados em eventos ou pela universidade.





## **Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra**

Ligado ao Centro de Educação, o curso tem como objetivo principal atender às exigências e aos novos desafios educacionais apresentados pelos espaços rurais. Oferece, portanto, formação continuada aos professores(as) que atuam em escolas que contemplam, na sua área de abrangência, filhos e filhas do coletivo campestre.

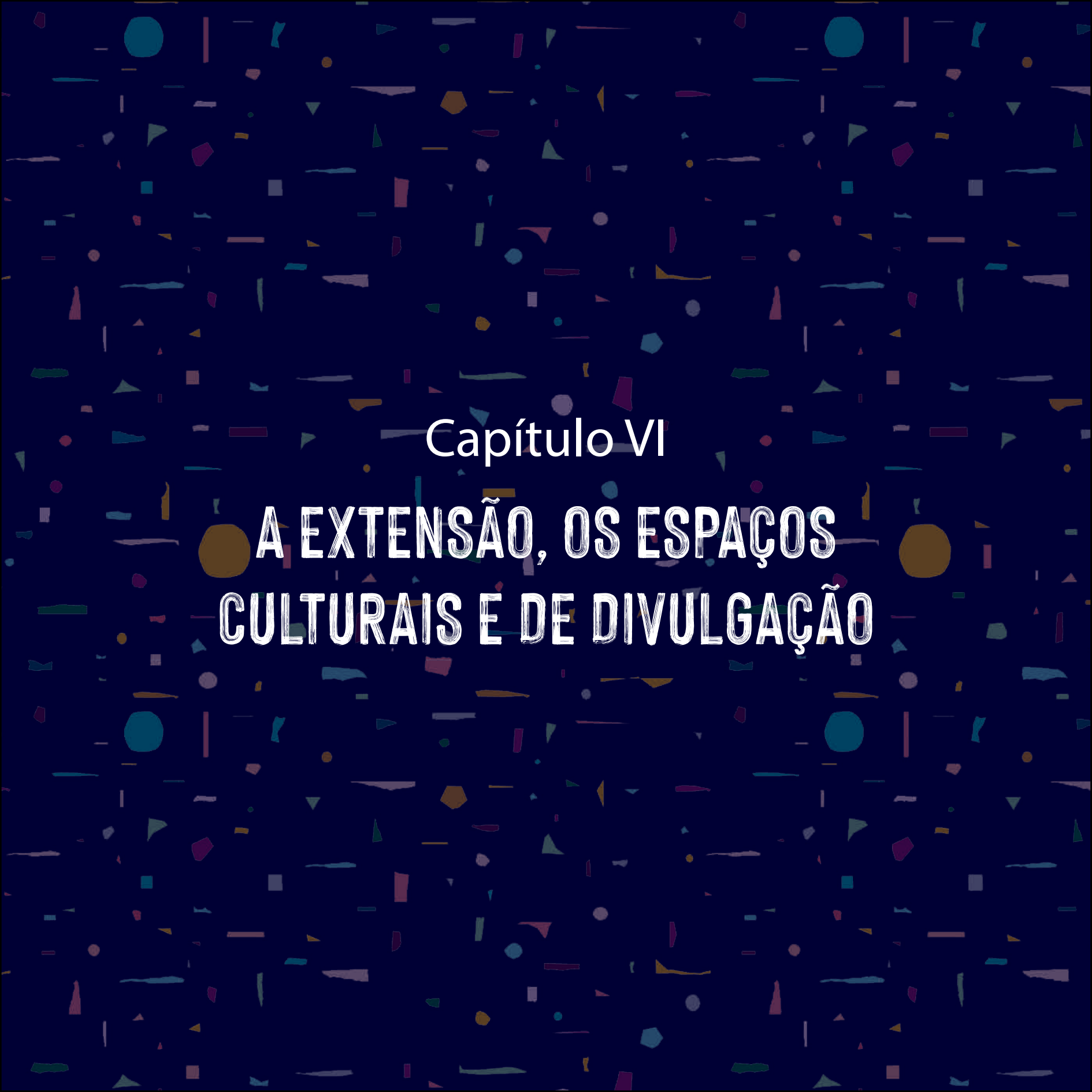
Os profissionais de ensino que atuam na educação do campo procuram, assim, disseminar conhecimentos a partir de práticas educativas em contextos campestres, desenvolvendo ferramentas para garantir educação aos trabalhadores do campo. Isso tem sido feito com muita reflexão e um esforço no sentido de valorizar os saberes da experiência. Os resultados vêm sendo sistematizados através de pesquisas em colaboração com a academia, bem como socializados de forma mais efetiva com a sociedade em geral.

A oferta do curso se desenvolveu a partir de pressupostos da Pedagogia da Alternância, sendo 50% da carga horária denominada de “tempo universidade”, quando os cursistas devem comparecer aos polos de atendimento presencial. Os outros 50% da carga horária são denominados de “tempo comunidade”, durante o qual os cursistas desenvolvem metas através de leituras, estudos e trabalhos independentes correlatos ao tema.







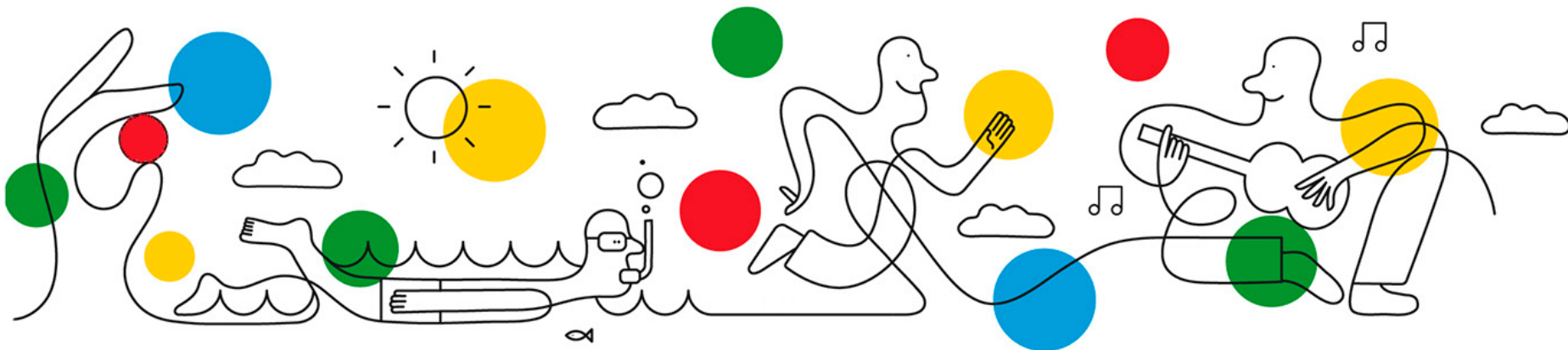
The background is a dark blue field densely populated with small, irregular geometric shapes in various colors including teal, purple, yellow, and brown. These shapes, which include circles, triangles, and polygons, are scattered across the entire page, creating a vibrant, confetti-like texture.

## Capítulo VI

# A EXTENSÃO, OS ESPAÇOS CULTURAIS E DE DIVULGAÇÃO

No Brasil, o campo da cultura e da arte representa atualmente um elo central entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e as sociedades em seu entorno, sendo uma das áreas prioritárias de atuação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex). Na verdade, desde a década de 1970, a Unesco defende que a via mestra do ensino superior passe pela reafirmação dos conceitos humanísticos adquiridos pelos indivíduos ao longo de sua formação, enfatizando a cultura como elemento de identidade e de diminuição de desigualdades entre os indivíduos e as nações. Tais premissas se configuraram como compromisso das universidades.

O Plano Nacional de Cultura, instituído em 2010 no Brasil, reflete a visão da Unesco tanto no que diz respeito ao conceito de cultura, quanto nas ações previstas para a formação de agentes culturais. As três dimensões da cultura ali assentadas – simbólica, cidadã e econômica – demonstram a complexidade assumida pelo campo. Este exige, para o seu desenvolvimento, cada vez mais profissionais qualificados para a sua gestão e realização, formação a ser assumida também pela universidade, não somente entre seus estudantes, como também entre os agentes culturais com atuação pública e privada, no contexto em que se insere. É dentro dessa perspectiva que devemos observar os espaços culturais e de divulgação sob a tutela da universidade.



## **GAP - Galeria de Arte e Pesquisa**

A GAP, criada no ano de 1976, foi a primeira galeria de arte universitária no estado. Pertencente a uma instituição pública federal, sem fins lucrativos, seu objetivo é fomentar o conhecimento científico e o fazer artístico na comunidade local, por meio de seminários, debate com artistas expositores, oficinas de artes plásticas e visitas às exposições. Uma das finalidades primordiais da GAP é catalisar os processos criativos da universidade, expondo-os ao público capixaba, além de articular intercâmbios com artistas de outras localidades do país e, principalmente, valorizar a produção artística local.



## **GAEU – Galeria de Arte Espaço Universitário**

Fundada em 1978, a Galeria de Arte Espaço Universitário (GAEU) é um ambiente de projeção da produção artística local, nacional e internacional, além de espaço de preservação do acervo de artes plásticas da universidade. Vem reunindo mais de 2,5 mil obras de arte, ao longo de três décadas. A Gaeu está vinculada à Superintendência de Cultura e Comunicação, apresentando exposições rotativas e permanentes, com produções de diferentes linguagens, assim como ações educativas.



## Teatro Universitário

O Teatro Universitário foi inaugurado em 2002. Com concepção arquitetônica de Kleber Frizzera, professor da Ufes, o prédio que abriga o teatro tem traços da arquitetura moderna e se destaca na paisagem que compõe a parte frontal do Campus de Goiabeiras. Um outro prédio, na parte posterior do teatro, abriga uma galeria de arte e soma-se ao cinema já existente, complementando o conjunto cultural concebido à época.

Com 615 lugares, incluindo espaços para portadores de necessidades especiais, o Teatro Universitário é, atualmente, o maior do estado e sua infraestrutura o coloca entre os mais bem equipados do país. Recebe, em média, 110 mil visitantes por ano, oferecendo, de fevereiro a dezembro, uma programação diversificada e de qualidade, que conta com espetáculos teatrais, musicais e festivais de dança regionais, nacionais e internacionais.



## Cine Metrópolis

Localizado no Centro de Vivência do Campus de Goiabeiras, com capacidade para 240 lugares, a sala de cinema da Ufes é o espaço consolidado para as estreias de filmes de curta, média e longa-metragem produzidos no Espírito Santo, além de produções audiovisuais para a televisão e web. Com mais de 20 anos de atuação, mantém sessões regulares voltadas para uma programação alternativa, baseada na diversidade de estilos, linguagens e nacionalidades. O Cine Metrópolis também desenvolve, desde a sua inauguração, um importante programa de formação de plateia e educação visual: o Projeto Cine Escola Metrópolis. Aprovado em 2008 como projeto de extensão, destina-se a receber turmas de ensino fundamental e médio de escolas de diversos municípios do Espírito Santo.



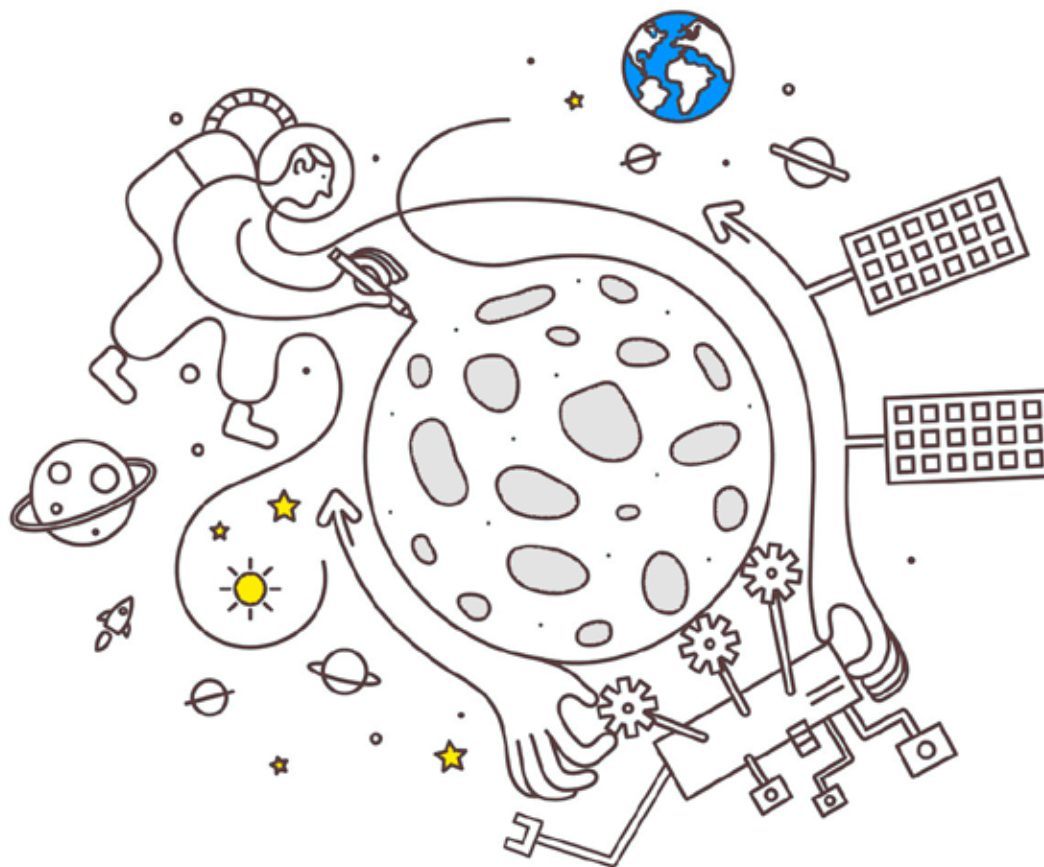
## **Museu de História Natural do Sul do Estado do Espírito Santo (MUSES)**

Localizado na cidade de Jerônimo Monteiro, o MUSES foi inaugurado no dia 26 de março de 2013, com todo o equipamento necessário para exposições nas áreas de Botânica, Geologia, Paleontologia e Zoologia (vertebrados, invertebrados e parasitologia). Trata-se de um espaço educativo que oferece atividades culturais, científicas e de lazer com acesso gratuito para o público em geral. O objetivo principal é estimular a interdisciplinaridade entre as diversas áreas do saber. A exposição permanente possibilita a aproximação da sociedade com a ciência e colabora com a ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade.



## Museu de Ciências da Vida

Aberto ao público desde 2008 e localizado no Centro de Vivência, atrás do Teatro Universitário. Trata-se de um espaço que oportuniza a aprendizagem sobre o corpo humano de maneira lúdica. O material científico exposto permite que o visitante conheça detalhes da anatomia do corpo humano, por meio da visualização de ossos, espécimes naturais mumificados, plastinados ou conservados em formol, além de réplicas realísticas de fósseis de hominídeos e animais pré-históricos e modelos anatômicos didáticos de órgãos e sistemas. O grande objetivo do museu é reduzir a distância entre os conhecimentos produzidos na universidade e a sociedade em geral, estimulando um diálogo permanente e o acesso aos avanços científicos relativos ao corpo humano.







## ATHELSON BITTENCOURT

Coordenador do Museu de Ciências da Vida

O programa Museu de Ciências da Vida começou em 2008. Desde então, temos trabalhando com diversos projetos vinculados a esse programa, buscando viabilizar um museu de ciências aqui no nosso estado, na nossa universidade. A inauguração do espaço permanente foi em 2018, dez anos após a criação do programa. Ao longo desse período, procuramos desenvolver o acervo, captar recursos, adquirir material, equipamentos, montar o laboratório e preparar a coleção que hoje pertence ao Museu. Fizemos, inclusive, exposições itinerantes.

Penso que os projetos de extensão, como o Museu, possibilitam um diálogo muito mais próximo com a sociedade. A comunidade vem, sejam famílias, grupos escolares, todos circulam e aprendem dentro da universidade. Veja só, dentro do Museu temos o aluno que está ali ajudando com a mediação e, ao mesmo tempo, desenvolvendo sua formação, isso é ensino. Já o Laboratório de Plastinação alimenta o acervo do museu, pois é onde a gente prepara as peças que vão para exposição. Lá, desenvolvemos estudos para aprimorar métodos de conservação de peças anatômicas que irão para o museu. Para isso, realizamos pesquisa científica com os alunos da universidade, os professores e técnicos. Então, por meio da extensão, a engrenagem funciona e podemos disseminar os saberes produzidos.

Um dos grandes objetivos da universidade é promover melhorias para a sociedade de diferentes maneiras. Entendo que a extensão é esse canal prioritário de troca. Acredito que o Museu de Ciências da Vida cumpre plenamente seu papel, a função de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Muita gente participou e continua atuando no programa. Mais de mil e duzentos alunos, dezenas de professores e técnicos colaboraram de diversas maneiras. Ver o Museu funcionando, a forma como ele impacta as pessoas que ali entram, nos dá a certeza de que todo o esforço valeu a pena! Mas, a atividade de extensão precisa ser reconhecida pelos dirigentes do nosso país, porque ela cria um benefício imediato e direto à sociedade, cria acesso ao que a universidade pode produzir e que produz.



## **Museu de Minerais e Rochas - Laboratório de Geologia**

Há cerca de vinte anos, o Museu de Minerais e Rochas da UFES vem se constituindo como um dos principais centros de diálogo e difusão dos conhecimentos de Geociências na sociedade capixaba em geral. O pioneirismo desse espaço o torna referência no campo das Ciências da Terra para o Espírito Santo, com destaque para o acervo, que reúne grande número de amostras de rochas, minerais, fósseis, além de projetos de pesquisa e extensão universitária.

Desenvolvido no Laboratório de Geologia, que faz parte ao Departamento de Oceanografia, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES, o espaço atende às diversas disciplinas, como as de Mineralogia e Geologia, para os cursos de Oceanografia, Geografia, Química, Ciências Biológicas e outros. O Programa Museu de Minerais e Rochas, desenvolvido em parceria com a Pró-reitoria de Extensão, tem por objetivo atender a comunidade da Grande Vitória, bem como a de todo o Estado do Espírito Santo, por meio de suas atividades principais, que são:

- Receber visitas de turmas de estudantes de ensino fundamental e médio para atividade pedagógica prática, complementar às informações sobre geologia que recebem em seus colégios;
- Atender grupos de estudantes para apoio em seus trabalhos sobre minerais, rochas e outros assuntos de geologia, com classificação de amostras e fornecimento de informações;
- Ministrando cursos de pequena duração para professores, como subsídio às suas atividades didáticas no campo da Geologia;
- Atender pessoas interessadas em recursos minerais, através de classificação de amostras de minerais, rochas e minérios, por meio do fornecimento de informações técnicas, econômicas e jurídicas.





## Planetário de Vitória

O projeto para a criação do Planetário de Vitória começou no início da década de 1980, quando a Associação Astronômica Galileu Galilei (AAGG), formada por astrônomos amadores, sediada em Vitória, apresentou à Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) uma proposta de aquisição, pelo município, de um projetor planetário, bem como sua instalação. Em 1986, a passagem do cometa Halley ganhou grande repercussão junto ao público e à mídia. Então, a Universidade Federal do Espírito Santo mobilizou esforços no sentido de atender ao grande interesse da comunidade pelo evento, construindo um observatório astronômico didático – o Observatório Astronômico da UFES (OA-UFES) – no Campus de Goiabeiras, sob a responsabilidade do Departamento de Física.

Após a inauguração do OA-UFES, por meio do projeto de extensão “Observações Astronômicas”, a Universidade começou a prestar um serviço regular de atendimento à população, em sessões semanais de visitação e observação do céu no Observatório. Da execução do mesmo, participavam professores do Departamento de Física da UFES, membros da Associação Astronômica Galileu Galilei e estudantes da UFES. Em 1995, o Planetário foi inaugurado oficialmente e hoje faz parte do circuito de “Escolas da Ciência” da PMV, atendendo um público anual de cerca de 20 a 30 mil pessoas.

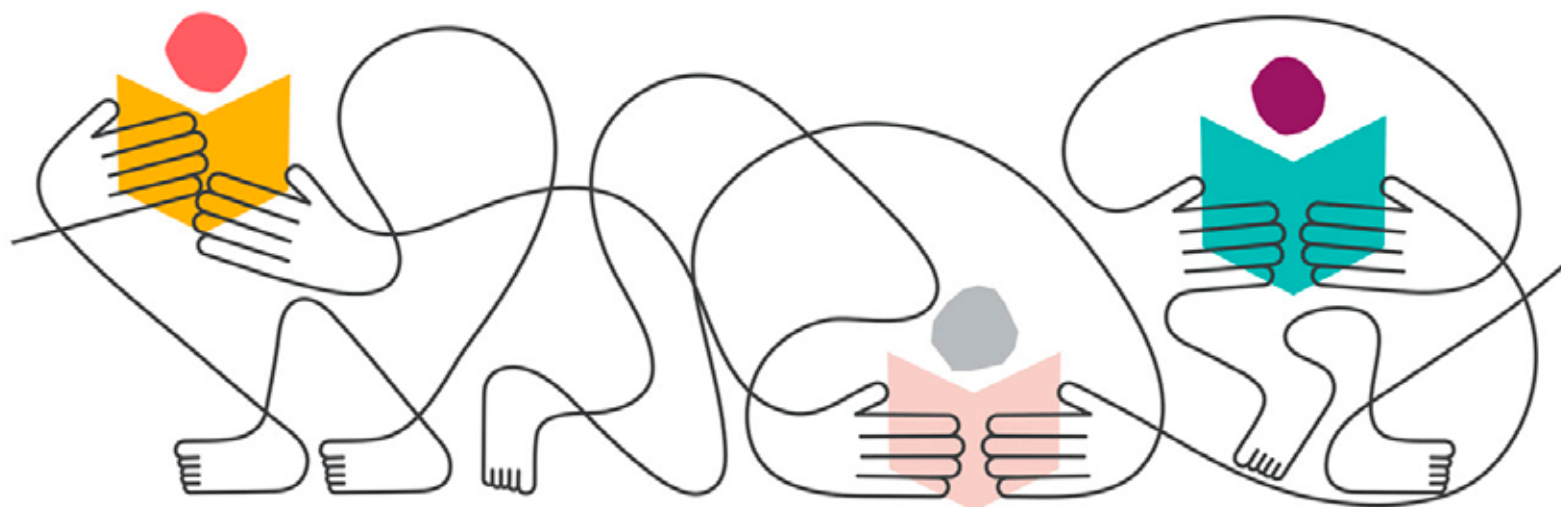




## Revista Guará

Com a missão de divulgar as ações extensionistas que vêm sendo desenvolvidas por docentes, técnicos e discentes da Universidade Federal do Espírito Santo, bem como de outras instituições nacionais, é que nasceu, em 2012, a Revista Guará. Desde então, suas edições procuram fomentar o intercâmbio de conhecimento e o envolvimento da comunidade, despertando, ampliando e consolidando a integração entre a academia e a sociedade, numa relação transformadora.

Cumprir essa missão na forma de um periódico requer a elaboração de um material ao mesmo tempo instigante e desafiador. Afinal, preparar uma revista que seja, de igual modo, consistente, técnica e informativa exige a organização de bons textos e inspiradoras imagens, em um projeto gráfico atraente à leitura. Esse tem sido o compromisso editorial da revista. Os números são organizados tendo como referência o Plano Nacional de Extensão, publicado em novembro de 1999, enfocando, como vimos, as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. Desde 2014 iniciou-se um processo de profissionalização da revista e seu corpo editorial ganhou novos membros externos. Em 2017 o periódico passou a integrar o Qualis Capes.





## **Rádio Universitária**

No ar desde 1989, a Rádio Universitária FM (104.7) foi fundada com o objetivo de divulgar a produção do campus, dando voz à comunidade acadêmica. As primeiras discussões para a criação da rádio datam de 1985. Entretanto, o estabelecimento da Universitária FM só ganhou impulso a partir de um movimento de rádio livre ou pirata, liderado por alunos de Comunicação Social da Ufes e ligado ao movimento estudantil, que ficou conhecido como “Turma do Balão Mágico”. O grupo elaborou o conceito da rádio (inicialmente batizada de TX 107.3) como projeto de extensão para a disciplina de Radiojornalismo, sob a coordenação da professora Glecly Coutinho. A rádio pirata entrou no ar com um transmissor colocado no teto da Biblioteca Central, em 1987. Em pouco tempo, o Departamento Nacional de Telecomunicações começou a monitorar as atividades da rádio, que acabava cobrindo a ausência de laboratórios do curso de Comunicação Social.

Por meio da construção de um projeto pedagógico e de um projeto de programação, a partir da grade da Rádio TX, a universidade pleiteou junto ao Ministério das Comunicações a outorga, que resultou na oficialização do canal 104.7 FM, em 1989. Atualmente, a Rádio Universitária tem quase a totalidade de sua programação feita por estudantes e professores, buscando cada vez mais estreitar essa relação. Encontra-se vinculada à Secretaria de Cultura da Universidade Federal do Espírito Santo.



The background is a dark blue field densely populated with small, irregular geometric shapes in various colors including teal, yellow, purple, and brown. These shapes include circles, triangles, squares, and polygons of different sizes, creating a complex, abstract pattern. The word "REFERÊNCIAS" is centered in the middle of the image in a white, bold, sans-serif font.

# REFERÊNCIAS

BORGIO, Ivantir Antonio. **UFES: 40 anos de história**. Vitória: EDUFES, 2014.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 252, de 28 de fevereiro de 1967**. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 916, de 07 de outubro de 1969**. Cria a Comissão Incentivadora Dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária - Cincrutac - e da Outras Providencias.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Estabelece o Estatuto das Universidades Brasileiras.

\_\_\_\_\_. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC**. Plano Nacional de Extensão Universitária – versão atualizada, Brasil - 2000/2001.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Uma visão do campus avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon**. Brasília, MEC/DDD, 1980.

CABRAL, Nara Grivot. **Saberes em extensão universitária: contradições, tensões, desafios e desassossegos**. 2012. 259 f.; 30 cm. Tese (doutorado) - Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Resolução do Conselho Universitário nº 06/72. **DAOCS**, Vitória, ES, 25 de fevereiro de 1972.

DE MELO NETO, José Francisco. **Extensão universitária: diálogos populares**. Editora Universitária, 2002.



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA - ESG. **Doutrina básica**. Rio de Janeiro: ESG, Solivro, 1979.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 28, jul/dez. 2006.

FERNANDES, Jorge; DO VALE, Claudia Câmara. **A Instalação do Campus Universitário Alaor de Queiroz Araújo e as Consequências sobre o Manguezal do Entorno**. Vitória: *Geografares*, n. 14, p. 32-56, 2013.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Rio de Janeiro: Forproex, 2001.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Rio de Janeiro: Forproex, 2010.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária**: para quê. Instituto Paulo Freire, São Paulo, v. 15, 2017.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto, SANTOS, Carina Silva Vieira. **Extensão Universitária no período da ditadura**: concepções e relações com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. *Antíteses*, vol. 8, núm. 15, jan.-jun., 2015, pp. 269-291.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto; SANTOS, Carina Silva Vieira. "Extensão na Universidade Federal do Paraná: constituição histórica". **Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação** – CBHE - Cuiabá – MT. 2013.

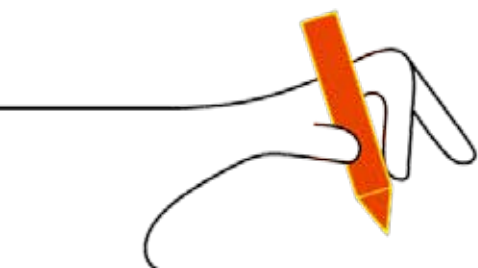
GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária**: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

LIMA, C. L. D. C. **O papel da extensão na universidade**. *Leopoldianum*, Santos, v. 28, n. 78, p. 11-38, jun. 2003.

MEC/DAU. **Plano de Trabalho de Extensão Universitária**, 1975.



- MEDEIROS, Márcia Maria de. **A extensão universitária no Brasil** - um percurso histórico. Revista Barbaquá. UEMS - Dourados - MS, vol. 01, n. 01, p. 09-16, jan-jun 2017. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/barbaqua/article/view/1447>
- MINISTÉRIO DO INTERIOR. **A fundação Rondon já é uma realidade**. Publicação 10/76. Editora Gráfica Brasileira. Brasília, 1976.
- MOTA, Fernando de Oliveira. **CRUTAC**: nova dimensão da universidade. Brasília: MEC/CINCRUTAC, 1975.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- PAULA, João Antônio. **A extensão universitária**: história, conceito e propostas. Interfaces - Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.
- PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira. **Modernização e Repressão**: Os Impactos da Ditadura Militar na Universidade Federal Do Espírito Santo (1969-1974). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- PLANO Nacional de Extensão Universitária. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC Brasil**, 2000 / 2001. Disponível em: [www.mec.gov.br/Sesu/planonaex.shtm](http://www.mec.gov.br/Sesu/planonaex.shtm)
- PRAVATO, Camila. M. **Projeto Rondon e Ensino no Brasil**: construção de uma aliança entre o conhecimento empírico e científico. Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil, 2011.
- RIBEIRO, Renato Janine. **A Universidade e a vida atual**: Fellini não via filmes. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- ROCHA, Leliane Aparecida Castro. **Projetos interdisciplinares de extensão universitária**: ações transformadoras. Mogi das Cruzes: UBC, 2007.
- RODRIGUES, Valéria Maria. "O fórum de pró-reitores de extensão e sua contribuição no debate sobre a extensão universitária". **Revista Educação e Políticas**



em **Debate**, v. 4, n.2 – ago./dez. 2015.

ROSA, Magna Silva. **A criação e atuação da Galeria de Arte e Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo e sua proposta de atualização das linguagens das artes plásticas (1976-1980)**. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, Vitória, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, M. S. S.; MENDES, I. A. C. "Projeto Rondon: a metodologia educativo-assistencial de trabalho dos estagiários universitários". **Esc. Anna Nery R Enf**, v. 9, n. 1, p. 124-137, 2005. Disponível em: <<http://gepecopen.eerp.usp.br/files/artigos/Artigo209fin.pdf>>.

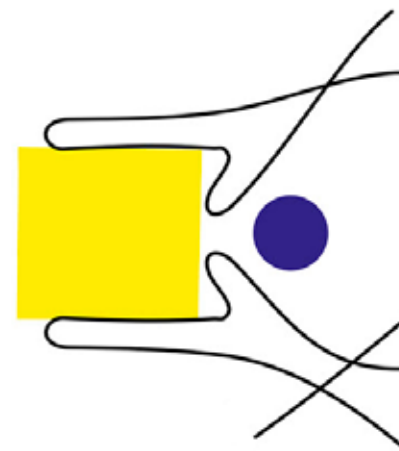
SIVERES, Luiz. "A extensão como um princípio de aprendizagem". **Revista Diálogos: Universidade do século 21: a contribuição da extensão na busca da aprendizagem**, Brasília, v. 10, p. 8-17, 2008.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2010. 2ª Edição.

VIEIRA, Carina Silva. **Extensão Universitária: concepções presentes na formalização, em propostas e práticas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná (1968-1987)**. 2014. 290 f. Universidade Federal do Paraná, 2014.

VIERO, Tatiane Vedoin; TAUCHEN, Gionara; MONTEIRO, Maria Cecília Madruga. Políticas, concepções e ações de extensão na educação superior brasileira. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 21, n. 1, p. 9, 2012.

VILLAR, Ana Eugênia de Vasconcelos. **Extensão universitária: concepções e ações na UFRN sob a temática direitos humanos e justiça no período 2008 a 2010**. 2011. 138 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.





ProEx

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO